

ISSN 0103-8427



PUC Minas

CADERNO DE

GEOGRAFIA

VOLUME 13 • NÚMERO 21 • 2º SEM. 2003

Caderno de Geografia

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-Chanceler: Dom Serafim Fernandes de Araújo
Reitor: Eustáquio Afonso Araújo
Assessor Especial da Reitoria: José Tarcísio Amorim
Chefe de Gabinete do Reitor: Oswaldo Rocha Tôres
Pró-reitores: *Extensão* – Vera Maria Neves Victer Ananias; *Gestão Financeira* – Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; *Graduação* – Maria Inês Martins; *Infra-estrutura* – Rômulo Albertini Rigueira; *Logística* – Sérgio de Moraes Hanriot; *Pesquisa e de Pós-graduação* – João Francisco de Abreu; *Planejamento e Desenvolvimento Institucional* – Carlos Francisco Gomes; *Recursos Humanos* – José Márcio de Castro; *Arcos* – Wanderley Chieppe Felipe; *Betim* – Carmen Luiza Rabelo Xavier; *Contagem* – Geraldo Márcio Alves Guimarães; *Poços de Caldas* – Maria José Viana Marinho de Mattos; *São Gabriel* – Paulo Sérgio Martins Alves
Diretores: *Barreiro* – Patrícia Bernardes; *Serro* – Ronaldo Rajão Santiago
Secretaria de Comunicação: Mário Lara Leite
Secretaria Geral: Flávio Augusto Barros
Secretaria de Ação Comunitária: José Chequer Neto
Instituto de Ciências Humanas: Audemaro Taranto Goulart (*Diretor*)
Chefe do Depto. de Geografia: Magda Maria Diniz Tezzi
Programa de Pós-graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial: Oswaldo Bueno Amorim Filho (*Coordenador*)

EDITORA PUC MINAS

Diretora: Maria Nazareth Soares Fonseca
Comissão Editorial: Ângela Vaz Leão (PUC Minas); Graça Paulino (UFMG); José Newton Garcia de Araújo (PUC Minas); Lucília Neves (PUC Minas); Maria Nazareth Soares Fonseca – *Presidente* (PUC Minas); Maria Zilda Cury (UFMG); Oswaldo Bueno Amorim Filho (PUC Minas)
Conselho Editorial: Pe. Alberto Antoniazzi (PUC Minas); Antônio Cota Marçal (PUC Minas); Benjamin Abdalla (USP); Carlos Reis (Univ. de Coimbra); Dídimas Olave Farias (Univ. del Bío-Bío – Chile); Evando Mirra de Paula e Silva (UFMG); Gonçalo Byrne (Lisboa); José Salomão Amorim (UnB); José Viriato Coelho Vargas (UFPR); Kabengele Munanga (USP); Lélia Parreira Duarte (PUC Minas); Leonardo Barci Castriota (UFMG); Maria Lúcia Lepecki (Univ. de Lisboa); Philippe Remy Bernard Devloo (Unicamp); Regina Leite Garcia (UFF); Rita Chaves (USP); Sylvio Bandeira de Mello (UFBA)
Coordenação Editorial: Cláudia Teles
Preparação de textos: Maria Cristina Araújo Rabelo
Revisão: Astrid Masetti Lobo
Maria Auxiliadora Catete Blom

Caderno de Geografia

Coordenadora de Geografia:
Magda Maria Diniz Tezzi

Editora:
Jony Rodarte Gontijo Couto

Conselho Editorial:

Alexandre Magno Alves Diniz (PUC Minas)
Aurélio Muzzarelli (Universidade de Bolonha)
Herbe Xavier (PUC Minas)
João Alberto Pratini de Moraes (PUC Minas)
João Francisco de Abreu (PUC Minas)
José Alexandre Filozola Diniz (UFS)
José Carlos Teixeira (Universidade de Toronto – Canadá)
José Irineu Rangel Rigotti (PUC Minas)
Leônidas Conceição Barroso (PUC Minas)
Lívia de Oliveira (Unesp – Rio Claro)
Lúcia Helena de Oliveira Gerardi (Unesp – Rio Claro)
Lucy Marion C. PH. Machado (Unesp – Rio Claro)
Maurício de Almeida Abreu (UFRJ)
Oswaldo Bueno Amorim Filho (PUC Minas)
Sérgio dos Anjos Ferreira Pinto (PUC Minas)
Sylvio Carlos Bandeira de Melo e Silva (Unifacs – Bahia)
Tarcísio Bruzzi de Andrade (PUC Minas)
Wolney Lobato (PUC Minas)

Caderno de Geografia. — v. 1, n. 1, jul. 1989 — . — Belo
Horizonte: PUC Minas: Fumarc, 1989 —

v.

Semestral

ISSN 0103-8427

I. Geografia — Periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia.

CDU: 91 (05)

SUMÁRIO

CONFERÊNCIA

Diplomacia ou confronto: relações internacionais de poder no século XXI <i>Vânia Rubia Farias Vlach</i>	9
--	---

ARTIGOS

Racionalidades estratégicas no planejamento urbano de Belo Horizonte: modernizações espaciais e o uso emblemático da cultura <i>Valnei Pereira</i>	31
--	----

A dimensão qualitativa da mobilidade humana na fronteira agrícola de Roraima <i>Alexandre M. A. Diniz</i>	44
---	----

Imagens da cidade no cenário da competição <i>Cássio Eduardo Viana Hissa</i> <i>Mara Moreira Rocha Hissa</i>	60
--	----

NOTAS

Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável na utilização da terra <i>Antônio Francisco Sá e Melo Marques</i> <i>Lúcio do Carmo Moura</i>	77
--	----

Notas sobre Geografia e desenvolvimento <i>Ailton Mota de Carvalho</i> <i>Maria Eugênia Ferreira Totti</i>	93
--	----

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Metodologia de caracterização de ecossistemas: fundamentação teórico-prática <i>Maurício Roberto Fernandes</i> <i>Ivana de Marco Fonseca Horta</i>	107
---	-----

CONFERÊNCIA

DIPLOMACIA OU CONFRONTO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE PODER NO SÉCULO XXI*

Vânia Rubia Farias Vlach**

Quando da institucionalização da sociedade capitalista e moderna, estabeleceu-se uma disciplina denominada História diplomática, dentre outras razões, porque os líderes políticos conferiam grande importância à política externa de seus Estados (a exemplo de Bismarck). Por sua vez, a diplomacia pode ser definida como o método que, por meio de negociações, estabelece e mantém as relações entre os mesmos; esse método se consagrou após o Tratado de Viena (1815).

No final do século XIX, a História diplomática estava consolidada, porém desconsiderava o fato de que uma parte significativa da dinâmica da sociedade capitalista, isto é, as migrações, as trocas de produtos entre empresas, as relações culturais e outras ocorriam independentemente de cada Estado. Sem dúvida alguma, a concepção positivista da História, então dominante, contribuía para privilegiar as ações (e anotações) dos diplomatas, em detrimento do que, embora fora do controle dos Estados, dava vida à sociedade como um todo, no interior das fronteiras nacionais e fora delas.

Por isso mesmo, no início do século XX, a História diplomática começou a ser questionada, e essa tendência se intensificou pós Segunda Guerra Mundial, o que foi decisivo para o desenvolvimento do campo de pesquisa das relações internacionais de poder. Seus estudiosos, ao compreenderem “as condições geográficas, os movimentos demográficos, os interesses econômicos e financeiros, os traços da mentalidade coletiva, as grandes correntes sentimentais... [como] as forças profundas que formaram o quadro das relações entre os

* Palestra apresentada no Seminário “Cláudio Peres” de Prática de Ensino em Geografia, em 2 de maio de 2003, Belo Horizonte.

** Geógrafa, professora do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – MG.

grupos humanos e, em grande parte, determinaram seu caráter”, nas palavras de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, vão muito além daquilo que a História diplomática estabeleceu ao longo do tempo a respeito das relações entre os Estados.

Por sua vez, o debate acerca das relações internacionais de poder é permeado, desde as suas origens, por uma dicotomia entre a soberania estatal e a anarquia internacional. Isso não significa, porém, que os dois fenômenos não entrem em relação um com o outro; pelo contrário, suas relações (inter e intra) constituem a rede (ou as redes) do poder, qualquer que seja a sua escala; mesmo se o cerne desse debate é o conjunto das relações que os Estados, por meio de seus governantes e outras lideranças, estabeleceram entre si, e que os mantêm como atores da arena internacional de poder. É preciso distinguir a esfera das relações internacionais da esfera das relações internas.

No caso das relações internacionais, os atores da ação política são os Estados e, cada vez mais, as instituições ou organismos cuja área de atuação atinge o espaço geográfico mundial, a exemplo da Organização das Nações Unidas – ONU, e suas subdivisões, da União Européia – UE, da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, dos *lobbies* das empresas multinacionais, das Organizações Não-Governamentais – ONG(s), etc. Na esfera das relações internas, os atores são os indivíduos e os sujeitos coletivos não estatais, como os partidos políticos, os sindicatos, as empresas privadas, etc.

O conteúdo das relações internacionais e internas é o mesmo: político, econômico, social, militar, etc., mas as relações internas, geralmente, se desenvolvem sem recorrer ao uso da violência, monopólio do Estado (a autoridade soberana), enquanto as relações internacionais se desenvolvem “à sombra da guerra”, como Raymond Aron expressa tão bem. Por conseguinte, a guerra, nesse caso, é uma ameaça constante. Assim, à soberania estatal se opõe uma situação de anarquia internacional, no sentido de que os Estados, na arena internacional, não estão sujeitos às leis de uma autoridade dotada do monopólio da violência. Isso explica por que organizam suas forças armadas e fazem a guerra. O Direito Internacional existe exatamente para se opor à guerra, mas sua eficácia depende da vontade de os Estados acatarem as suas normas, o que nem sempre ocorre: o direito internacional é também um instrumento da política externa dos Estados, que se define conforme seus interesses, certamente dependentes do poder que cada Estado, por meio de suas lideranças (que extrapolam a esfera da administração propriamente dita), exerce nas diferentes escalas do espaço geográfico e nos diferentes domínios.

Dado o papel que o Estado-nação desempenha na arena internacional de poder, e considerando que o Brasil, há muito, reivindica uma posição de maior destaque nessa arena, destacarei alguns aspectos que me parecem importantes para, simultaneamente, entendermos melhor a natureza de nossa inserção no

mundo dito globalizado, e como se manifestam, hoje, algumas das resistências a essa lógica que exclui a dignidade do ser humano.

O Estado-nação, a organização política da sociedade capitalista e moderna, acabou fazendo-se presente nos cinco continentes. E nós – América Latina, Brasil em particular – temos as nossas especificidades nesse processo. Por exemplo, quando me refiro ao Estado e à nação brasileira, a idéia de território é muito forte. E é muito forte porque, evidentemente, na colônia de exploração, os laços patrióticos nem sempre tiveram a oportunidade de se manifestar. Então, quando se decide a emancipação política – e os registros históricos estão aí, nos livros – a idéia de independência só é colocada em prática quando as elites luso-brasileiras constatarem que não há mais como continuar naquela situação. Quer dizer, quando não existe mais a possibilidade de se manter o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, as elites (que vou chamar, de maneira talvez imprópria, nacionais) decidem cortar o jugo com a metrópole.

Uma independência feita pelas elites, pela qual pagamos o preço até hoje, exige, se se pretende que haja uma afirmação como Estado-nação, disseminar, de alguma maneira, um sentimento de pertença àquela nação, àquele Estado. Mas, numa sociedade escravocrata, que manteve a escravidão até o final do século XIX, como é que se faz isso? E, então, qual é o grande trunfo que as elites luso-brasileiras podem apresentar? É a idéia de território, a dimensão do território, as belezas do território, etc. Até hoje se fala nos recursos naturais deste país e, inclusive, esse argumento encontrava ressonância, em primeiro lugar, no seio das elites, embora houvesse fraturas e divergências entre elas. Entretanto as elites não desejavam abrir mão de sua posição favorável. E mesmo que elas se decidissem por uma cisão, se decidissem romper o acordo (entre elas) que havia acerca da manutenção da escravidão, da dimensão do território e da unidade do território, o que é que aconteceria? O seu poder seria questionado, poderiam enfrentar dificuldades em um contexto marcado pelo fato de que nossos vizinhos de origem espanhola estavam se fragmentando territorialmente. Quando o Brasil se tornou independente, já havia cerca de vinte estados independentes, de origem espanhola, na América – que hoje chamamos de Latina.

A fragmentação territorial da América espanhola foi utilizada pelas elites luso-brasileiras no sentido de que o território se mantivesse uno, de que não houvesse nenhuma fragmentação territorial. Isso deve ser colocado num contexto de uma certa pretensão política (hoje chamada de geopolítica). Ou seja, o que José Bonifácio, o patriarca da independência, diz acerca desse assunto? Qual é a sua proposta de independência? Ele nos diz o seguinte (os documentos estão aí, acessíveis): deve-se tornar o Brasil, antiga colônia portuguesa, no “grande império” (esse é o termo que ele usa) da América. Tal era a pretensão política!

Uma outra decisão que as elites tomaram, foi manter a monarquia. Isso fez com que, durante muito tempo e até muito recentemente, nos separássemos, de alguma maneira, do restante da América Latina. Lá, bem ou mal, se introduziram repúblicas. Aqui se manteve uma monarquia, e se criou um império: o Império do Brasil.

Na América Latina, a colocação em prática de um Estado-nação trouxe problemas, pois esse era um “modelo” estrangeiro. Mas, enfim, pensando no Brasil, esses problemas foram minimizados, na medida em que, quando da transferência da família real para o Brasil, nós nos tornamos (ou, melhor, o Rio de Janeiro se tornou) a capital do Império português, o que significa que tínhamos, por exemplo, um corpo diplomático. E num primeiro momento, foi o único corpo diplomático daquilo que hoje chamamos América Latina. Num segundo momento, a Argentina constituiu um corpo diplomático, e, a partir desse momento, começam (ou se agravam!) as rivalidades entre Brasil e Argentina.

Assim, desde sua independência, o Brasil tinha a pretensão de exercer um papel de destaque na América Latina. Nos termos de hoje, queríamos exercer uma hegemonia em escala regional e – por que não? – algum dia, hegemonia em escala mundial.

Conhecemos experiências mais traumáticas de imposição desse “modelo” político que é o Estado-nação. E aqui lembro o que aconteceu na África e na Ásia, mas vou me restringir ao continente africano. O que aconteceu lá? O Estado-nação foi imposto em sociedades que ainda se organizavam, muitas vezes, de maneira tribal. Ou seja, aqui nos habituamos (por meio da colonização) com algumas das instituições ligadas à Metrópole e, por conseguinte, mesmo que a transição para o Estado-nação tenha sido traumática, de alguma maneira conhecíamos as suas instâncias.

A imposição do Estado-nação, que sempre se realiza por meio de alianças entre as elites (de dentro e de fora) interessadas no poder, se torna invariavelmente mais traumática quando se fala em sociedades tribais. Para impor esse modelo de Estado-nação, as elites (internas) prometeram melhorias para o conjunto da população de uma maneira geral. No entanto, na prática, não foi o que aconteceu. Essas melhorias – o conceito hoje seria “melhoria da qualidade de vida” – não ocorreram. Dessa forma, não demorou muito para que a população, em geral, constatasse que as tais melhorias prometidas não viriam, como, de fato, não vieram. E quando a população disso se deu conta, o que foi que aconteceu? A população constatou que até a antiga solidariedade tribal estava desaparecendo. Observemos que ela não ganhara nada de novo com o advento do Estado-nação, e estava perdendo aquilo que a tradição tribal havia permitido construir ao longo de séculos.

Mesmo simplificando, o que importa é que, como um dos resultados de sua grave situação social, política e econômica, alguns resolveram recorrer às

suas fontes tradicionais. Outros, nos anos 1960, resolveram fazer uma leitura (ou uma releitura), por exemplo, do Alcorão, mas, fizeram-na com determinados objetivos. O resultado é uma descaracterização do Islamismo e da cultura islâmica. Na verdade, a proposta do Alcorão é de paz, mas o que interessa a essas novas lideranças é fanatizar os seus discípulos.

Agora, nesse contexto de desencanto político, de revolta política, essa releitura vai fanatizar todos os princípios do Islamismo e, entre eles, a fusão entre religião e política. Dessa feita, abriu-se o campo para a emergência daquilo que conhecemos, hoje, com o nome de fundamentalismo islâmico. Por quê? Porque os princípios do Islamismo foram deturpados. É sempre bom lembrar que esse é apenas um dos fundamentalismos de nossa sociedade contemporânea. Não é o único. O Consenso de Washington, de origem econômica, é outro. Há vários fundamentalismos, desde os de origem religiosa, até o fundamentalismo econômico – que é o de mercado, exemplificado no Consenso de Washington. E também existem os fundamentalismos políticos.

A releitura que criou as condições, que aproveitou as brechas para introduzir o fundamentalismo islâmico, acabou por conseguir mostrar, para uma parte significativa da população, que as diferenças entre a civilização ocidental e as civilizações islâmicas seriam intransponíveis. E, por conseguinte, qualquer guerra justificaria uma tentativa de mudança desse quadro de opressão política, de opressão econômica.

Voltando às relações internacionais de poder, que se definem a partir da entrada em cena do Estado-nação na Europa Ocidental e, depois, no mundo, há que se reafirmar que a guerra é um componente permanente das relações internacionais. É claro que tal componente deve ser evitado, e a diplomacia existe para fazer essa intermediação, ou seja, para evitar que se chegue a um confronto armado. Afinal, há um Direito Internacional, teoricamente respeitado por todos os Estados-nação. Hoje fica muito engraçado (para não dizer trágico) falar isso, uma vez que a potência hegemônica, os Estados Unidos, não respeitou o Direito Internacional, um precedente que é, digamos, a primeira vez que ocorre na História da humanidade. Sabemos que existem diferenças entre os Estados-nação. Alguns exercem hegemonia mundial, outros regional; porém, Estados Unidos e Iraque são Estados soberanos, e a carta das Nações Unidas, no preâmbulo, reconhece a soberania de qualquer Estado-membro. A pergunta, então, é: como um Estado soberano, mesmo sendo uma potência hegemônica, invade outro Estado soberano, sob os pretextos mais abusivos e descabidos? É a primeira vez na História, pelo menos na História recente da humanidade, que isso acontece.

Para que existe o Direito Internacional? À medida que os Estados-nação foram se consolidando, o Direito Internacional também foi se afirmando; ele é extremamente importante, porque foi concebido para, primeiro, se opor à guer-

ra. Porém, se pensarmos em nossa realidade, esse Direito Internacional será respeitado dependendo das conveniências dos Estados. Ou seja, se um Estado acatar as normas do Direito Internacional, ele será respeitado; mas, se algum Estado, alguma potência, decidir de maneira contrária, as normas do Direito Internacional não impedem uma guerra. Tal é a situação que vivemos recentemente, com o caso EUA *versus* Iraque. Os Estados Unidos decidiram não acatar a norma do Direito Internacional, segundo a qual nenhum Estado soberano, sob qualquer pretexto – e não havia nenhuma razão de Estado para a invasão – pode invadir outro Estado soberano. Entretanto isso aconteceu.

Lembro o contexto de manifestações gigantescas contra essa guerra, em todo o mundo, inclusive nos países que lideraram a coalizão. Tais manifestações foram muito expressivas em Londres. Nos Estados Unidos, por causa de um controle policial muito grande, foram menos expressivas, mas aconteceram. Fazendo um parêntesis: só entendo a imbricação Estados Unidos e Grã-Bretanha pensando no complexo de Édipo. É uma relação mãe e filho... não há outra explicação. Enfim, a guerra no Iraque é apenas mais uma confirmação de que, sempre que os Estados Unidos decidem fazer isso – invadir –, são seguidos pela Grã-Bretanha. Realmente acho que nessa situação há algum complexo de Édipo.

E o que podemos fazer diante disso? O fato é que existe um discurso da globalização, segundo o qual o Estado-nação está perdendo sua importância, sua força, mas tudo o que estamos vivendo (por mais contraditório que possa parecer) remete ao Estado-nação. Perfeito ele não é, e sabemos disso. Ele não é perfeito sequer onde foi instituído originalmente, mas de alguma maneira continuamos a conviver com ele, porque, certamente, temos dificuldade para propor outra coisa em seu lugar, embora algumas alternativas tenham aparecido ao longo dos últimos anos. Mas ele se faz presente, digamos assim, nas cinzas de Bagdá, e o que as pessoas estão pedindo é um mínimo de ordem, um mínimo de paz, de organização política. Evidentemente, querem uma organização política própria, nacional. E esse também é um outro pressuposto fundamental do Estado-nação.

Guerras de independência aqui foram feitas, e aceitamos o “modelo” de Estado-nação, porque, para simplificar, queríamos ser governados por pessoas como nós mesmos, ou seja, não queríamos mais ser governados pelos portugueses. Muitas das dificuldades presentes no Iraque (e que persistirão provavelmente por algum tempo) são as seguintes questões: primeiro, democracia não se impõe, muito menos quando essa imposição é feita por uma potência hegemônica que não respeitou as normas do Direito Internacional, que não respeitou a vida humana, etc. – acredito que as imagens da guerra estão muito vivas nas cabeças de todos nós. Em segundo lugar, no Iraque ainda existem resquícios de uma sociedade tribal.

Não discutirei aqui o caráter ditatorial do governo de Saddam Hussein, pois isso está claro inclusive para muitos iraquianos. A aspiração dos iraquianos, hoje, é a de tentar construir uma sociedade política, um Estado. E por que não, já que esse é o “modelo” que predomina, afinal de contas? Eles querem, antes de tudo, que seja um Estado governado por eles mesmos. É claro que, nesse primeiro momento, terão de discutir entre si, entre as várias etnias, entre os xiitas (cujos líderes são escolhidos observando-se a existência de vínculos com a família do profeta Maomé) e os sunitas (que escolhem seus líderes independentemente de qualquer laço com os descendentes de Maomé), para definir quais são as prioridades. Certamente, vão ter de negociar, terão de estabelecer alianças políticas para evitar, entre outros, uma guerra civil.

Eram os sunitas que estavam no poder, e não estou dizendo que se trata, pura e simplesmente, de eliminá-los e substituí-los. A questão não é essa. Trata-se de tentar articular uma composição entre as diferentes etnias, entre as diferentes concepções de organização do político. Alguns se inclinam pela laicidade do Estado, outros ainda pensam que a religião deve estar presente na forma de organização política do Estado. O que temos no Iraque, neste momento, é uma ingerência desproporcional, descabida e inumana (no sentido de que não respeita os iraquianos enquanto povo, enquanto etnia e enquanto cultura). Isso tudo por parte de uma potência que tem olhos para os seus próprios interesses no Oriente Médio como um todo, e que está pouco preocupada, ou, absolutamente nada preocupada, com os anseios da população iraquiana. Esse é um exemplo dos impasses da atualidade.

Outro assunto que não pode faltar neste debate é a referência ao terror. Afinal de contas, um dos pretextos utilizados pela administração George W. Bush são as possíveis ligações entre Saddam Hussein e os responsáveis pelos atentados do 11 de setembro de 2001, no território dos Estados Unidos. Como é que se vai impedir o terror – e o terror é, afinal de contas, um combate que deve ser enfrentado por todos, nós inclusive – como é que se vai empreender um combate contra o terror, se têm as mãos sujas com a emergência desse terror? Sabe-se muito bem que Bin Laden (que continua vivo em algum lugar) e Saddam Hussein (que, parece, continua vivo em algum lugar) emergiram como lideranças, em função da atuação (ou ingerência!) dos Estados Unidos nessa região.

Conhecer as circunstâncias – e isso remonta ao final dos anos 1970 – e, principalmente, o jogo de interesses que fez com que os Estados Unidos apostassem em Saddam Hussein, que fez com que os Estados Unidos apostassem em Bin Laden; conhecer as circunstâncias e a conjuntura em que Saddam Hussein dá uma guinada fora do controle dos Estados Unidos e Bin Laden corta os laços com os Estados Unidos, é extremamente importante para se desmistificar os fundamentalismos, não só o islâmico, mas o fundamentalismo da administração Bush.

Também deve ficar claro que os Estados Unidos (com todas as ressalvas que possamos fazer e temos *n* razões, da laranja ao aço, para fazermos essas ressalvas) não podem ser confundidos com a administração Bush. Essa é uma parte dos Estados Unidos: a parte conservadora, ultraconservadora, a parte que saiu do tradicional isolacionismo para aumentar seu poder. É uma parte importante dos Estados Unidos. Houve fraude nas eleições? Houve! Mas, enfim, eles conseguiram colocar o presidente Bush no poder, e deu no que deu!

Temos de pensar em trabalhar a questão das diferenças. Por que insisto nesse ponto? Porque somos professores e, quando estamos em sala de aula, qualquer que seja o conteúdo, em algum momento, vamos trabalhar com o Iraque, com os Estados Unidos e com o Brasil. E tende-se a trabalhar o Brasil como se fosse algo homogêneo. O Brasil não é homogêneo. Há uma unidade cultural fundamental; e uma característica que considero extraordinária: a inexistência de guetos neste país; embora venha até me perguntando, devido à violência no Rio de Janeiro nos últimos anos, se ainda posso afirmar isso. No entanto, se considerarmos as gritantes diferenças econômicas entre as regiões brasileiras, e considerarmos que, apesar de tudo isso, existem alguns laços fortes que permitem a integração político-territorial desse todo, que permitem a continuidade desse todo, como é importante trabalhar a questão das diferenças na sala de aula, qualquer que seja o conteúdo.

Essa guerra recente entre os Estados Unidos e o Iraque foi uma guerra preventiva. Os Estados Unidos não escondem um documento da Casa Branca, datado de 20 de setembro de 2002, em que definem a nova estratégia nacional de segurança nos Estados Unidos. Nesse documento, ficou claro o seguinte: diante de uma ameaça eminente, a América (sua auto-denominação!) intervirá, antes mesmo que a ameaça se concretize. Foi o que fizeram no Iraque.

Importante é perceber, neste início do século XXI, que, definitivamente, o conceito de guerra mudou. Então, hoje há uma guerra preventiva; uma guerra em que o virtual e o real se confundem (há uma teletecnologia *on-line* que confunde o real com o virtual, que banaliza a vida e a morte); e também existe a questão de que, como essa tecnologia *on-line* faz da aldeia global um mercado televisivo, a simultaneidade do ato de olhar o que ocorre no campo de batalha também banaliza as emoções. É evidente que ter compaixão pelo outro é um valor fundamental. Mas, ao vivermos nessa teletecnologia *on-line*, corremos o risco de perder a compaixão, porque a vida e a morte são confundidas, são banalizadas. E, nesse instante, perdemos a possibilidade de fazer a crítica. Acabamos sendo levados pelas emoções, e não paramos para pensar acerca da emoção; nem a respeito de como o sentimento poderia ser trabalhado para contrabalançar o peso da razão instrumentalizada na nossa sociedade.

Uma citação do Walter Benjamin, extremamente apropriada, ilustra, de alguma maneira, o que vemos há alguns meses e, provavelmente, vamos conti-

nuar a ver: “Todos os que até hoje venceram, participam do conteúdo triunfal em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão”. A teletecnologia *on-line* nos mostrou e mostra isso claramente.

“Os despojos são carregados no cortejo – como de praxe. Esses despojos são o que chamamos de bens culturais e, evidentemente, esses bens culturais são indissociáveis dos valores”. Eu só gostaria de lembrar que os museus foram pilhados, que a Mesopotâmia foi o berço de uma das primeiras civilizações, e que tudo isso se perdeu numa fração de segundos. E essa tragédia foi banalizada pela teletecnologia *on-line*.

“Se é verdade também que nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”, um dos combates mais prementes da atualidade não seria o de nos mobilizarmos contra a barbárie? Essa não seria uma das grandes questões do nosso dia-a-dia? Como nos mobilizarmos contra a barbárie? Não tenho a pretensão de responder a esse desafio, mas entendo que o exercício cotidiano da democracia é, por excelência, a arma contra toda violência, sobretudo porque estamos vivendo restrições aos direitos mais elementares da cidadania.

Evidentemente, não penso numa democracia pronta, acabada, como a dos Estados Unidos, digamos assim, e que deve ser implantada. Não, não estou pensando nisso. Penso, sim, que devemos ouvir, inquirir os iraquianos a respeito do que, a seu ver, seria uma democracia, do que, para eles, seria um regime democrático. Considero que, em uma sociedade tribal, serão necessárias décadas para aprofundar, para conseguir definir (ou redefinir) o conceito de democracia, até porque, nos últimos anos, a única experiência que tiveram foi a de uma ditadura.

Parece-me que temos uma tarefa, aqui e agora, como professores que somos. Cada um, em seu próprio local de trabalho, pode fazer algo; não se trata, necessariamente, de fazer grandes coisas. É fazendo pequenas coisas no cotidiano que fazemos grandes coisas. Esse é o movimento da escola, cada um com a sua contribuição. O importante é não nos omitirmos. Por isso me parece que, como professores, temos uma tarefa. E essa tarefa seria de recuperar o pensar, de recuperar o pensamento. Por quê? Por que precisamos pegar os destroços no ar, e esses são destroços de todo o tipo: são destroços colocados pela violência urbana das grandes cidades, seja em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro ou em São Paulo; é também preciso desmistificar o autoritarismo da sociedade brasileira!...

É um autoritarismo que conhecemos pouco. E esse é o risco! Por isso coloco isso como uma tarefa do pensamento. Esquecemos que somos uma sociedade autoritária e que, por conseguinte, somos autoritários também. Precisamos, pois, nos policiar (no bom sentido) para constatar que, de vez em quando, incorremos em autoritarismo. Isso tem uma explicação, que é histórica. Conhecer a História, conhecer o espaço-tempo da sociedade brasileira é extrema-

mente importante. É preciso pegar no ar os destroços de uma Bagdá, de uma cidade milenar, pegar os destroços da civilização mesopotâmica, e pensar e refletir a respeito de seu significado. Assim é que devemos nos preparar como professores, para não termos medo de colocar aos nossos alunos a necessidade de compreendermos a complexidade do mundo. Esse mesmo mundo, imprevisível e instável, é também simultâneo e instantâneo e, por isso, se faz necessário um recuo para não nos envolvermos com a banalidade.

Apesar de toda a força da hegemonia americana, da potência americana, da arrogância americana, existe uma resistência a esse poderio, existe um campo em que é possível resistir. Esse é o campo cultural. Não descartaremos a globalização, evidentemente. Ela existe, é um fato, particularmente a globalização econômica e financeira – quando o dólar sobe, sentimos, quando cai, também sentimos – de modo que, qualquer que seja o lugar do mundo em que nos encontremos, esse é um fato. E é preciso enfrentar isso e procurar alternativas.

A cultura resiste à americanização, ou, pelo menos, ela vem resistindo. E por quê? Porque a cultura está ancorada, enraizada em uma população, em um povo, em um Estado, de modo que, por maior que seja a influência da cultura americana (e ela é muito grande!), devemos valorizar os traços mais importantes da cultura brasileira. Se pensarmos no mundo que aí está, neste mundo em que vivemos, existe parte dele que precisa ser levada em conta, e que não tem sido levada em conta: o mundo chinês, por exemplo. O que é que conhecemos desse mundo chinês? Existe um mundo hindu – é outro mundo, com outras questões, outras especificidades; existe um mundo muçulmano e, neste caso, precisamos ter cuidado para não chamar todo muçulmano de fundamentalista. Não é. Há um mundo muçulmano muito amplo, que não conhecemos.

Quando me refiro aos mundos chinês, hindu, muçulmano, não é só em termos quantitativos, pela sua expressão numérica, mas, sobretudo, pela sua cultura. E tanto no caso do mundo chinês quanto do mundo hindu, há uma cultura milenar que resiste à americanização. Os McDonalds estão presentes no mundo inteiro, na China, na Índia, na Europa Oriental (e isso é muito interessante, os McDonalds estão instalados exatamente nos prédios antigos mais bonitos das cidades, e muito bem localizados). Enfim, teríamos de conhecer melhor esses outros mundos e – por que não? – os latino-americanos de origem espanhola. O que conhecemos dos nossos vizinhos? O que eles conhecem de nós? É verdade que os contatos têm melhorado desde o Mercado Comum do Sul – Mercosul. É verdade que, desde 1985, temos ouvido nossos vizinhos e eles nos ouvem, possibilitando um diálogo. Entretanto ainda precisamos avançar muito em relação a isso. À medida que conhecemos melhor os outros, esses outros mundos, aprofundamos o conhecimento a respeito de nós mesmos. Na verdade, nos conhecemos à medida que nos confrontamos com o outro. Quer dizer, o autoconhecimento e o conhecimento do outro são inseparáveis.

Para terminar, no espírito do evento, uma outra questão é fundamental – e essa guerra também colocou isso como uma tarefa do pensamento – a questão da civilização. A guerra passa por cima da morte, porque ela banaliza a morte. Ora, o que nos permitiu construir uma civilização (ou várias civilizações) foi nossa atitude diante da morte. Como a morte é um fato, quer dizer, nesse mundo complexo e imprevisível, a morte é a única certeza, torna-se extremamente importante a preservação da memória. E quando me refiro à memória, é no sentido amplo: é a memória dos familiares, é a memória dos países, é a memória nacional, é a memória da humanidade...

Com o Seminário “Cláudio Peres” de Prática de Ensino em Geografia, de alguma maneira, colocou-se em prática uma tarefa do pensamento, que é o repensar a civilização, é o valorizar a civilização. Quer dizer, nesse seminário, nessa homenagem prestada ao professor Cláudio Peres, entrou-se em sintonia com a civilização. E essa civilização, embora tenha o pé calcado na morte, é, sobretudo, vida. Isso se dá porque só pode cultuar a memória aquele que está vivo. Logo, para que nos mantenhamos vivos, é preciso cultuar a memória e, mais do que isso, diante de tudo aquilo que foi dito do Cláudio na apresentação desse seminário, é preciso colocar em prática os ideais e as propostas dele, evidentemente, atualizando-as para o nosso presente, já que o momento em que ele construiu seus ideais e suas práticas, não é, necessariamente, o mesmo que vivemos. E, se pretendemos, e parece que precisamos, nesse início de século XXI, repensar a civilização, repensar a vida, reconstruir a vida, reconstruir a civilização, o melhor é cada um, conforme suas possibilidades, não só colocar-se como um cidadão no sentido amplo, um cidadão nos limites daquilo que, hoje, convencionamos chamar de Brasil, mas também como um cidadão planetário, um cidadão cosmopolita. Até porque não dá para pensar no Brasil sem o global, e não dá para pensar no global sem o Brasil. Coloquemos em prática os valores universais que cultuam a vida, a civilização. Essa me parece ser uma tarefa urgente do pensamento.

DEBATE

O questionamento sobre o poder das grandes redes transnacionais e multinacionais na construção do Estado nacional é oportuno porque não tratei a questão das redes quando estava discutindo o Estado-nação. Em primeiro lugar, os Estados-nação possibilitaram a emergência das redes. Isso significa que não corresponde à realidade dos fatos uma certa oposição que tem sido feita entre a lógica do território – que é a lógica do Estado-nação – e a lógica das redes – que é a lógica da globalização. Um certo discurso separa-as: compõe lógica territorial aqui, lógica das redes ali. Dizem: agora a lógica territorial desapa-

receu, não tem mais razão de ser, e o que conta é a lógica das redes, o que conta é a globalização.

Mesmo assim, para falar claramente, nos anos 1990, os neoliberais propuseram o seguinte: vamos jogar o Estado na lata do lixo, pois o mercado vai resolver todos os problemas da sociedade. O Estado atrapalha, não serve para nada, portanto vamos jogá-lo fora. Então, primeiro, os Estados-nação permitiram a emergência das redes. Por quê? A lógica territorial é uma, a lógica das redes é outra, mas há complementaridade entre essas duas lógicas. Há uma oposição entre ambas? Há. Coloco o exemplo dos Estados Unidos, que me parece o mais feliz de uma complementaridade-oposição entre essas duas lógicas.

Se recorrermos aos registros históricos, encontraremos o seguinte: os Estados Unidos tornaram-se uma potência mundial depois do final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. E, se formos mais cuidadosos – e temos de sê-lo – vamos verificar que, desde o final do século XIX, os Estados Unidos tinham todas as condições para exercerem hegemonia no mundo. Digamos assim: eles estavam se preparando para tal. E como é que eles estavam se preparando para tal? Na segunda metade do século XIX, o que é que acontece (e é muito significativo) no território dos Estados Unidos? Acontece urbanização, industrialização e, por conseguinte, criação de uma infra-estrutura de transportes que permite deslocamentos rápidos e eficientes da costa leste à costa oeste, por meio de ferrovias. Um pouco mais à frente, quando começa a aviação, as companhias aéreas estadunidenses ligam o território dos Estados Unidos ao restante do mundo.

Vejam os que o próprio nome já contém sua explicação: rede de transportes. E o que é que as redes fazem, e fizeram desde o início? Elas dão flexibilidade ao território. No início, eu havia falado em idéia de território, e não em território propriamente dito. O território propriamente dito, aparentemente, é imóvel e estável, mas sabemos que a dinâmica das placas tectônicas não se interrompeu. E, no espaço da vida humana, no espaço do incerto, esse deslocamento de placas é imperceptível. Consideremos os nossos atlas: são fixos, aparentemente tudo é estável. Porém a realidade é outra, mesmo do ponto de vista do território propriamente dito.

Sem dúvida, um território estável, fixo, sempre no mesmo lugar, acaba sendo “pesado” no contexto da sociedade capitalista. E as redes – primeiro as de transporte, depois as de comunicação – apareceram para dar flexibilidade ao território. Elas diminuem a rigidez do território. E os Estados Unidos construíram o seu poderio, a sua potência, prepararam-se para exercer a hegemonia mundial, ocupando-se de seu território, valorizando o seu território, usando as redes (de transportes e comunicações). Paralelamente, o exercício da hegemonia tem um contrapeso: as forças armadas. A História registra que todas as potências hegemônicas tiveram forças armadas significativas.

E como é que os Estados Unidos deram o “salto decisivo” para exercer a hegemonia, isto é, a “colocaram” na cabeça das pessoas? Por meio de uma outra rede, que vou chamar, simplesmente, de Hollywood. As músicas, os filmes... É só conversarmos com nossos pais. O *american way of life* se propagou no mundo via Hollywood nos anos 1930, 1940, 1950... E continua hoje com o *rock*, etc. Mas essa é uma outra rede; é flexível, é leve, é imaterial e mexe com a emoção das pessoas. Então, na verdade, não há oposição entre essas duas lógicas. E os Estados Unidos construíram sua potência mundial, desde o início (apesar de terem se colocado numa posição de isolacionismo), unindo a lógica do território com a lógica das redes. Isso é fundamental.

Quanto à ONU, ela continua sendo indispensável. É claro que foi desrespeitada. Mas será que a administração Bush tem um índice de aceitação muito grande? Será que toda a população americana concorda com o desaparecimento da ONU? Mesmo entre os “falcões”, existem os radicais e os moderados. O Collin Powell é do grupo dos moderados. Só que vai repercutir muito mal se os Estados Unidos decidirem “democratizar” o Iraque sozinhos. Eles têm o poder de fazer isso hoje? Têm, infelizmente têm. Apesar – o que é assustador – de toda uma onda de manifestações pacifistas sem precedentes nas últimas décadas. E eles ganharam a guerra.

Então, eles podem fazer isso? Podem. Talvez, mesmo entre os “falcões”, vozes moderadas levem a um repensar, até porque o antiamericanismo tem aumentado. E isso não interessa a uma potência, já que o poder de fogo, o poder militar, tem limites, ou seja, os Estados Unidos ganharam essa guerra, mas isso não significa que ganharão todas as guerras. O antiamericanismo poderá criar dificuldades bélicas mais para frente. De modo que é possível (e eu espero) que essa posição seja reavaliada, e que se considere a necessidade de respeitar a ONU como instituição que exerce a diplomacia na arena mundial.

A ONU foi criada para manter a paz, para intermediar as relações conflituosas, os confrontos entre os Estados. Sei que os Estados Unidos têm direito de veto, têm como, inclusive, ameaçar os demais participantes – e, quando digo ameaçar, não estou me referindo aos cinco grandes do Conselho de Segurança, estou falando de nós, apesar de que, desta vez, outros países, como Chile, Paquistão, etc. não se submeteram à vontade americana. E, afinal de contas, o que interessa mais aos Estados Unidos? Manter a hegemonia! Pode-se manter a hegemonia pela força das armas por quanto tempo? Além disso, os Estados Unidos não ignoram a possibilidade de ataques terroristas; eles sentiram a fragilidade de si mesmos com os ataques terroristas do 11 de setembro de 2001. E é por isso que espero que reavaliem suas posições.

Esse sentido de reavaliar está em aceitar que a ONU seja encarregada e participe ativamente do processo de reconstrução do Iraque: que se delegue isso à ONU. Tenho a impressão de que a União Européia é quem tem mais poder de

fogo, mesmo porque ela comprou uma briga, já que a França e a Alemanha disseram “não!”, e se mantiveram coerentes. Passada a guerra, quando se fala em reconstrução, todos estão interessados, todos têm interesses sobre o petróleo, sobre quanto podem ganhar... A França, a Alemanha, a Rússia, a China, todos têm interesse. Mas a União Européia, pela sua posição política, de crítica à postura dos Estados Unidos, pode contribuir no sentido de ser um contrapeso. E, afinal, esse é o momento propício.

E por que existe uma União Européia? Existe para contrabalançar a hegemonia americana. Esse é o momento de continuar se demarcando, se distanciando, se distinguindo da posição dos Estados Unidos. A meu ver, ela tem de continuar fazendo pressão. Espero que os interesses econômicos imediatos não anulem o potencial político de crescimento da auto-afirmação da União Européia.

Evidentemente que o ideal, no que diz respeito ao novo governo do Iraque, é a participação da ONU. São fundamentais nesse processo as participações da ONU e dos representantes da UE.

Quanto ao risco de os fundamentalistas chegarem ao poder no Iraque, esse risco existe, até porque os fundamentalistas estavam com Saddam Hussein e a guerra foi muito cruel. Uma situação de guerra cria revoltas, que não se apagam em uma geração. Esse risco é tanto maior quanto maior for a presença das tropas americanas no Iraque. Esse risco aumenta com a rigidez americana, no sentido de apenas eles organizarem esse governo de transição, de apenas eles (e os britânicos!) estarem presentes. Caberá à política americana ter a lucidez de abrir mão dos seus interesses mais imediatos e conseguir olhar mais longe. E os Estados Unidos também têm os seus problemas: sua hegemonia está diminuindo. Uma outra potência está se afirmando: a China. A União Européia deixou claro que tem condições de ser um contrapeso à influência americana no mundo. Então, quais são os interesses? Apenas econômicos, no curto e médio prazos? Ou os interesses são mais amplos? Uma potência tem de pensar grande, tem de pensar longe.

Retomando o Estado-nação, sabe-se que, como produto histórico que é, o Estado-nação não é eterno. É um produto histórico que persiste, isso é um fato. Isso não significa que não se deseje extingui-lo, que não se pretenda substituí-lo.

Recentemente, foi publicado um livro chamado *Império*, que apresenta a proposta do filósofo italiano Antonio Negri – que participou, nos anos 1970, do movimento terrorista Brigadas Vermelhas, responsável pelo assassinato do primeiro ministro italiano Aldo Moro – escrito em conjunto com um literato americano, Michael Hardt. E qual é a proposta dos autores? Substituir o Estado-nação pelo império. E o que seria esse império? Primeiramente uma ressalva: esse livro é um calhamaço. E um calhamaço que exige uma leitura atenta. Logo, sugiro a leitura do mesmo, bem como de um outro livro, *O jardim das aflições*, do filósofo e jornalista brasileiro Olavo de Carvalho, que trata do

mesmíssimo tema, mas foi escrito e publicado com cinco anos de antecedência em relação ao livro do Antonio Negri e do Michael Hardt.

De qualquer forma, o que pretende o “império”? Pretende substituir esse Estado-nação, considerando o desaparecimento das fronteiras dos Estados. Agora, onde é que, efetivamente, as fronteiras dos Estados desapareceram, ou estão desaparecendo? Na Europa, na União Européia. Recentemente, estive participando de um encontro de geógrafos no México (9º Encuentro de Geógrafos de América Latina) e, pergunto: por acaso a fronteira México – Estados Unidos desapareceu? Os policiais americanos não estão lá? Quantos brasileiros morrem lá ao tentarem atravessar a fronteira em busca de trabalho! Lá há o Acordo de Livre Comércio da América do Norte – Nafta. Para mim está claro, o Nafta não se confunde com a União Européia. Não discutirei aqui o papel do Nafta, mas, enfim, o Nafta, tanto quanto a Área de Livre Comércio das Américas – Alca, não podem ser comparados com a União Européia. Por quê? Simplesmente porque nas entrelinhas do Tratado de Roma (que fundou e criou o Mercado Comum Europeu, hoje União Européia), já se falava em uma união política, em uma unidade política européia. Essa não é a proposta do Nafta; pelo contrário, sua proposta é controlar a imigração ilegal de mexicanos e outros latino-americanos. Então, a fronteira está muito bem guardada lá. E quem passar ilegalmente corre o risco de levar fogo.

Uma outra alternativa que tem sido apontada para substituir o Estado-nação, é a globalização, ou, em outras palavras, o mercado. Joguemos fora o Estado-nação, e o mercado resolve todos os nossos problemas. Obviamente, não resolve, até porque o mercado precisa de alguns limites. E esses limites não são, regra geral, estabelecidos pelos pares – porque os interesses econômicos e imediatos são muito grandes. Os limites são estabelecidos, historicamente, pelo Estado. Na verdade, não dá para se pensar em um mercado sozinho. O mercado precisa do Estado, assim como o Estado precisa de um mercado, e é por isso mesmo que há empresas estatais.

Em relação ao terror: o terror é uma forma violenta de protesto. É também uma violência. Enquanto tal, o terror existe desde que há História, isto é, desde que estamos na superfície da terra (à exceção, talvez, do tempo das cavernas, porque naquela época o desafio era a sobrevivência do dia-a-dia); à medida em que fomos nos organizando em sociedade, o terror emergiu. Por quê? Porque, como uma forma de violência, ele é humano, assim como a barbárie. Somos nós que construímos a barbárie. Ela faz parte da civilização. Observe-mos que o terror não emergiu com o Estado-nação. Ele pode ter se intensificado com o Estado-nação; por exemplo, os ataques perpetrados pelos anarquistas no final do século XIX e começo do século XX; e se pensarmos, hoje, no 11 de setembro de 2001, com certeza dá para se fazer uma relação entre o desencanto político acarretado pela imposição desse “modelo” estrangeiro de Esta-

do-nação no atual Oriente Médio e a disponibilidade das pessoas para agir dessa maneira.

Sem dúvida alguma, a globalização aumenta e incita a violência. Ela não criou a violência, que existe desde que nos concebemos enquanto civilização, mas a globalização representa, sem dúvida alguma, uma violência enorme. E, normalmente, vem de fora, por que a globalização tem um ícone, uma liderança, uma potência hegemônica. E é claro que essa potência hegemônica acirra a violência interna. Se pensarmos no consumo, todos temos de ter um carro: esse é um exemplo de aceitação da violência. Por outro lado, convém assinalar que a globalização já foi vista como uma americanização; alguns ainda a vêem assim. Entretanto é preciso tomar cuidado, porque, quando se fala em americanização, corre-se o risco de ignorar o processo mais amplo de constituição e consolidação da sociedade capitalista e moderna, de que os Estados Unidos são (uma) parte integrante.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte – Otan se manteve e se mantém mesmo depois do final da Guerra Fria, mas vem rediscutindo o seu papel há algum tempo. Acredito que as posições da França e da Alemanha, nesse conflito recente, contribuam para intensificar essas discussões. E há um outro aspecto: a União Européia se amplia. Aos poucos, a antiga Europa Oriental vai fazendo parte da União Européia e, por isso, acredito que essa discussão evolua. De um ponto de vista de sua dinâmica interna, é importante, sim, lembrar que a União Européia define uma política que estimula a valorização das regiões, certamente em decorrência das especificidades de sua História.

Quanto ao avanço do Islamismo, se queremos pensar nesse assunto, temos que considerar o caso da Indonésia – o país que tem o maior índice de população islâmica. Temos que considerar também as repúblicas que pertenceram à antiga União Soviética e onde a presença islâmica é, igualmente, significativa. De qualquer forma, em termos quantitativos, a Indonésia se destaca. De modo que não vejo como o conflito do Iraque possa ter alguma relação no sentido de restringir um avanço do mundo islâmico. Não seria esse o caminho. Se esse fosse o objetivo – como é que se restringe o Islamismo? – então seria necessário fazer uma guerra contra o mundo muçulmano. O mundo muçulmano é constituído por cerca de um bilhão e meio de pessoas. Vamos entrar num esquema de guerra santa? É esse o caminho?

Os interesses em relação ao Iraque não são só interesses econômicos, ainda que o petróleo exerça um papel importante. Não podemos pensar no Iraque sem considerar toda a região do Oriente Médio, sem considerar a situação palestina. Existem interesses políticos fortes, questões políticas e geopolíticas fundamentais. Como é que se vai equacionar a questão Palestina – Israel se não se equacionar a questão da água? A tendência, daqui para frente, é de se fazer guerra por água, não por petróleo.

Quanto às represálias dos Estados Unidos, não sei o que os “falcões” estão pensando, mas eles têm um projeto. Em termos de Brasil, será que temos de temer represálias dos Estados Unidos? Tenho a impressão de que não, embora, evidentemente, fontes diplomáticas já deixaram claro que estão insatisfeitas com o fato de o Brasil ter se mantido à margem do conflito.

Teoricamente, todo Estado-nação pode participar da ONU. É um direito. Mas é preciso que haja uma vontade de participar. Existem alguns arquipélagos, algumas ilhas, que têm uma relação de alguma dependência com um Estado-nação e, por conseguinte, não fazem parte da ONU. Por quê? Porque são dependentes, um resquício colonial, enfim. O requisito para participar da ONU é ser um Estado-nação. A ONU tem interesse em reconhecer os novos Estados-nação.

Trabalhar os conflitos mundiais em sala de aula não é fácil quando recebemos informações banalizadas, viciadas, do mesmo canal. Contudo é interessante – para quem já fez a experiência – mesmo com as nossas dificuldades, constatar que a informação que se tem num canal (brasileiro ou não) não é necessariamente a mesma informação do outro canal. A diferença pode ser pequena, mas, às vezes, essa diferença é fundamental. Por isso temos de estar alertas, e estimular o aluno a observar isso. Se estimularmos o aluno a ver essa diferença, ele vai nos antecipar, ele vai ficar “ligado”, e ele vai nos trazer as diferenças que realmente existem – não só sobre notícias do mundo e da guerra, mas sobre a realidade brasileira também. Na medida do possível, vamos remetendo esse aluno a diferentes fontes e, nesse ponto, é preciso ter um cuidado (que nós não temos ou não tivemos até hoje): o de aprendermos uma língua estrangeira. O meu coração sente muito, porém o mundo fala inglês. Essa é a realidade! Hoje temos alternativas, como o espanhol. Estou falando isso teoricamente, pois sei que essa não é a realidade da grande maioria dos estudantes brasileiros, da grande maioria das escolas. Existem, na TV a cabo e outras, vários canais, com jornais de Portugal, Espanha, México, Alemanha, França, Itália, inclusive um canal árabe. O aprendizado de línguas estrangeiras é uma ferramenta muito importante. Os recursos estão à disposição: as “internets” e as televisões empregam diferentes tecnologias. Quando alguns alunos têm esse recurso em casa, penso que deveríamos estimular essa procura.

O desenho político do Oriente Médio continua sendo uma incógnita para mim. Primeiro, no Iraque, segundo as últimas informações, existe o interesse americano de controlar tudo, inclusive a educação, o que é trágico. Controlar a educação significa negar a cultura iraquiana, e espero que isso não seja feito. Espero que os próprios “falcões” reavaliem isso, mas até o controle da educação já foi pensado. E o Afeganistão? Por que não está mais na mídia? Quando uma mina explode, vira notícia, rapidamente. Mas o Afeganistão foi invadido em 1979! De 1979 para cá, aconteceu só tragédia, ditadura, soviéticos, tali-

bãs... Não se reconstrói um país do dia para a noite. E, no Iraque, com várias etnias e diferenças culturais, o processo de reconstrução é complicado...

Um fato é certo: existe uma questão-chave no Oriente Médio, a questão Israel-Palestina. Enquanto os palestinos não forem um Estado-nação reconhecido como tal, dificilmente a situação caminhará de modo diverso na região. Evidentemente, as relações Estados Unidos-Israel não vão mudar no curto, nem no médio prazo. Os interesses são muito grandes. No entanto o equilíbrio político depende de um mínimo de estabilidade, de um mínimo de paz no Oriente Médio, ou outros conflitos poderão surgir e agravar a situação da região. Uma segunda Intifada já está em andamento e, se nos recordarmos dos acordos de Oslo, esses estavam caminhando numa direção positiva e favorável, porém, de repente, tudo retrocedeu. Então, se é que se pode falar em estabilidade política nesse mundo cada vez mais complexo, cada vez mais instável, o Oriente Médio é dependente de um mínimo de estabilidade para seguir adiante. Em parte, os problemas políticos e geopolíticos do mundo dependem do que acontecer lá.

Em relação à cultura do Oriente Médio, precisamos repensar a nossa maneira de olhar o mundo. Simplificamos e, quase sempre, vemos o mundo dividido em dois: Europa e Estados Unidos. Nossos escravos eram africanos, mas não conhecemos a África de fato, da mesma forma que não olhamos para os nossos indígenas. E o Oriente Médio é uma grande incógnita, embora tenhamos representantes de várias nacionalidades dessa região convivendo em paz conosco. De qualquer forma, me parece necessário darmos uma atenção à geografia cultural e à geopolítica. Temos de ler e estudar o Oriente Médio, e não apenas a sua cultura; afinal, o Oriente Médio faz parte do nosso mundo e, como tal, deve ser um objeto de estudo a receber uma atenção especial.

Referências

- ARENDT, Hannah. *O que é Política?* Trad. de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- ARON, Raymond. *Paix et Guerre entre les nations*. 2ème ed. Paris: Calmann-Levy, 1975.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3. ed. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOBBIO, Norbert; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 2. ed. Trad. de João Ferreira *et al.* Brasília: Ed. da UnB, 1986.

CALVEZ, Jean-Yves. *Política: uma introdução*. Trad. de Sônia Goldfeder. São Paulo: Ática, 1997.

CHOMSKY, Noam. **11 de setembro**. Trad. de Luiz Antonio Aguiar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. 4. ed. Trad. de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LACOSTE, Yves (sous la direction de). *Dictionnaire de géopolitique*. Paris: Flammarion, 1993.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introduction à l'histoire des relations internationales*. Paris: Colin, 1964.

ROSENFELD, Denis L.; MATTÉI, Jean-François (Ed.). *O terror*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002 (Filosofia política. Série III; n. 4).

THE NATIONAL SECURITY STRATEGY UNITED STATES OF AMERICA, september 2002. (disponível no site www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf).

VLACH, Vânia Rubia F. Pós 11 de setembro de 2001: um resgate do político e da política para uma nova geopolítica? *Estudos Geográficos*, Rio Claro, n. 1, p. 63-70, 2003.

ARTIGOS

RACIONALIDADES ESTRATÉGICAS NO PLANEJAMENTO URBANO DE BELO HORIZONTE: MODERNIZAÇÕES ESPACIAIS E O USO EMBLEMÁTICO DA CULTURA*

Valnei Pereira**

RESUMO

Este trabalho apresenta uma reflexão crítica dos formatos assumidos pelo planejamento e a política urbana na história recente de Belo Horizonte. A análise demonstra como, durante os anos 90, complexos processos de modernização, exemplificados através de intervenções físicas na paisagem ou de imagens amplamente difundidas, indicam a configuração de uma nova racionalidade no planejamento urbano de Belo Horizonte. Essa racionalidade, inspirada em modelos e experiências internacionais do chamado planejamento estratégico de cidades e no *city marketing*, ao mobilizar a produção cultural em busca de novas interações entre paisagem e imagem, estimuladoras de investimentos privados e do turismo, reinventa representações sociais da experiência urbana, alterando memórias e projetos políticos. Nesse contexto, a cidade de Belo Horizonte é analisada a partir das relações entre planejamento, espaço, cultura e mercado, orientadoras de diretrizes da política urbana entendida como expressão de processos contemporâneos mais amplos de modernização socioespacial.

Palavras-chave: Planejamento urbano; Modernizações espaciais; *City marketing*; Promoção cultural; Belo Horizonte.

DO MERCADO À CIDADE: RACIONALIDADES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO URBANO

O planejamento urbano contemporâneo, ao aproximar-se do chamado planejamento estratégico de cidades, busca como fundamentos o *marketing*, o mercado, o *business* e a competição entre espaços. Difundido a partir da experiência bem sucedida, nos anos 60, de grandes corporações como

* O conteúdo deste artigo sintetiza parte de um dos direcionamentos analíticos tratados na Dissertação de Mestrado *Intenções estratégicas no planejamento urbano de Belo Horizonte: modernização espacial, internacionalização e city marketing*, orientada pela Profa. Dra. Ana Clara Torres Ribeiro e defendida junto ao IPPUR/UFRJ em abril de 2001.

** Geógrafo (IGC/ UFMG), Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/ UFRJ), Docente do Departamento de Geografia e da Escola Superior de Turismo da PUC Minas, em Belo Horizonte – MG.

a IBM e a Siemens e privilegiando a racionalidade de mercado construída em torno da Harvard Business School, esse modelo de planejamento parece ter resgatado o pensamento de Sun Tzu (500 a.C.), estrategista de guerra chinês que atualmente é valorizado no denominado “ambiente de competição”, em que a guerra é o modelo ideal para a absorção da política e do *business* por outros meios.

A aplicação dessas diretrizes estratégicas no planejamento urbano tem conquistado fortes adesões e referenciado práticas do chamado “urbanismo espetáculo”, que não prima pela diferenciação, mas pela homogeneização, pregando instrumentos e intervenções estandarizadas para todos os lugares. De acordo com Vainer (2000a), há a massificação da produção da diferença. Em outras palavras, significa vender a mesma coisa como se fosse o novo, uma imagem reciclada, que esvazia o fundamento original de construção da diferença, conduzindo à superficialização do tecido social (RIBEIRO, 1995, p. 60) através do

aumento do ritmo da vida social quotidiana, a multiplicação de esferas vitais e a influência crescente das linguagens sintéticas, isto é, daquelas que conseguem exprimir, de forma convincente, aspectos selecionados da vida coletiva e dispor as condições para a sua penetração no tecido social.

Nesses ajustes de racionalidades, concordamos com a vertente de Henri Mintzberg (1994), que, numa abordagem crítica sobre a migração da racionalidade privada para o setor público, entende que “vestir a camisa do planejamento estratégico” e, sobretudo, aplicá-lo ao setor público-governamental comporta perigos graves. Em *The rise and the fall of strategic planning* (1994), inicia, de forma perspicaz, citando Woody Allen¹ em *Shadows and fog*: “Eu estava em minha cama aconchegante, e de repente sou parte de um plano” (*ibid.*, 1994, p. 6; tradução nossa). Na nossa interpretação, essa reflexão é relevante, pois como se considerar o estrategista dos interesses públicos?

O planejamento, nessa concepção, funciona como um complexo processo articulado de comunicação, ao entender o *marketing* como instrumento de legitimação voltado à prática do convencimento e de criação de uma cultura favorável ao negócio. Em termos amplos, a construção do consenso funciona através de uma operação que a partir da cultura, sintetizada em imagem (representação e sua respectiva interpretação na era comunicacional), pode vender idéias e legitimar interesses,

¹ Esta mesma problemática foi refletida por Hannah ARENDT (1958) em *As esferas pública e privada*, ao confrontar as diferenças, no sentido e apropriação pela sociedade contemporânea, das dimensões entre os âmbitos público *versus* privado, corrompidos pelo confronto, que historicamente se configura a partir da segunda metade do século XX, entre as dimensões individual *versus* social.

moldando, de um lado, indivíduos (ou coletividades “imaginadas”) que se auto-identificam pelo consumo ostensivo de estilos e lealdade a todo tipo de marca; de outro, o sistema altamente concentrado dos provedores desses produtos tão intangíveis quanto fabulosamente lucrativos. (ARANTES, 2000, p. 16)

Essa lógica, situada na aproximação governo-negócio, parece corromper a fronteira entre público e privado ao fazer vigorarem os interesses na atual migração de racionalidades da negociação privada para a instância pública. Dessa forma, projetos hegemônicos de construção de signos identitários recriam e estilizam uma cultura reinventada, o que pode, inclusive, ter efeitos indesejáveis para projetos estratégicos e, sobretudo, políticos de construção da cidadania.

Esta abordagem oferece uma reflexão sobre as especificidades desse processo em Belo Horizonte e nas oportunidades que a partir dele são conquistadas, no sentido de (re)pensar se estas representam todos os segmentos a que parecem ser apresentadas, ou se há, em verdade, fortes mecanismos de seleção social.

REESTRUTURAÇÃO RECENTE DO PLANEJAMENTO URBANO EM BELO HORIZONTE: LIMITES À DEMOCRATIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO COMO OPÇÃO POLÍTICA

Os contornos e as características assumidos pela política urbana belo horizontina contemporânea estão organizados em torno de uma gama de leis, dispositivos e mecanismos jurídicos expressos, sobretudo, no Plano Diretor e na Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município. Resgatar a trajetória recente desses instrumentos é esclarecer o arcabouço jurídico e institucional que dá especificidade à gestão e ao planejamento urbano e também conhecer representações da cidade que orientam intervenções urbanas.

O atual Plano Diretor de Belo Horizonte, aprovado em 1996, foi gestado segundo orientação política de esquerda, com a vitória de Patrus Ananias para Prefeito de Belo Horizonte (1993-1996 – PT). A redução das desigualdades sociais foi, neste momento, associada à apropriação mais equânime dos investimentos públicos: “o propósito era, então, elaborar o Plano considerando a realidade como ela se apresentava, fugindo do modelo idealístico de cidade” (FERREIRA, 1997, p. 384).

A garantia da implementação do Plano, dessa forma, é concebida segundo novas orientações do planejamento, inscritas em processos mais amplos de reestruturação econômica, redefinições socioculturais e concepções do papel do Estado, que caracterizam, realmente, uma superação tendencial do planejamento regulatório, como bem refletido por Dantas (1997, p. 140): “(...) é preciso reconhecer a complexidade de tais ligações. O Planejamento urbano não é

de modo algum, simplesmente, o reflexo ou registro de tais mutações, mas as traduz, especificando-as”.

No caso de Belo Horizonte, diferentes propostas encaminhadas pelo Conselho da Cidade, fórum público para legitimação da participação social, não decorreram de grandes debates e nem sequer chamaram a atenção pela forma como foram conduzidas. Trata-se da busca de uma adesão unânime ao Plano Diretor, garantida pela idéia de que não se pode questionar os benefícios advindos da conquista de novas aberturas econômicas. O único “consenso” desejado, portanto, parece ser uma “engenharia do consenso” que garanta o sucesso das negociações e propostas aprovadas, pois, de acordo com Vainer (2000a, p. 91), em crítica a este consenso estrategicamente construído, “sem consenso não há qualquer possibilidade de estratégias vitoriosas. O plano estratégico supõe, exige, depende de que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas, em torno ao projeto”.

Suportando ajustes e a inclusão de novos objetivos estratégicos, o Plano Diretor de Belo Horizonte legitima a imagem de uma cidade moderna e sintonzada com tendências internacionais, via modernização de espaços e absorção de inovações sociais, culturais e econômicas, que, a partir do *city marketing*, aliou fortes mecanismos de produção de imagens. Os instrumentos da política urbana, nesse sentido, não incentivaram a democratização e o alargamento da esfera pública, através de uma concepção de poder que garantisse a existência de mecanismos de auto-regulação do Estado e da economia, sensíveis à ação *orientada-a-fins* expressiva da formação democrática da vontade.

Os desdobramentos práticos dessa orientação levaram à fragmentação das formas de participação, que, tendencialmente, parecem construir representações cambiantes da vida urbana, em que a contemplação, em substituição à participação efetiva, passa a ser a maneira pela qual os indivíduos vêm perpetuados os seus desejos e carências:

a produção social da contemplação inclui a emergência de uma ação ampla de planejamento que permita a mobilização, a administração e o direcionamento de massas de recursos, mercadorias e pessoas. Este planejamento, que inclui a contínua absorção de novas tecnologias e instrumentos, permite a interligação entre os equipamentos específicos do setor e o consumo geral de espaços e mercadorias. (RIBEIRO, 1988, p. 270)

Acreditamos que a contemplação vai além da simples espetacularização da política ou da passividade, refletindo, antes, a incapacidade de participar, gerada, por sua vez, pelo desconhecimento social dos processos e interesses que estrategicamente reproduzem as condições da desmobilização social. O estímulo à contemplação perpetua formas antidemocráticas de experientiação da cidade, impossibilitando a transformação da realidade social.

MODERNIZAÇÃO ESPACIAL E CITY MARKETING EM BELO HORIZONTE: O USO ESTRATÉGICO DA PAISAGEM URBANA

As intervenções físicas na paisagem urbana constituem importante proposta de programas articulados pelo planejamento estratégico de cidades. Ao mobilizar, modificar, transformar, recuperar, renovar ou mais comumente requalificar espaços urbanos, esse planejamento aciona intenções e satisfaz interesses, também conduzidos por estratégias.

Dantas (1997, p. 149-152), baseada em vários autores: Harvey (1994); Preteceille (1990); Santos (1988), ao sintetizar o planejamento urbano a partir da década de 90, conclui que, na matriz anterior de planejamento (regulatório), “o espaço era visto como recurso a ser moldado com propósitos sociais” e, na versão atual, “(...) o espaço é entendido como dimensão independente e autônoma, a ser moldada segundo princípios estéticos”. Nesta última concepção, o espaço, reificado, adquire uma posição aparentemente mais importante por conter a capacidade autônoma de gerar resultados em e por si.

Historicamente, esse tipo de intervenção com objetivos claros de reciclagem espacial e cultural da imagem urbana, evidenciando clara tendência à *gentrificação*,² tem início na década de 60 em inúmeros exemplos, como os do Battery Park, em Nova York, e o da clássica requalificação do SoHo, em Manhattan. Para Arantes (2000, p. 32), nessas intervenções, já havia “um conjunto movido a transgressões sistemáticas da legislação com a mal disfarçada aquiescência da administração local”. São vários os exemplos e as experiências contemporâneas em que as intervenções se reproduziram, invariavelmente, através de modificações na composição e atributos estéticos dos lugares, “variações em torno de um mesmo modelo” (ARANTES, 2000, p. 48). Essa nova geração de “urbanistas”, que mais parecem ter saído de escolas de propaganda, lidam com a cidade reinventando, estrategicamente, “produtos-paisagem”, promovidos sob a forma de imagens: “pois é esta a simbiose de imagem e produto que caracteriza a cidade-empresa-cultural perseguida pela terceira geração urbanística” (ARANTES, 2000).

Nesse sentido, a modernização espacial, através de intervenções na paisagem urbana ou através de imagens construídas e/ou alteradas por processos comunicacionais, se reveste de forte intenção estratégica, mobilizando a cultura em busca de novas sincronidades entre paisagem e imagem:

estes agentes modernizadores são responsáveis por uma crescente sincronidade entre paisagem e imagem, ou seja, pela produção especializada de uma ima-

² Utilizamos a expressão *gentrificação* com o sentido de elitização, como faz ARANTES (2000, p. 31), para quem seus significados “escamoteiam-se pelo recurso constante ao eufemismo: revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação”.

gética que seleciona e difunde ângulos da realidade urbana. Assim, as fragmentações da vida social e da materialidade são re-lidas por novos processos de comunicação que hiperexpõem ou ocultam elementos significativos da paisagem urbana. (RIBEIRO, 1998)

Assim vista, a modernização, enquanto ação de tornar moderno e como expressão prática e racional do modernismo, funciona como ideologia reduzida da modernidade “más exactamente, el modernismo se convierte en la ideología que avala la modernización, se reduce a apología, desprovista de contenido crítico y reflexivo que acompañó estos procesos durante el siglo XIX” (MARTÍNEZ, 1997, p. 41).

No caso de Belo Horizonte, a própria cidade surge, curiosamente, de objetivos “estratégicos”, em que foram buscados efeitos da imagem da nova capital, inspirada na racionalidade moderna, na representação de uma nova etapa histórica, econômica, social e cultural para o Estado de Minas Gerais. Ao longo de sua evolução, os administradores locais foram perspicazes na constante reprodução de inovações espaciais com a finalidade de requalificar a imagem urbana da cidade, como na clássica união, na década de 40, entre o então prefeito Juscelino Kubitschek e o arquiteto Oscar Niemeyer, com seus arrojados projetos para o Complexo Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha,³ além de outras obras arquitetônicas espalhadas pelo espaço da cidade.

Posteriormente, em uma proposta clara de *gentrificação* estratégica, com propósitos eminentemente econômicos, houve, na década de 70, a consolidação da Savassi como um novo locus do consumo e da sofisticação paisagística e cultural. Talvez, com base nessa trajetória, possamos situar, contemporaneamente, intenções ainda mais claramente estratégicas, como exposto nos novos artigos aprovados a partir do Plano Diretor:

(...) incluir entre os objetivos estratégicos do desenvolvimento urbano a criação de condições para preservar a paisagem urbana e a adoção de medidas para o tratamento adequado do patrimônio cultural do município, tendo em vista sua proteção, preservação e recuperação. (BELO HORIZONTE, 1999, p. 69)

Para além dessas mediações históricas entre espaço e imagem, procederemos a uma breve análise de três experiências urbanísticas contemporâneas (modernizações espaciais) que exemplificam intervenções estratégicas em Belo Horizonte.

³ Projeto no qual também participaram o pintor Cândido Portinari, o escultor Alfredo Ceschiatti e o paisagista Roberto Burle Marx.

Projeto de revitalização da Lagoinha: o projeto “síntese” do centenário

A região da Lagoinha localiza-se contígua à área central da cidade, tendo sido, desde os primeiros tempos da sua ocupação, um dos primeiros traçados urbanos espontâneos para abrigo de uma população não considerada no projeto de Belo Horizonte, concebido por Aarão Reis. Nascida periferia, a Lagoinha, no começo do século, recebe uma população formada por migrantes italianos, responsáveis por nova atmosfera cultural do lugar.

Nos anos 50, essa região foi palco de grandes projetos viários que repercutiram, negativamente, em sua estrutura urbana e cultural. Nesse período uma grande avenida de interligação estrutural foi construída (Avenida Antônio Carlos), unindo o Centro e a Zona Sul à Pampulha e à Zona Norte, além de um complexo de viadutos (década de 60) e da linha do metrô de superfície (década de 80), que demarcaram espacialmente seus limites físicos com a área central. A proximidade do Terminal Rodoviário de Belo Horizonte, destino e saída de milhares de pessoas, fez da região um amontoado de pensões e hotéis baratos, que ofertavam quartos e acomodações precários. Compondo esse cenário decadente, um grande número de mendigos, prostitutas e sem teto passaram a transitar pelo bairro à disputa de oportunidades marginais.

Por ocasião das comemorações do centenário da capital, o poder público encampou uma proposta de revitalização do bairro, emblematicamente chamado de “Projeto Lagoinha: o projeto síntese do centenário” (BELO HORIZONTE, 1996). Com esse propósito, foi contratado o famoso arquiteto português Álvaro Siza, sendo atribuída ao projeto a capacidade de reciclar a paisagem e a imagem da área e da “Capital do Século” “(...) através da apropriação, pela população, de ‘territórios’ urbanos, simbólicos ou não, pela apropriação dessa espécie de ‘paisagem mental’ de camadas de uma memória jamais sepultada, e de rumor urbano” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 1996).

O projeto foi idealizado para representar, fisicamente, uma orientação democrática e popular, ou seja, como uma nova forma de intervenção urbana que exemplificaria a criação de um “pacto territorial local” (*id ibidem*, p. 5), construído em torno da preservação dos interesses imediatos da população. Não obstante seus objetivos, a única e principal transformação realizada foi evidenciada, de fato, na recuperação física e na reorganização pouco mais eficiente do tráfego viário pesado, impondo à região uma triste “vocação” de espaço de passagem rápida. Apesar de divulgar critérios cuidadosos com a busca da cultura e da identidade essenciais do lugar em cujas intervenções seriam resguardadas “estruturas de sentimento”, o projeto foi executado via intervenções incipientes.

Expansão imobiliária da zona sul: *gentrificação* estratégica

A Zona Sul de Belo Horizonte é definida, do ponto de vista administrativo, como parte integrante da Regional Centro Sul. Trata-se da região que abrigou, e abriga, os maiores investimentos em infra-estrutura e equipamentos urbanos, além da população com maior nível de renda da capital, o que, recorrentemente, costuma obscurecer o fato de que aí também ocorre o acúmulo de grandes contrastes, como a segunda maior população favelada do município. Além disso, a proximidade da Serra do Curral, representando uma amenidade, fortalece a imagem construída de que “Zona Sul é o melhor lugar para se viver”. O fato é que a Zona Sul, como um eixo de expansão imobiliária da cidade, vem passando por um intenso processo de verticalização e especulação imobiliária, sobretudo a partir da década de 70.

Os rebatimentos espaciais desse processo são sentidos pelos municípios vizinhos limítrofes à Zona Sul, particularmente Nova Lima, que tem implementado uma legislação mais permissiva, dirigida à captura dos novos investimentos imobiliários, como o emblemático Alphaville.

O fenômeno de especulação imobiliária e modernização via instalação de objetos urbanos de última geração, como *shoppings centers* e novos espaços mediados por lógicas de consumo, na Zona Sul de Belo Horizonte evidenciam a real natureza estratégica das negociações entre interesses privados e poder público. Nesse processo, reconhecemos também a forte segregação social decorrente do teor dessas intervenções e negociações:

tais objetos, juntamente com os já bem conhecidos condomínios fechados e/ou exclusivos, os *shoppings centers*, os clubes *privé* e os mega-centros de lazer e entretenimento materializam o atual processo de reconfiguração e modernização excludente e atomizada da metrópole (e da sociabilidade). (BIENENSTEIN, 2000, p. 278)

O centro da cidade no centro da cena: revitalizações sem vida

O centro de Belo Horizonte é uma área que, ao contrário do observado noutras metrópoles, não tem perdido tão intensamente seu poder de atração, o que gera, inclusive, uma série de problemas relacionados à pressão sobre a infra-estrutura e à qualidade do meio ambiente. Apesar de abrigar uma grande concentração de atividades econômicas de comércio e serviços, a manutenção da ocupação residencial, ainda bastante significativa, encontra dificuldades pelo caráter conflitante dos seus distintos usos e pela estrutura “carregada” e dinamicamente degradante de sua paisagem, o que leva a formas de não apropriação desse espaço:

o centro tradicional de Belo Horizonte, em razão da saturação de imagens é constituído de um cenário flutuante, onde a arquitetura perde a sua densidade, tornando-se uma superfície, uma tela unidimensional. Nesse cenário, o espaço social se acha atomizado e os indivíduos estão dispersos. (LE MOS, 1988, p. 377)

Além do poder público, vários segmentos empresariais, sobretudo do setor comercial, têm estimulado o debate sobre a importância dessa região para a metrópole como um todo. Assim, em 1999, um dos maiores shoppings, localizado no Centro da Cidade, promoveu um ciclo de palestras sobre os atributos do Centro com o título de “Projeto de Revitalização do Centro de BH; Shopping Cidade, o shopping cidadão”. Antes de uma proposta efetiva, conjunta com o poder público, para revitalização do centro da cidade, percebeu-se uma clara promoção da imagem do *shopping* como “cidadão”, e a absorção mercantil de questões de interesse coletivo. Consideramos relevante a referência a esse pseudoprojeto de intervenção urbana, já que, em nome da consciência cidadã, autoriza-se o uso da problemática (e da imagem) da cidade para propósitos eminentemente legitimadores de interesses privados.

Observa-se, mediante essas considerações, que a flexibilização dos mecanismos de planejamento e as negociações asseguradas a partir daí têm fortalecido a possibilidade de novos negócios na cidade em que as áreas centrais parecem estar, cada vez mais, distantes de uma real e desejável revitalização. Afinal, como diz Ferran (2000, p. 2), a revitalização deve ser considerada, “(...) em detrimento de outras abordagens mais recentes, por trazer em si a referência à vida, ao homem, cuja presença consideramos o único fator indispensável para se auferir efetivamente a ‘pulsão’ de um espaço urbano”.

Efetivamente, a revitalização urbana parece ter sido afastada da possibilidade de criar uma apropriação social e cultural dos lugares realmente transformadora.

A “NOVA” PAISAGEM URBANA DE BELO HORIZONTE: ESTRATÉGIAS MODERNIZADORAS E RACIONALIZAÇÃO DA CULTURA

O planejamento urbano como uma das esferas da vida moderna reflete complexas mutações da vida sociocultural e econômica, apesar de parecer criá-las de forma autônoma. Assim, intenções administrativas e intervenções urbanas correspondem a múltiplas e dinâmicas determinações, expressando racionalizações do espaço e da vida social, motivadas por uma multiplicidade de interesses, igualmente complexos.

A valorização de mecanismos de comunicação como uma eficiente e atraente possibilidade de gerar adesões sociais a projetos específicos deve ser rela-

tivizada pela consideração de que a vida social é mais do que a mera condução de indivíduos à adoção de determinados estilos de vida. Afinal, se a racionalização da vida social é capaz de criar e moldar a realidade para a satisfação dos interesses de determinados segmentos, deve-se reconhecer sempre a possibilidade da resistência, mesmo que esta seja inconsciente.

O *city marketing*, como uma das principais diretrizes do planejamento estratégico, tem sido empregado a partir de uma crescente interferência nas representações sociais dos lugares, produzindo simplificações que conduzem a uma dessimbolização crescente do urbano, impossibilitando, inclusive, uma real e eficiente promoção e melhoria da vida coletiva, já que quem “compra” uma cidade e seus serviços sabe distinguir produções simuladas de ofertas concretas e verdadeiramente oportunas. Além disso, as imagens urbanas são fruto de uma complexa interação social e cultural do homem com o ambiente, indo além da simples produção reducionista e estratégica de imagens sintéticas, que podem conduzir a um sério afastamento entre habitante e habitat, sendo assim produzidas novas exclusões socioespaciais.

O que se observa em Belo Horizonte, no período estudado, é que a incorporação de um conjunto de racionalidades estratégicas na administração urbana não expressa, apenas, a utilização equivocada de instrumentos hoje disponíveis para uma eficiente forma de garantir o interesse público. Ou seja, as orientações recentes do planejamento estratégico foram incorporadas, de forma intencional, tanto nos mecanismos políticos de gestão como nos objetivos e metas do Plano Diretor, que, após árdua construção política de consenso entre diferentes atores sociais e políticos, incluiu diretrizes que hoje permitem a sua aproximação a um claro Plano Estratégico da Cidade.

A verdadeira paisagem da cidade, no entanto, não se deixa apreender por estratégias modernizadoras ou por racionalizações da cultura. Ela é própria, imediata, calcada no dia-a-dia e, ainda, expressiva do existir coletivo. É nesta paisagem que acreditamos existirem possibilidades e oportunidades para todos, fundadas na vivência coletiva e expressiva, potencialmente, de múltiplas e dinâmicas escolhas.

ABSTRACT

This scope presents a critical reflection of the taken forms by planning and urban politic in the recent history of Belo Horizonte. The analysis demonstrates how, during the 90's, complex processes of modernization, exemplified through physical interventions on the landscape or images widely published, points out the configuration of a new rationality of the Belo Horizonte urban planning. This rationality, inspired in international models and experiences of the so called cities strategy planning and in the city marketing, when mobilizing cultural production in search of new interactions between landscape and image, private investments and tourism stimulators, recreates social representations of the urban experience, changing memories and political projects. In this context, the city of Belo Horizonte is analyzed from the relations between planning, space, culture and market advisers of lines from the urban politics, understood as an expression of wider modern process of social-space modernization.

Key words: Urban planning; Spatial modernizations; City marketing; Cultural promotion; Belo Horizonte.

Referências

- ARANTES, Otília F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74.
- ASHWORTH, Gregory J.; VOOGD, Henk. *Selling the city: marketing approaches in Public Sector Urban Planning*. London/ New York: Belhaven Press, 177 p, 1990.
- BELO HORIZONTE, PREFEITURA MUNICIPAL. Aprovado Plano Diretor de Belo Horizonte. Belo Horizonte, *Diário Oficial do Município*, ano II, n. 224, 28 de agosto de 1996.
- BELO HORIZONTE, PREFEITURA MUNICIPAL. *Projeto Lagoinha: o projeto-síntese do centenário*. Belo Horizonte: PBH, 1996.
- BELO HORIZONTE, PREFEITURA MUNICIPAL. *Relatórios guias com emendas propostas e ajustes para aprovação na Conferência de Política Urbana*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 1999.
- BENACH, Nuria; SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas y producción de imágenes de la ciudad contemporánea: um análisis comparativo entre Barcelona y Curitiba. In: *La ciudad: escenario de comunicación*. Quito: Flacso, 1999. p. 23-96.
- BIENENSTEIN, Glauco. *Espaços metropolitanos em tempos de globalização: um estudo de caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2000. 323p. (Tese, Doutorado em Planejamento Urbano e Regional).
- BRYSON, John. *Strategic planning for public and non profit organizations*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1988. (Cap. I: "The Role of Strategic Planning in Public and Nonprofit Organizations", p. 3-45).

- CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo**. São Paulo: Edições Loyola, 1993. 229p.
- DANTAS, Ana Cláudia de Miranda. **Planejamento urbano nos anos 90: negociações entre as esferas pública e privada**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1997. 219p. (Dissertação, Mestrado em Planejamento Urbano e Regional).
- DEBORD, Guy. **Comentários sobre a sociedade do espetáculo**. In: **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FERRAN, Márcia de Noronha Santos. **Participação, política cultural e revitalização urbana nos subúrbios cariocas: o caso das lonas culturais**. Rio de Janeiro: Proureb/FAU-UFRJ, 2000. 140p. (Dissertação, Mestrado em Urbanismo).
- FERREIRA, Tânia M. de Araújo. **Plano diretor: uma trajetória do planejamento urbano em Belo Horizonte**. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 6. Anais...** Presidente Prudente, Unesp, p. 381-385, 1999.
- GERTEL, Sérgio. **Organização mediática do espaço: o meio comunicacional**. São Paulo: FFLCH/ USP, 1998. (Tese, Doutorado em Geografia Humana).
- HABERMAS, Jürgen. **Soberania popular como procedimento: um conceito normativo de espaço público**. São Paulo, **Novos Estudos Cebrap**, p. 100-113, 1990.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994. 349p.
- HARVEY, David. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. São Paulo, **Espaço & Debates**, v. 16, n. 39, p. 48-64, 1996.
- KEARNS, Gerry; PHILO, Chris. **Selling places: the city as cultural capital, past and present**. Oxford: Pergamon Press, 1993.
- KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- LECOQ, Denis. **L'accès au savoir**. In: **Communiquer demain**. Paris: Datar, 1994.
- LEMOES, Celina Borges. **Determinações do espaço urbano: a evolução econômica, urbanística e simbólica do Centro de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Fafich/UFGM, 1988. (Dissertação, Mestrado em Sociologia).
- MARTÍNEZ, Consuelo Corredor. **Los limites da la modernización**. Bogotá: Cinep/Facultad de Ciencias Económicas – Universidad Nacional de Colombia, 1997. Cap. I: p. 34-67.
- MCDOWELL, Linda. **A transformação da geografia cultural**. In: **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 159-188.
- MIÉGE, Bernard. **La pensée communicationnelle**. Grenoble: Presses Universitaires, 1995. 120p.
- MINTZBERG, Henri. **The rise and the Fall of strategic planning**. Toronto: The Free Press, 1994. (Caps. I e II, p. 5-90; cap. V, p. 221-321).
- PEREIRA, Valnei. **Intenções estratégicas no planejamento urbano de Belo Horizonte: modernização espacial, internacionalização e city marketing**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ (CNPq). 2001. 131p. (Dissertação, Mestrado em Planejamento Urbano e Regional).

PORTER, Michael E. **The competitive advantage of nations**. New York/London: The Free Press, 1990. (Preface, xi-xx; Chaps. 1 a 3, p. 1-130).

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Rio-Metrópole: a produção social da imagem urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 1988. (Tese, Doutorado em Sociologia).

RIBEIRO, Ana Clara Torres. O espetáculo urbano no Rio de Janeiro. In: **Cadernos IPPUR/UFRJ**, ano IX, n. 1-4, jan./dez. Rio de Janeiro, p. 55-64, 1995.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A paisagem do futuro: escolhas e possibilidades. In: **Redes**. Rio de Janeiro, Centro Universitário Moacyr Sreder Bastos, v. 2, n. 6, set./dez., p. 6-16, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOUZA, Jessé. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38. p. 97-116, 1998.

VAINER, Carlos Bernardo. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000a. p. 75-104.

VAINER, Carlos Bernardo. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao "Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro". In: **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000b. p. 105-120.

A DIMENSÃO QUALITATIVA DA MOBILIDADE HUMANA NA FRONTEIRA AGRÍCOLA DE RORAIMA

*Alexandre M. A. Diniz**

RESUMO

O presente trabalho explora a relação entre a evolução da fronteira agrícola e a migração no estado de Roraima. Afinado com o crescente interesse em metodologias qualitativas, demonstrado por geógrafos de várias escolas, este estudo revela significados, valores, motivações e estratégias de sobrevivência adotadas por indivíduos e famílias em áreas de colonização. A partir de entrevistas em profundidade, realizadas com migrantes intra e interestaduais, identificaram-se temas-chave para a compreensão do processo de migração e expansão da fronteira agrícola: o papel das redes sociais, o caráter peripatético dos assentados, a ambivalência migratória, a volatilidade dos assentamentos e a ausência da sensação de “lugar”. Tais resultados, além de auxiliar a compreensão da volatilidade dos assentamentos Amazônicos, também subsidiam políticas de sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Palavras-chave: Migração; Etnografia; Fronteira agrícola; Roraima.

A expansão das fronteiras agrícolas é um fenômeno que se faz presente em diversas regiões do mundo. Esse fenômeno encontra-se intrinsecamente associado a políticas de desenvolvimento econômico, pressão populacional, interesses geopolíticos e migrações internas. No entanto a última fronteira agrícola brasileira, região Amazônica, apresenta algumas peculiaridades que a distinguem das demais fronteiras. Primeiramente, as intervenções estatais na região, fomentadas, sobretudo, durante os anos que sucederam ao golpe militar de 1964, promoveram uma rápida e extensa ocupação. Destacam-se também no caso brasileiro os constantes conflitos pelo controle dos recursos naturais da região, travados por diversos agentes: índios, garimpeiros, madeireiros, agricultores sem-terra, fazendeiros e militares. Esses conflitos e a desenfreada ocupação demográfica e econômica redundaram em impactos ambientais sem

* Professor Adjunto III. Programa de Pós-graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial, PUC Minas.

par, com a poluição e o assoreamento de rios e a devastação de milhares de quilômetros quadrados de floresta.

As altas taxas de migração intra-regional e o caráter volátil dos assentamentos amazônicos representam outros importantes elementos diferenciadores. Esses fenômenos têm sido apontados e estudados por diversos autores que tendem a trabalhá-los a partir de determinantes macroestruturais, desprezando os processos subjacentes atrelados aos migrantes.

O objetivo do presente trabalho é explorar a relação entre a migração e a evolução da fronteira agrícola a partir de uma perspectiva qualitativa. Nesse sentido, busca-se, através de um conjunto de entrevistas em profundidade, revelar significados, valores, motivações e estratégias de sobrevivência adotadas por indivíduos e famílias nas áreas de colonização da região Amazônica. Tal empreitada se justifica na medida em que o conhecimento da dimensão pessoal e humanística da migração na fronteira Amazônica, além de complementar o atual entendimento sobre as migrações intra-regionais e sobre a volatilidade dos assentamentos amazônicos, também subsidia a construção de políticas de sustentabilidade social, econômica e ambiental para a região.

A literatura sobre a migração na fronteira agrícola brasileira é baseada em estudos descritivos que enfatizam padrões de migração inter e intra-regionais. Ênfase é dada ao processo de urbanização na região (ALMEIDA & DAVID, 1981; MARTINE, 1981; SAWYER, 1981, 1982, 1984, 1986 e 1987; WOOD & SCHMINK, 1983; WOOD & WILSON, 1984; SANTOS, 1984; MARTINE, 1984; OLIVEIRA, 1986; DA SILVA, 1986; BENTES, 1986; LAVINAS, 1987; FERREIRA, 1987; JARDIM, 1987; MARTINE, 1989; BECKER, 1985; 1990; GODFREY, 1990; VOLBEDA, 1996). Esses estudos encontram-se, geralmente, baseados em perspectivas histórico-estruturais e utilizam, como explicações para a maciça migração intra-regional, o avanço do modo de produção capitalista em áreas de fronteira, que, segundo os autores, expulsa agente pioneiro, que são forçados a migrar em direção às cidades da região.

Um ponto pacífico entre esses autores é o fato de que a fronteira Amazônica não pode mais ser entendida como “válvula de escape” para a pressão populacional nas demais regiões brasileiras, como sugeria Frederick Jackson Turner e seus seguidores. Na verdade, a fronteira Amazônica está se fechando enquanto alternativa para os trabalhadores rurais sem terra do país, em virtude do crescente processo de consolidação de terras na região (ALMEIDA & DAVID, 1981; SAWYER, 1981 e 1982; MOUGEOT, 1982b e 1986; MARTINE, 1984; ARAGÓN & MOUGEOT, 1986; FERREIRA, 1987; JARDIM, 1987; HENRIQUES, 1988; SAWYER *et al.*, 1990).

Outro grupo de estudos enfocando a migração na região Amazônica explora a seletividade migratória. Esses estudos são, em geral, baseados em uma série de *surveys* e revelam que os migrantes rurais da Amazônia tendem a ser

jovens (15 a 35 anos), predominantemente do sexo masculino e com baixos níveis de escolarização (HENRIQUES, 1985; 1986 e 1988; SAWYER & CARVALHO, 1986; OLIVEIRA, 1986; DA SILVA, 1986; BENTES, 1986; LISANSKY, 1990; BARROS, 1994 e 1995; MacMILLAN, 1995; DINIZ, 1997). Uma vez na região, esses migrantes rurais envolvem-se, geralmente, em agricultura de subsistência e atividades extrativas, que tendem a acontecer fora dos mercados formais de trabalho.

Por outro lado, a literatura sobre evolução das fronteiras é marcada por propostas que concebem o desenvolvimento a partir de um conjunto de fases hierárquicas, nas quais comunidades caracterizadas por sistemas de produção eminentemente pré-capitalistas são gradualmente incorporadas à economia nacional. Os teóricos da evolução das fronteiras sugerem que esse processo evolutivo faz com que a emigração sobreponha-se à imigração ao longo dessas transformações (MARTINS, 1975; FOWERAKER, 1981; BROWDER & GODFREY, 1990). Em outras palavras, o encontro das frentes econômica (marcada pela presença de grandes fazendeiros) e demográfica (caracterizada por pequenos produtores, organizados a partir de práticas agrícolas de subsistência) tende a promover a expulsão dos últimos. Essas propostas teóricas, no entanto, enfocam essencialmente a evolução econômica e urbana de áreas de fronteira, sem prestar a devida atenção aos impactos que essas transformações têm sobre o processo migratório.

Recentemente, Diniz (2001) propôs um modelo que incorpora um conjunto de estudos sobre mobilidade humana na Amazônia, bem como sobre a evolução da fronteira. O modelo organiza o processo evolutivo dos assentamentos agrícolas em quatro fases distintas (pioneira, transicional, consolidada e urbanizada) e propõe um conjunto de hipóteses relacionadas aos mais diversos aspectos da mobilidade, predominantes em cada etapa do processo evolutivo. Critérios para a classificação dos assentamentos agrícolas, de acordo com a tipologia apresentada, incorporam a idade dos assentamentos, níveis de desflorestamento, concentração de terra, presença de mercados de terra e trabalho e infra-estrutura. Dados para testar a validade do modelo proposto foram compilados na região central do Estado de Roraima, através de questionários realizados junto aos assentados. Os resultados demonstram que o processo de evolução dos assentamentos agrícolas tem um impacto significativo no processo de seleção dos migrantes, nos fluxos migratórios, histórias migratórias, tipo predominante de migração, fatores atrativos e padrões temporais e espaciais de circulação.

Note-se, portanto, que a dimensão humana da migração na Amazônia bem como a sua relação com a evolução da fronteira agrícola vêm sendo negligenciadas na literatura especializada. Os estudos que trabalham a questão, geralmente, o fazem a partir de matrizes macroestruturais, que, apesar de impor-

tantes, obliteram a visão dos significados, valores, motivações e estratégias de sobrevivência adotadas por migrantes, que são fundamentais ao avanço e à evolução das fronteiras agrícolas.

O presente estudo está afinado com o recente interesse demonstrado por geógrafos da população em metodologias qualitativas (FINDLAY & LI, 1999; WINCHESTER, 1999; McHUGH, 2000). Esses cientistas chamam a atenção para o potencial de métodos e técnicas de análise qualitativa de ampliar o nosso entendimento sobre sistemas migratórios. Ressalte-se que a validade da metodologia qualitativa não se assenta em questões de representatividade ou de caráter generalizável dos resultados. Ao contrário, está vinculada à possibilidade de ajudar a elucidar estruturas, significados e discursos subjacentes à mobilidade humana, invisíveis a outras formas de análise geográfica. Ao explorar as experiências e atitudes dos migrantes, pode-se chegar ao significado bem como às explicações para a migração, trabalhando-se a partir de um nível diferente de análise. A tarefa aqui é iluminar a experiência passada e presente de indivíduos e associá-las ao processo de expansão e evolução da fronteira agrícola.

A partir desses objetivos, cinco indivíduos foram selecionados e regularmente visitados ao longo de 10 meses, entre outubro de 1997 e agosto de 1998, em diferentes áreas de assentamento agrícola do Estado de Roraima. Essas etnografias foram construídas a partir de conversas registradas em fitas cassete, que versavam sobre a trajetória migratória desses indivíduos, as motivações migratórias, a importância de laços familiares e de amizade, as histórias ocupacionais, as atitudes acerca de mobilidade, religião, política, economia, adaptação aos diversos destinos e a vida na fronteira, de modo geral. Uma amostragem intencional foi utilizada, a partir da qual acessibilidade e voluntariedade em participar do projeto foram os principais critérios utilizados na seleção dos respondentes.

A MIGRAÇÃO NA FRONTEIRA AGRÍCOLA DE RORAIMA

A abordagem etnográfica explora a geografia dos assentamentos agrícolas na fronteira de Roraima por dentro, revelando, de forma mais nítida, a vida e a qualidade de vida dos assentados, trazendo à tona uma série de processos inconspícuos atrelados à relação entre a mobilidade e a evolução da fronteira agrícola. Apesar da riqueza e da complexidade dos resultados conferidos por essa estratégia, serão apresentados e discutidos neste texto cinco temas, que julgo serem centrais na relação migração-fronteira agrícola: o papel das redes sociais e as estratégias de sobrevivência empregadas pelos assentados, o processo decisório por trás da migração, a natureza ambivalente da migração de fronteira, e a hipermobilidade e falta de sentimento de “lugar” entre os colonos.

HIPERMOBILIDADE E FALTA DE SENTIMENTO DE LUGAR

As trajetórias migratórias colhidas através das etnografias questionam a visão da migração como uma jornada linear de via única (LEE, 1966). Ao contrário, os assentados da fronteira demonstram um padrão mais errático, contínuo a peripatético de mudanças, que melhor se qualifica como uma “espiral de mudanças”, uma vez que os migrantes da fronteira estão constantemente com o pé na estrada.

Essa hipermobilidade tem conseqüências sérias. Primeiramente, indivíduos com uma longa história de mudanças apresentam uma disposição natural a migrar novamente. Essa perspectiva migratória eminente está atrelada ao fato de que algumas características típicas dos migrantes são características persistentes (MORRISON & WHEELER, 1976). Aqui se destacam os baixos níveis de capital humano e financeiro, e fortes ligações com o mundo rural e a agricultura de subsistência. Essas características pessoais, atreladas às constantes mudanças estruturais nas áreas de fronteira da região Amazônica, engendram migrações repetidas.

Um fenômeno decorrente dessa hipermobilidade é o fato de que essa predisposição natural à migração é replicada através das gerações, uma vez que os migrantes da fronteira vêm de famílias de migrantes, e os seus filhos, em muitos casos, desenvolvem trajetórias migratórias próprias.

Essa hipermobilidade também gera uma generalizada falta de vínculo com os destinos, uma certa apatia geográfica, configurada pela falta do sentimento de lugar e de pertencimento entre os migrantes da fronteira. Aqui, a noção de Rowles (1983) de *insideness*¹ é relevante. De acordo com o autor, a sensação de pertencimento envolve três temas complementares: *physical insideness*, que é fruto da familiaridade com a geografia física e com as paisagens de um determinado local; *social insidenes*, que é fruto da interação em um determinado contexto social; e *autobiographical insideness*, que significa uma acumulação de experiências em uma determinada localidade ao longo da vida.

A falta de vínculo com os destinos entre os migrantes da fronteira é resultado de uma conjunção de fatores operando em cada uma dessas dimensões. A evolução da fronteira promove mudanças expressivas nas paisagens amazônicas, transformando áreas que um dia foram cobertas por densa floresta tropical em extensas pastagens artificiais, o que compromete a consolidação da *physical insideness*. Nesses contextos voláteis, comunidades são formadas e desmanteladas em poucos anos, abreviando estadias, rompendo com redes sociais e obstando a formação de *social* e *autobiographical insideness*. Além do mais, os

¹ Sentimento de pertencimento.

migrantes são, na maioria das vezes, selecionados negativamente, tendo experimentado uma série de migrações forçadas ao longo da vida. Conseqüentemente, a sua *autobiographical insideness* foi construída a partir de experiências de violência, dificuldades econômicas e perda de entes queridos na fronteira. Esse grupo de fatores culmina em uma forte apatia, quando não, aversão, em relação a destinos passados e presentes.

Uma outra repercussão desta hipermobilidade é a generalizada falta de identidade e peculiaridade associada às diversas localidades da fronteira. Não se nota muita diferença em relação às comunidades rurais da região, que tendem a apresentar configurações espaciais e dinâmicas sociais similares. Fiel-ding (1992) sugere que a identidade geográfica é forte onde a emigração é baixa e a migração de retorno é alta. Esse certamente não é o caso dos assentamentos da fronteira agrícola amazônica, que são marcados pela intensa chegada de indivíduos, num primeiro momento, mas, em poucos anos, a força da maré migratória se inverte e a emigração torna-se o movimento predominante.

A instabilidade das áreas de fronteira, conjugada com populações transitórias, originando-se de várias partes do Brasil, dá origem a comunidades marcadas pela desconfiança e pelo caráter nada hospitaleiro dos seus habitantes. As comunidades também carecem de elementos distintivos, organização comunitária e desenvolvimento institucional. A ausência de identidade geográfica, por outro lado, aumenta a desvinculação e a apatia em relação às comunidades, uma vez que os migrantes têm dificuldade de desenvolver vínculo com locais tão voláteis e amorfos.

REDES SOCIAIS E MECANISMOS DE SOBREVIVÊNCIA

A migração na fronteira é fruto de uma complexa rede social que transcende o tempo e o espaço. Essas mudanças são fortemente baseadas em canais informais de informação e migrações por “corrente”, que conectam comunidades localizadas a milhares de quilômetros de distância. Nesse processo, um determinado colono (inovador) chega à fronteira em busca de terra. Durante toda a sua estadia, esse indivíduo mantém contato direto com o local de origem e, tão logo obtenha acesso a um pedaço de terra e alguma estabilidade, deflagra-se a segunda onda de migrantes (seguidores), que chegam à fronteira bafejados pelo sucesso e pelo apoio do “inovador”. Essa invasão de áreas de assentamento por indivíduos de mesma origem geográfica se intensifica, uma vez que, tão logo a primeira onda de “seguidores” ganha acesso à terra, sucessivas ondas de “migrantes seguidores”, com algum grau de relação, chegam ao destino.

Situações nas quais os migrantes mantêm contato direto com os locais de origem, seja através de cartas, telefonemas e visitas regulares, fazem com que a

migração acabe representando e promovendo, no destino, a expansão da comunidade de origem, e não um hiato físico em relação à mesma (MOUNTZ & WRIGHT, 1996). Nesse caso, o conceito de Giddens (1984) *time-space edges*² é apropriado, uma vez que esses intensos contatos fortalecem os laços entre lugares distantes, construindo um caminho firme e seguro a ser trilhado por migrantes “seguidores” ou “secundários”. Apesar de forte durante os primeiros estágios de desenvolvimento da fronteira, o *time space distancing*, ou a extensão de sistemas sociais através do tempo e do espaço enfraquece, uma vez que o processo de evolução da fronteira tende a expulsar migrantes pioneiros, comprometendo a perpetuação das redes sociais. Por outro lado, o processo de evolução da fronteira dá origem a novos *time-space distancing*s dentro da própria região amazônica, na qual laços familiares e de amizade cumprem papéis importantes na ligação entre os locais mais avançados no espectro evolucionário e as áreas pioneiras.

A impressionante capacidade de adaptação a novos destinos demonstrada pelos migrantes de fronteira merece destaque. Sendo, na maioria das vezes, destituídos de bens materiais, esquecidos pelo poder público, e excluídos social e economicamente, esses indivíduos contam uns com os outros para sobrevivência e adaptação na fronteira. Nesse contexto, a formação de grupos de ajuda informal é uma importante estratégia empregada pelos colonos. De acordo com esse estratagema, os colonos revezam o trabalho entre os lotes dos membros desses grupos informais de trabalho, materializando cada fase do árduo processo de produção agrícola, alternadamente: aceiro de derrubada, broca, derrubada, queimada, coivara, aceiro, plantio e colheita.

A circulação é uma outra importante estratégia de sobrevivência utilizada pelos assentados. A facilidade de conseguir lotes urbanos faz com que as famílias dos colonos se dividam, ficando os homens e os filhos mais velhos na área rural, enquanto as mulheres e os filhos em idade escolar estabelecem residência no âmbito urbano. Dessa forma, os migrantes usufruem as oportunidades econômicas tanto do mundo rural, quanto do urbano. Durante as fases que demandam trabalho intensivo na agricultura, como a colheita, por exemplo, os membros urbanos da família passam temporadas nos lotes rurais. Por outro lado, os membros rurais da família visitam regularmente a cidade, para rever os familiares, comprar e vender víveres e fazer uso dos serviços urbanos (clínicas, igrejas, atividades de lazer, etc.).

A circulação também é empregada como meio de suplementar a renda familiar. Durante as fases que demandam menos mão de obra, os colonos costumam se empregar, temporariamente, nas fazendas de Roraima, onde traba-

² *Time-space edges* representam os pontos de contato e troca que facilitam este distanciamento e servem como ligações entre origem e destino (GIDDENS, 1984 *apud* MOUNTZ & WRIGHT).

lham por empreitada ou como diaristas. Lá executam uma miríade de funções, retornando aos lotes rurais ao fim dessas tarefas.

PROCESSO DE DECISÃO MIGRATÓRIA

A abordagem etnográfica ilustra o processo de decisão migratória ao longo da evolução da fronteira agrícola. Nesse contexto, marcado pela violência, pela presença de incipientes mercados de terra e trabalho, competição entre colonos e grandes proprietários de terra pelos recursos da região, existe um grande estímulo para emigração de agentes pioneiros, à medida que as fronteiras evoluem (DINIZ, 2002). Mas, apesar da proeminência desses fatores estruturais e do desfavorável contexto socioeconômico, o processo de decisão migratória é permeado por uma série de motivações pessoais. Nesse sentido, bodas, batizados, acesso à escola, morte de parentes, por exemplo, constituem importantes motivações, que só são aparentes quando se trabalha a partir de metodologias qualitativas, nesse nível de agregação.

Além disso, não se pode negar que a migração é “culturalmente produzida, culturalmente expressa, e cultural nos seus efeitos” (FIELDING, 1992, p. 202). Mediando o processo de decisão migratória, figura um complexo amálgama de valores e crenças. O acesso à terra, por exemplo, tem uma grande relevância no consciente coletivo dos colonos, extrapolando a sua mera função de provedora de subsistência, configurando-se como fonte de orgulho e poder entre os colonos. Portanto a posse da terra se torna uma missão de vida para muitos.

As etnografias revelam que até mesmo alguns hábitos de procriação dos colonos são influenciados pela condição de proprietários de terra. Alguns colonos, por exemplo, optam por postergar a chegada dos filhos durante as épocas da vida em que se encontravam sem terra. Também não se pode negligenciar o fato de que, mesmo diante de todo o peso das mudanças estruturais, alguns migrantes de áreas pioneiras se recusam a deixar suas áreas de assentamento, mesmo tendo essas passado pelo processo de evolução das fronteiras. Portanto toda visão economicista de migração é rapidamente confrontada pela riqueza e pela vasta gama de possibilidades associadas às motivações para migração em nível de indivíduos.

Ainda assim, diante de todos os fatores e motivações pessoais, a migração não acontece no vácuo das fronteiras amazônicas, mas ela é certamente restrinvida e influenciada pelas características socioeconômicas das pessoas e dos lugares. Como Singer (1973) e Shrestha (1988) argumentam, é importante separarmos as motivações individuais dos determinantes macroestruturais da migração. Acredito que essas duas dimensões são igualmente importantes na calibragem da migração humana, influenciando-se mútua e concomitantemente.

A AMBIVALÊNCIA DA MIGRAÇÃO

Os resultados sugerem que a migração de fronteira é uma experiência multifacetada e polissêmica. Fielding (1992) subsidia essa discussão com a sua tipologia de experiências migratórias. Enquanto a geografia da fronteira agrícola é paulatinamente transformada pela crescente presença das forças de mercado, a migração representa, para muitos indivíduos, um meio de manter estilos de vida. Ao migrar, os colonos fogem do injusto e excludente sistema capitalista brasileiro. Nesse sentido, a migração é vivenciada como uma experiência libertadora, pois esses indivíduos se mudam em busca de outras terras, onde a agricultura de subsistência possa ser retomada, mantendo, portanto, o seu estilo de vida original.

Por outro lado, a migração na fronteira também pode representar uma válvula de escape do ciclo da agricultura itinerante, uma redenção para aqueles que se encontram muito cansados, ou doentes para a sua prática. Sujeitos a trabalho extenuante, sob a influência de doenças tropicais, e longe de todos os tipos de equipamentos, serviços e amenidades urbanos, muito indivíduos capitulam ante as dificuldades do mundo rural e mudam-se para as áreas urbanas. Nesse sentido, a migração promove uma mudança de estilo, representando “um novo começo”, a oportunidade de fugir da mesmice e do cansaço, desencadeando um novo estilo de vida.

Também revelado pelas trajetórias etnográficas está a noção de migração como “fracasso”. Ao tomarem a decisão de deixar os seus lotes, os assentados estão, muitas vezes, enfrentando o inevitável. Tal fato se configura diante da impossibilidade de manter a subsistência na zona rural, em virtude de problemas ambientais, econômicos, infra-estruturais, etc.

Portanto fica clara a natureza ambivalente e contraditória da experiência migratória na fronteira agrícola, uma vez que a migração representa uma saída para as mudanças estruturais e para a crescente penetração do modo de produção capitalista, além de representar uma esperança de que as condições de vida serão melhoradas, através da mudança ou da manutenção de estilos de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados qualitativos revelam que a migração na fronteira é profundamente dependente de redes sociais, que transcendem o espaço e o tempo, ligando específicos pares de origens e destinos. Tais redes se apóiam em canais informais de informação, que duram o mesmo tempo que as voláteis comunidades amazônicas. Por outro lado, o processo de decisão migratória é impreg-

nado de motivações pessoais, que, por sua vez, estão inseridas em contextos culturais eivados de valores, crenças e práticas sociais.

Aqueles envolvidos na migração na fronteira agrícola experimentam atitudes ambivalentes em relação à mesma. Ao mudarem, esses indivíduos podem vivenciar a migração como um fracasso, uma experiência libertária, ou até mesmo, como uma oportunidade para um novo começo.

O caráter negativo da migração na fronteira engendra longas histórias migratórias e, quase sempre, novas perspectivas migratórias para os indivíduos. Essa hipermobilidade, por sua vez, transcende as gerações, tornando-se indissociável das biografias dos migrantes da fronteira. Esse comportamento peripatético, intrinsecamente relacionado às mudanças estruturais desencadeadas pelo processo de evolução da fronteira, compromete os vínculos com os destinos, o sentimento de lugar, bafejando, ainda mais, a hipermobilidade. Consequentemente, os assentamentos da fronteira carecem de identidade, distinção, organização comunitária e desenvolvimento institucional.

Esses resultados complementam e ampliam o conhecimento sobre a relação entre migração e a evolução da fronteira agrícola na Amazônia brasileira, além de apresentar subsídios para o planejamento de assentamentos agrícolas na região. De posse dessas informações, as agências responsáveis pela regularização e distribuição de terras na Amazônia têm subsídios para a construção de políticas de assentamento social e economicamente sustentáveis.

ABSTRACT

This work explores the relationship between frontier evolution and migration in Roraima State. Sharing the growing interest among geographers on qualitative methods, this work reveals meanings, values, motivations and survival strategies adopted by individuals and families in colonization areas. Based on in depth interviews, conducted with intra and inter-state migrants, five key themes, crucial to the understanding of frontier expansion processes were identified: social networks, the peripatetic nature of migrants, the migratory ambivalence, the volatility of settlements and absence of sense of place. These results subsidize the comprehension of the volatile nature of Amazonian settlements, as well as public policy on social, economic and environmental sustainability.

Key words: Migration; Ethnography; Agricultural frontier; Roraima.

Referências

- ALMEIDA, A.; DAVID, M. *Tipos de fronteira e modelos de colonização na amazônia: revisão de literatura e especificação de uma pesquisa de campo*. IPEA, Instituto de Planejamento Econômico Social. Texto para Discussão n. 38. Brasília, DF, 1981.
- ARAGÓN, L. Mobilidade dos migrantes no norte de Goiás. Seminário promovido pelo Setor de Pesquisa (SEPEQ) do NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) em 31 de agosto de 1978. *Série Seminários e Debates*, n. 4. Belém, NAEA, 1980.
- ARAGÓN, L. Mobilidade geográfica e ocupacional no norte de Goiás: um exemplo de migração por sobrevivência. In: MOUGEOT, L.; ARAGÓN, L. (Ed.). *O despovoamento do território amazônico: contribuições para sua interpretação*. Belém, UFPA/ NAEA, 1983. p. 91-122.
- ARAGÓN, L.; MOUGEOT, L. Introdução. In: ARAGÓN, L.; MOUGEOT, L. (Ed.). *Migrações internas na amazônia: contribuições teóricas e metodológicas*. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, Falangola, 1986. p. 17-53.
- BARROS, N. *Roraima, paisagens e tempo na amazônia setentrional*. Recife: Editora Universitária, UFPE, 1995.
- BARROS, N. *The frontier cycle: a study of the agricultural frontier settlement in the Southeast of Roraima, Brazil*. Working Paper 4, Department of Geography, Univeristy of Durham, 1994.
- BECKER, B. Fronteira e urbanização repensadas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3/4, p. 357-371, 1985.
- BECKER, Bertha. Grandes projetos e produção de espaço transnacional: uma nova estratégia do Estado na Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 7-20, 1989.
- BECKER, Bertha. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.
- BECKER, Bertha; EGLER, Claudio. *Brasil: uma nova potência regional na economia – Mundo*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1998.
- BENTES, R. Zona Franca, desenvolvimento regional e o processo migratório para Manaus. In: ARAGÓN, L.; MOUGEOT, L. (Ed.). *Migrações internas na amazônia: contribuições teóricas e metodológicas*. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém: Falangola, 1986. p. 220-254.
- BROWDER, J.; GODFREY, B. Frontier urbanization in the Brazilian Amazon: a theoretical framework for urban transition. *Conference of Latin American Geographers*, n. 16, p. 56-66, 1990.
- CORREA, R. A periodização da rede urbana da amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 39-56, 1987.
- DA SILVA. Retenção e Seleção migratórias em Rio Branco, Acre. In: ARAGÓN, L.; MOUGEOT, L. (Ed.). *Migrações internas na amazônia: contribuições teóricas e metodológicas*. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém: Falangola, 1986. p. 182-216.
- DINIZ, Alexandre. Occupation and urbanization of Roraima State, Brazil. *Yearbook, Conference of Latin Americanist Geographers*, n. 23, p. 51-62, 1997.
- DINIZ, Alexandre. Mobility and evolving frontier settlements: the case of central Roraima. *Anais do XXIV IUSSP General Conference*, realizado em Salvador, entre 18 e 24 de Agosto, 2001. Sessão S28 – Internal migration: health, education and development consequences.

- FEARNSIDE, P. Projetos de colonização na amazônia brasileira: objetivos conflitantes e capacidade de suporte humano. *Cadernos de Geociências*, v. 2 p. 7-25, 1989.
- FERREIRA, I. Expansão da fronteira agrícola e urbanização. In: LAVINAS, Lena (Ed.) *A urbanização da fronteira*. Séries Monográficas n. 5, v. 2. p. 1-26. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1987.
- FIELDING, Tony. Migration and culture. In: CHAMPION, T.; FIELDING, T. (Ed.). *Migration processes and patterns*. London: Belhaven Press. p. 201-212. Vol. I: Research progress and prospects.
- FINDLEY, S. Colonist constraints, strategies, and mobility: recent trends in Latin American frontier zones. In: OBERAI, A. (Ed.). *Land settlement policies and population redistribution in developing countries*. New York: Praeger, 1988. p. 271-316.
- FINDLAY, A.; GRAHAM, E. The challenge facing population geography. *Progress in Human Geography*, n. 15, p. 149-162, 1991.
- FINDLAY, A.; LI, F. L. Methodological issues in researching migration. *Professional Geographer*, v. 51, n. 1, p. 50-59, 1999.
- POWERAKER, Joseph. *The struggle for land*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- FURLEY, P.; MOUGEOT, L. *Perspectives in the forest frontier: settlement and change in Brazilian Roraima*. Ed. by Peter FURLEY. New York: Routledge, 1994.
- GIDDENS, A. *The constitution of society: outline of the history of structuration*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- GODFREY, B. Boom towns of the Amazon. *The Geographical Review*, v. 80, n. 2, p. 103-117, 1990.
- GODFREY, B. Migration to the gold-mining frontier in Brazilian Amazônia. *Geographical Review*, v. 82, n. 4, p. 458-469, 1992.
- GOSS, Jon; LINDQUIST, Bruce. Conceptualizing international labor migration: a structuration perspective. *International Migration Review*, v. 23, n. 2, p. 317-351, 1995.
- HENKEL, R. The move to the Oriente: colonization and environmental impact. In: LADMAN, J. R. (Ed.). *Modern day Bolivia: legacy of the revolution and prospects for the future*. Tempe: Center for Latin American Studies, Arizona State University, 1982. p. 277-300.
- HENRIQUES, M. A política de colonização dirigida no Brasil: um estudo de caso – Rondônia. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Geografia*, v. 46, n. 3-4, p. 393-414, 1984.
- HENRIQUES, M. A dinâmica demográfica de uma área de fronteira: Rondônia. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Geografia*, v. 47, n. 3-4, p. 317-356, 1985.
- HENRIQUES, M. Os colonos de Rondônia: conquistas e frustrações. Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 48, n. 1, p. 3-42, 1986.
- HENRIQUES, M. The colonization experience in Brazil. In: OBERAI, A. (Ed.). *Land settlement policies and population redistribution in developing countries*. New York: Praeger, 1988. p. 317-354

JARDIM, A. Aspectos do processo de urbanização recente na região Centro-Oeste. In: LAVINAS, Lena (Ed.). **A urbanização da fronteira**. Séries Monográficas n. 5, v. 2. p. 103-128. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1987.

LAVINAS, L. A agro-urbanização da fronteira. In: LAVINAS, Lena (Ed.). **A urbanização da fronteira**. Series Monográficas n. 5, v. 1, p. 91-108. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1987.

LEE, Everett. A theory of migration. **Demography**, n. 3, p. 47-57, 1966.

LISANSKY, J. **Migrants to Amazonia: spontaneous colonization in the Brazilian frontier**. Boulder, San Francisco and London, Westview Press, 1990.

MacMILLAN, G. **At the end of the rainbow? Gold, land and people in the Brazilian Amazon**. London: Earthscan Publications, 1995.

McHUGH, Kevin. Inside, outside, upside down, backward, forward, round and round: a case for ethnographic studies in migration. **Progress in Human Geography**, v. 24, n. 1, p. 71-89, 1999.

McKENDRICK, John. Multi-method research: an introduction to its application in population geography. **Professional Geographer**, v. 51, n. 1, p. 40-50, 1999.

MARTINE, G. A migração repetida e a busca de sobrevivência: alguns padrões brasileiros. Projeto de Planejamento de Recursos Humanos. **Relatório Técnico n. 52**. Brasília, 1981.

MARTINE, G. **Frontier expansion, agricultural modernization and population trends in Brazil**. Brasília: IPEA/IPLAN/CNRH, 1984.

MARTINE, G. Internal migration in Brazil. IPEA, Instituto de Planejamento Econômico Social. **Texto para Discussão n. 13**. Brasília, DF, 1989.

MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: VELHO, Otávio (Ed.). **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975. p. 43-45.

MARTINS, J. **Expropriação & violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, J. The state and the agrarian question in Brazil. In: SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles (Ed.). **Frontier expansion in amazonia**. Gainesville: University of Florida Press, 1984. p. 463-490.

MARTINS, José. 1984. The state and the militarization of the agrarian question in Brazil. In: SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles (Ed.). **Frontier expansion in amazonia**. Gainesville: University of Florida Press, 1984. p. 463-490.

MARTINS, José. O tempo da fronteira, retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo social; Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio de 1996.

MOUGEOT, L. Ascensão socioeconômica e retenção migratória na fronteira. **Série Seminários e Debates (8)**. Belém, Universidade Federal do Pará – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. 1982a.

MOUGEOT, L. 1982b. Alternate migration targets and brazilian amazonia's closing frontier. Paper prepared for the Commission on Regional Systems and Policies. Latin American Regional Conference, International Geographical Union. Belo Horizonte – Rio de Janeiro, Brazil. August, 9th-21st, 1982.

MOUGEOT, L. Retenção migratória das cidades pequenas, nas frentes amazônicas de expansão: um modelo interpretativo. In: MOUGEOT, L.; ARAGÓN, L. (Ed.). *O despovoamento do território amazônico: contribuições para sua interpretação*. Belém: UFPA/NAEA, 1983. p. 123-146.

MOUGEOT, L. A recente ocupação humana da região amazônica: causas, durabilidade e utilidade social. In: ARAGÓN, L.; MOUGEOT, L. (Ed.). *Migrações internas na amazônia: contribuições teóricas e metodológicas*. Belém:UFPA, NAEA, CNPq, 1986. p. 17-53.

MOUGEOT, L.; ARAGÓN, L. (Ed.). 1983. Introdução. In: _____. *O despovoamento do território amazônico: contribuições para sua interpretação*. Belém: UFPA/NAEA, 1983. p. 9-26

NEIVA, Arthur Hehl. A imigração na política brasileira de povoamento. *Revista Brasileira de Municípios*, v. 2, n. 6, abr./jun. p. 266, 1949.

OLIVEIRA, Adelia E. Ocupação humana. Em amazônia desenvolvimento, integração e ecologia. SALATI, Eneas; JUNK, Wolfgang J.; SHUBART, Herbert O.; OLIVEIRA, Adelia de (Ed.). São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, C. O campo migratório de Soure, Pará. In: ARAGÓN, L.; MOUGEOT, L. (Ed.). *Migrações internas na amazônia: contribuições teóricas e metodológicas*. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém: Falangola, 1986. p. 148-181.

ROWLES, Graham. Between worlds: a relocation dilemma for the appalachian elderly. *International Journal of Aging and Human Development*, v. 17, n. 4, p. 301-313, 1983.

SAWYER, D. Ocupação e desocupação da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. Trabalho apresentado no seminário sobre expansão da fronteira agropecuária e meio-ambiente na América Latina. Brasília, 10-13 de novembro de 1981. 1981

SAWYER, D. Industrialization of Brazilian agriculture and debilitation of the amazon frontier. Paper presented at the Seminar on Land Development in the Tropics. August, 8th-13th 1982. Belo Horizonte, Brazil. 1982.

SAWYER, D. Introduction. Frontier expansion and retraction in Brazil. In: SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles (Ed.). *Frontier expansion in amazonia*. Gainesville: University of Florida Press, 1984. p. 180-203.

SAWYER, D. A fronteira inacabada: industrialização da agricultura brasileira e debilitação da fronteira amazônica. In: ARAGÓN, L.; MOUGEOT, L. (Ed.). *Migrações internas na amazônia: contribuições teóricas e metodológicas*. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém: Falangola, 1986. p. 54-91.

SAWYER, D. Urbanização da fronteira agrícola no Brasil. In: LAVINAS, Lena (Ed.). *A urbanização da fronteira*. Séries Monográficas n. 5, v. 1. p. 43-60, Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1987.

SAWYER, D. 1989. Urbanization of the Brazilian frontier. Presented in a Seminar on Urbanization in Large Developing Countries, IUSSP and Gujarat Institute of Area Planning, Ahmedabad, India, 28th of September to October 1st.

SAWYER, D.; CARVALHO, J. Os migrantes em Rio Branco, Acre: uma análise a partir de dados primários. In: ARAGÓN, L.; MOUGEOT, L. (Ed.). *Migrações internas na amazônia: contribuições teóricas e metodológicas*. Belém: UFPA, NAEA, CNPq, 1986. p. 112-147.

SAWYER, D.; TORRES, H.; PEREIRA, A.; ABERS, R. **Fronteiras na amazônia: significado e perspectivas**. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar – Universidade Federal de Minas Gerais. Relatório final da primeira fase da pesquisa “A Dinâmica Demográfica da Região Amazônica Numa Perspectiva Nacional” for Eletronorte, 1990.

SAWYER, D. Ocupação e desocupação da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. **Documento n. 186 do Cedeplar** – Secretaria de Pesquisa da Presidência da República. Belo Horizonte. Trabalho apresentado no seminário sobre Expansão da Fronteira Agropecuária e Meio-Ambiente na América Latina. Brasília, 10-13 de novembro de 1981, 1981.

SAWYER, Donald. Frontier expansion and retraction in Brazil. In: SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles (Ed.). **Frontier expansion in amazônia**. Gainesville: University of Florida Press, 1984. p. 180-203.

SAWYER, Donald. Urbanização da fronteira agrícola no Brasil. In: LAVINAS, Lena (Ed.). **A urbanização da fronteira**. Séries Monográficas n. 5, v. 1. p. 43-60. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1987.

SAWYER, Donald. 1989. Urbanization of the Brazilian Frontier. Presented in a Seminar on Urbanization in Large Developing Countries, IUSSP and Gujarat Institute of Area Planning, Ahmedabad, India, 28 th of September to October 1st, 1989.

SAWYER, Diana; CARVALHO, J. Os migrantes em Rio Branco, Acre: uma análise a partir de dados primários em migrações internas na Amazônia – contribuições teóricas e metodológicas. ARAGON, L.; MOUGEOT, L. (Ed.). Belém: UFPA, NAEA, CNPq, 1986. p. 112-147.

SCHMINK, Marianne. Land conflicts in amazônia. **American Ethnologist**, v. 9, n. 3, p. 41-57, 1982.

SCHMINK, Mariane; WOOD, Charles. **Contested frontiers in amazônia**. New York: Columbia University Press, 1992.

SEWASTYNOWICZ. Two-step migration and upward mobility on the frontier?: the safety valve effect in Pejibaye, Costa Rica. **Economic Development and Cultural Change**, v. 34, n. 4, p. 731-753, 1986.

SHRESTHA, Nanda. A structural perspective on labor migration in underdeveloped countries. **Progress in Human Geography**, v. 12, n. 2, p. 179-207, 1988.

SHRESTHA, Nanda. Frontier settlement and landlessness among hill migrants in Nepal Tarai. **Annals of the Association of American Geographers**, p. 370-389, 1989.

SILVA, José Gomes. **A reforma agrária brasileira: a virada do milênio**. Campinas, ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), 1996.

SILVEIRA, I.; GATTI, M. Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi: Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 43-64, 1988.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

TURNER, F. J. **The frontier in american history**. New York: Holt & Co, 1920.

WOOD, C. Equilibrium and historical-structure perspectives on migration. **International Migration Review**, n. 16, p. 298-319, 1982.

WOODS, C.; WILSON, J. The magnitude of migration to the brazilian frontier. In: SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles (Ed.). **Frontier expansion in amazonia**. Gainesville: University of Florida Press, 1984. p. 142-152.

WOOD, C.; SCHMINK, M. Culpando a vítima: pequena produção agrícola em um projeto de colonização na Amazônia. In: MOUGEOT, L.; ARAGÓN, L. (Ed.). **O despojoamento do território amazônico: contribuições para sua interpretação**. Belém: UFPA/NAEA, 1983. p. 70-90.

WOOD, Charles. Equilibrium and historical-structural perspectives on migration. **IMR**, v. 16, n. 2, p. 298-319, 1982.

IMAGENS DA CIDADE NO CENÁRIO DA COMPETIÇÃO

Cássio Eduardo Viana Hissa*

Mara Moreira Rocha Hissa**

RESUMO

No cenário de competição econômica, a imagem das cidades parece assumir um significado especial nos processos de gestão urbana. Imagem e negócios: uma relação inevitável no mundo econômico que, nos ambientes urbanos, parece sugerir novos caminhos para a administração das cidades. Aos governos locais, com o objetivo de tornar as suas cidades mais competitivas, ainda caberia o papel de estimular o patriotismo cívico cidadão. Se essas são as novas trajetórias da modernidade urbana, também no Brasil, a concepção do “comércio de cidades” submete-se aos questionamentos de natureza ética. Afinal, o que está a venda?

Palavras-chave: Gestão das cidades; Imagem urbana; *Marketing*; Competitividade das cidades; Ética.

Muitas noções simplificadas, incompletas ou equivocadas são desenvolvidas em torno do significado de imagem. Talvez a mais comum seja a que considera a imagem “feita daquilo que se apresenta aos olhos”. Trata-se de uma “meia-verdade”, já considerando a verdade como uma metáfora. Trata-se de uma noção tradicional, que descola o “sujeito que olha” do objeto a partir do qual se desenvolve a imagem. Nesses termos, a imagem seria concebida como “algo fora do eu”. A informação conceitual é incompleta e equivocada pelo fato de omitir os próprios olhos de quem compõe a imagem ou de quem realiza, desenha no imaginário, a representação dos objetos, dos seres, e do que faz vida social. A imagem é representação e, sendo assim, é também feita do sujeito que a cria conforme um sistema complexo de paradigmas postos pela cultura.

* Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMG; Mestre em Demografia pelo Cedeplar/UFMG; Doutor em Geografia/Organização do Espaço pela Universidade Estadual Paulista, *campus* de Rio Claro – São Paulo; Coordenador do curso *Estudos Ambientais*, oferecido pelo Prepes, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

** Professora das Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo; Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

A imagem, contudo, é também feita do que está diante dos olhos. “Se existem imagens é porque temos olhos: é evidente” (AUMONT, 1993, p. 17). Mas de que são feitos os olhos? A despeito da presença física, exterior, constituída por objetos físicos que se apresentam aos olhos, a imagem é algo também interior – o que indica a presença de “olhos interiores”, conceituais, feitos de cultura e de memória. O ato de olhar, portanto, não significa apenas o exercício de “olhar para fora”: os olhos não são apenas “órgãos passivos”; os objetos, apenas, não invadem o mundo interior do ser: a imaginação escapa do complexo universo interior e, também, se vê com os “olhos da mente”. Os olhos são apenas um instrumento da mente.

No sentido derivado, a imagem ainda pode ser compreendida pelo conjunto de valores construídos pelos indivíduos e pela sociedade acerca de determinados bens, de marcas ou de produtos, assim como de determinadas instituições. A utilização contemporânea do conceito de imagem remete o pensamento, em grande medida, para as imagens produzidas pela mídia: ainda que não possa ser reduzida ao conceito, “a imagem torna-se, então, sinônimo de televisão e publicidade” (JOLY, 2003, p. 14). Diante de algumas possibilidades contemporâneas de gestão urbana, a cidade moderna também parece não escapar da imagem que se desenvolve em torno do seu conceito. As imagens, por si só, transfiguram a cidade – o que a torna um produto de consumo: a cidade que consome é também consumida.

O mundo moderno não é apenas invadido por imagens: é também feito delas. Contudo, na contemporaneidade, as imagens assumem uma dimensão e uma importância sem precedentes na história. A referência da competição, em todos os setores da vida social, ainda multiplica e diversifica os papéis e os valores da imagem. A cidade e os lugares, que contêm parte do mundo, deslocam-se para além dos seus limites. Comercializa-se na cidade e vende-se a cidade. Tal processo é mediado por uma profusão de imagens, de diversas naturezas, que veiculam através de canais e de sondas progressivamente mais poderosos.

A imagem é feita dos olhos que carregam valores culturais. Sem ela, os negócios parecem instáveis e desatualizados. O comércio pressupõe a existência do desejo, também fabricado pelo olhar, e, mais adiante, o entendimento e a negociação. A modernidade contemporânea é a reprodução histórica da cultura do consumo, muitas vezes dissimulado e/ou justificado pela expectativa de bem-estar (HISSA, 2002). O consumo reproduz a cultura da produção diversificada de bens que, por sua vez, implica a fabricação progressivamente mais sofisticada de imagens. Os meios de comunicação reproduzem e disseminam imagens de modo a estimular desejos e a reproduzir a cultura da produção e do consumo. Nada parece escapar à tradição do moderno que se propaga na escala mundial, na expectativa, que a rigor sempre se frustra, da expansão e da extensão democrática do que se compreende como progresso.

O mundo contemporâneo, também através das cidades, movimenta-se nessa direção. Há quem afirme que a cidade moderna, de braços estendidos para o mundo, se organiza de modo a fabricar e a propagar imagens que sensibilizem empresas e investidores. O paradigma da competição orienta os movimentos de um sistema híbrido feito de cidades e de empresas. Parece um mundo distante do cotidiano. Mas, no ambiente da concorrência, aos olhos do mundo, a cidade passa a incorporar novos valores imagéticos, comerciais, sob os estímulos da gestão e das próprias empresas.

O objetivo deste ensaio é discutir o modelo de gestão que se orienta pelas estratégias de *marketing* urbano de modo a negociar o próprio território da cidade. As cidades, sob o paradigma da competitividade, são colocadas à venda, como um produto a ser consumido, supostamente pelo bem das comunidades locais. A competitividade entre as empresas assume, por diversas razões, o significado de concorrência entre lugares, cidades, municípios. A questão, sob a ótica dos processos de gestão, merece ser examinada de modo a contribuir para um debate que tende a enriquecer a literatura que procura abordar as temáticas urbanas.

SOCIEDADES, GOVERNOS E EMPRESAS NO AMBIENTE DE CRISE

Nas duas últimas décadas do século XX, países como o Brasil, talvez mais do que vários outros do mundo considerado rico (desenvolvido, industrializado), vêm experimentando processos relativamente distintos de momentos anteriores da história. Não há dúvidas de que o desemprego e a situação de crise socioeconômica sempre foram características marcantes de países como o Brasil, que ainda apresenta algumas especificidades: quando comparado com os países pobres, o país ressalta a sua economia relativamente forte e os seus problemas sociais graves. Mas o Brasil ampliou os níveis de exclusão social, a despeito das oportunidades e das potencialidades freqüentemente alardeadas por cientistas sociais e por divulgadores de informação. Além disso, quase sempre também compreendido como um “país de oportunidades”, o Brasil contemporâneo experimenta, talvez mais severamente do que em momentos da história passada, uma retração na oferta de empregos. Não há mesmo oportunidades para todos. As repercussões parecem óbvias e inevitáveis. A educação e a saúde precárias da população brasileira contribuem para a inserção do país em incômoda posição no *ranking* do Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. A carência material é generalizada e se manifesta em diversas instâncias da sociedade através, também, da exclusão política e do despreparo dos indivíduos. Entretanto o conhecimento do processo não é de domínio exclusivo de especialistas, cien-

tistas sociais, filósofos. Já se consolida e se dissemina a imagem de uma nação em crise, que circula através de todas as redes de informação, cujo brilho mais forte é a desigualdade social. Essa imagem é transferida para as cidades.

Grande parcela desses problemas está concentrada nas cidades e, sobretudo, nas grandes metrópoles, onde as repercussões da crise podem adquirir maiores dimensões. Parte significativa dos problemas enfrentados pela sociedade, relacionados à retração da oferta de empregos, é, com frequência, apresentada através das leituras do cotidiano das cidades. É para o ambiente urbano, onde está concentrado o maior contingente populacional do país, que parecem convergir todos os problemas decorrentes da crise da vida contemporânea. Nas cidades, as imagens da pobreza e da exclusão social são ressaltadas e evidenciadas. Não há como escondê-las ou como não percebê-las. O desemprego, o subemprego e, principalmente, as dificuldades causadas por eles estão expostas na paisagem urbana brasileira.

Parece incorreto atribuir exclusivamente ao desemprego a ampliação dos níveis de exclusão que reverberam em todos os setores da sociedade. Entretanto, não há também como negligenciar a sua importância. Ainda assim, ressalta-se a ênfase concedida ao desemprego na construção de imagens de degradação social. Isso significa que, nem sempre, a deterioração de valores éticos é incorporada pelas imagens que reproduzem a crise. O desemprego adquire a condição de centralidade, no ambiente de ampliação de competitividades. Mas como não refletir sobre ética no ambiente da competição sem regras bem definidas? Milton Santos (2001, p. 57) observa que “[...] as empresas certamente competem por um quinhão sempre maior do mercado”. Sobre a degradação dos valores morais que decorre da universalização da competitividade, Milton Santos (2001, p. 57) alerta que “[...] a competitividade se torna também uma regra de convivência entre as pessoas”. Tal processo transfigura também a imagem da cidade, com base na imagem que os homens constroem sobre si mesmos e sobre as relações que desenvolvem com “os outros”.

Se a cidade e o município brasileiros, ao longo das últimas décadas, experimentam problemas no que se refere à geração de novos empregos, não há como avaliar a situação local na desconsideração do cenário econômico estadual e nacional. A questão do desemprego está presente em todos os espaços do mundo contemporâneo, ultrapassando as fronteiras nacionais para tornar-se, inclusive, um tema emergente na escala da economia internacional. Na escala mundial, algumas projeções sobre o desemprego são alarmantes: “Vinte por cento da população em condições de trabalhar no século 21 bastariam para manter o ritmo da economia mundial” (MARTIN & SCHUMANN, 1997, p. 10). Há, provavelmente, quem possa tomar as projeções mais pessimistas como um exagero descabido. É certo também que as projeções estão sempre encobertas por sombras e, especialmente, aquelas que dizem respeito à vida cultural

na qual todas as atividades econômicas estão inseridas. Mas a globalização e o desemprego são tendências em curso e estimulam as reflexões futuristas e as que, para além disso, procuram discutir o despreparo das sociedades modernas para lidar com o tempo “fora do trabalho” (DE MASI, 2000a, b). Portanto, é de pouco rigor qualquer avaliação que envolva a questão do trabalho e do emprego locais, nas circunstâncias históricas atuais, que desconsidere contextos mais amplos, nos quais todos os ambientes, de forma menos ou mais incisiva, estão inseridos.

Entretanto, a despeito dos movimentos circunstanciais de conjuntura, que se articulam às tendências estruturais mais visíveis nos contextos mais amplos, é para os lugares que se voltam os olhares interpretativos da vida social e econômica. Em outros termos, no cotidiano, os indivíduos experimentam a vida dos lugares com os quais estabelecem relações mais próximas, mais fortemente do que a vida da nação ou dos contextos socioespaciais de maior escala. É certo que o mundo, em todas as suas dimensões, está nos lugares, menos ou mais intensamente. Mais crucial, no entanto, é perceber que as cidades e os municípios, de alguma maneira, especialmente a partir da Constituição de 1988, conquistam mais autonomias e também mais responsabilidades para com suas populações. Portanto, apesar das condicionantes e das limitações de caráter estrutural, o mundo é sempre vivido a partir dos lugares. No Brasil, os municípios já respondem às novas demandas e vivenciam enormes dificuldades. Para tanto, os governos locais procuram fortalecer a imagem de suas cidades e municípios com o objetivo de fornecer maiores atrativos para ampliação de investimentos. Mas, quem ou o quê está no centro das preocupações?

No Brasil, muito se discute na atualidade o que pode ser denominado de “competitividade municipal”. Os municípios têm, alguns de forma mais agressiva do que outros – sobretudo se aproveitando de seus recursos e potencialidades –, desenvolvido mecanismos complexos de atração de investimentos. Esse movimento, objetivando ampliar as arrecadações municipais, é também alimentado pelas estatísticas de desemprego: “Segundo dados de 1999, o desemprego aumenta em todo o país” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 219). Os autores ainda apresentam alguns fatores que condicionam o aumento do desemprego no Brasil:

Novas formas técnicas e organizacionais, como a informatização e a automação das tarefas tanto nas atividades agropecuárias quanto na indústria e nos serviços, os novos modos de circulação, os atuais tipos de contratação e as políticas trabalhistas, conduziam, entre outros aspectos, a uma precarização das relações de emprego e a um aumento do desemprego ao longo dos últimos 15 anos. (p. 220)

Os governos locais procuram – diante da situação que tende ao agravamento e também motivados pelo processo de auto-legitimação –, utilizando

todos os mecanismos, recursos e instrumentos, canalizar investimentos para os seus territórios de modo a minimizar os problemas relacionados ao desemprego e, ampliando as possibilidades de arrecadação de tributos, viabilizar processos de gestão de seus ambientes sociais. As empresas, por sua vez, não estão à margem desse processo, posto que se colocam também à procura de “lugares produtivos”:

Fala-se hoje muito em guerra fiscal, na medida em que a disputa de Estados e municípios pela presença de empresas e a busca pelas empresas de lugares para se instalar lucrativamente é vista sobretudo nos seus aspectos fiscais. A realidade é que, do ponto de vista das empresas, o mais importante mesmo é a guerra que elas empreendem para fazer com que os lugares, isto é, os pontos onde desejam instalar-se ou permanecer, apresentem um conjunto de circunstâncias vantajosas do seu ponto de vista. Trata-se, na verdade, de uma busca de “lugares produtivos”. (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 296)

É bastante proveitosa a leitura do problema realizada por Milton Santos e Maria Laura Silveira. Eles apresentam uma imagem relativamente mais sofisticada do que pode ser compreendido por “competitividade municipal”. É certo que governos municipais procuram reconstruir a imagem de seus territórios, fazendo-os parecer atraentes e competitivos. Em muitas circunstâncias, as imagens fabricadas (re) transfiguram as imagens “da cidade dos homens”, procurando consolidar a imagem de “cidade do mundo para o capital”. O capital e as empresas movimentam os atores, sobretudo, representados pelos governantes, no sentido de fornecer o que eles (capital e empresas) mais necessitam para promover o lucro. As cidades, nesses termos, passam a ser também compreendidas como agentes das próprias empresas. As cidades, os lugares e os territórios assumem a imagem de consumo das empresas. A imagem de cidades e de municípios, portanto, cada vez mais, é o produto do movimento ocasionado pelos negócios e pelas estruturas de *marketing* empresarial.

A situação parece interessante para ambas as partes: municípios e empresas. Os governos locais seriam beneficiados pela geração de novos empregos, enquanto as empresas teriam a implantação e a manutenção amparadas por baixas tributações e outros privilégios decorrentes. Mas seria mesmo essa a definição da situação decorrente dos investimentos na construção da “imagem de uma cidade para a venda?”.

Para a presente reflexão, interessa observar a percepção dos indivíduos – atores nem sempre privilegiados no processo de produção do espaço urbano. Algumas questões básicas, de algum modo, deveriam assumir a condição de centralidade no debate: o que, de fato, diante das circunstâncias, desejam os indivíduos? Qual é a imagem que fabricam sobre si mesmos, diante da profusão de imagens sob as quais estão permanentemente expostos? Qual é a imagem que constroem sobre o significado de suas vidas, no ambiente de crise? Em

princípio, não se poderia afirmar que a conquista da felicidade solicita, exclusivamente, a satisfação do trabalho. Entretanto a perspectiva de oferta de trabalho produz expectativas que, quando não resolvidas, geram e reproduzem ansiedades, frustrações e exclusões. Portanto, a sociedade, predominantemente urbana, solicita de seus governos uma atuação mais eficaz no que se refere à geração de novos empregos na mesma proporção da oferta de trabalho. Essa solicitação é também um reflexo multiplicado da imagem que se produz sobre as cidades, os lugares e os territórios: amplia-se a demanda por emprego na cidade que se vende.

O PAPEL PROMOTOR DOS GOVERNOS LOCAIS: MARKETING DE CIDADES

Diversas modalidades de *marketing* podem ser identificadas ao longo da história dos negócios: negócios de todos os tipos, estratégias de *marketing* diversificadas. Algumas são extremamente próximas do cotidiano da vida moderna e, em especial, das cidades. O *marketing* cultural, por exemplo, pode ser definido por um conjunto de estratégias que objetivam o incentivo ou o fomento de atividades relacionadas às artes, à ciência, à educação ou aos esportes. O *marketing* cultural pode ser uma derivação de estratégias institucionais vinculadas às referidas atividades. Isso significa que o *marketing* institucional, que pode abarcar empresas associadas à cultura, também objetiva o revigoramento da imagem de empresas ou de instituições independentemente da sua natureza. Empresas governamentais são bons exemplos de como o *marketing* expande-se para além de suas fronteiras originais e de como as estratégias podem, de fato, produzir resultados compatíveis com as imagens veiculadas com tais objetivos. O *marketing* político também, na contemporaneidade, exerce grande influência na construção da opinião pública no que se refere às idéias políticas, às ações do governo, às próprias campanhas eleitorais. Finalmente, uma outra modalidade de *marketing* institucional pode ser percebida através da construção e do fortalecimento de programas comunitários associados ao serviço social, à educação ou à saúde das populações: quase todos esses programas são encaminhados pelos próprios governos em todos os níveis.

O *marketing* pode ser compreendido como uma estratégia que procura adequar o que se produz – e se encaminha para o mercado – às demandas e aos estilos de consumo: diz-se, aqui, originalmente, da produção de bens, mercadorias e serviços. Mas o conceito se estende. Os próprios bens e serviços adquirem significados diversificados através da progressiva sofisticação alcançada pelos modernos ambientes socioeconômicos e, especialmente, pelos espaços urbanos e metropolitanos de conexões globais. É certo que a referida sofisticação não abrange a todos os espaços e lugares indistintamente. Ainda que os lu-

gares estejam cada vez mais conectados, através de redes e de fluxos de comunicação de natureza diversa, a riqueza dos mercados é extremamente variável conforme um conjunto de fatores intervenientes. Também, por isso, as estratégias de *marketing* emergem com maior vigor à medida da expansão da modernidade.

As estratégias de *marketing* são definidas, sobretudo, por pesquisas de mercado, pelo *design* de produtos, por maciças campanhas publicitárias. De algum modo, elas desenvolvem a capacidade de influenciar o público quanto a determinadas idéias que, por sua vez, estão associadas às instituições, às marcas, aos produtos e aos serviços. Os grandes negócios são caracterizados por consistentes iniciativas de *marketing* que, por natureza, objetivam a inserção de determinadas idéias no mercado, assim como estimular a sua comercialização. Não é estranho, muito mais na contemporaneidade do que no passado, conceber que se vende – e que se consome – muito mais uma idéia e uma imagem do que propriamente um produto, um determinado bem ou um certo serviço. O mundo moderno, refletindo os paradigmas da cultura moderna, é anunciado, ele mesmo, por uma idéia consumida pelas grandes massas.

A cultura das cidades modernas – e, aqui, não se faz referência apenas às cidades contemporâneas, às grandes metrópoles ou às cidades globais – também sobrevive do que, hodiernamente, se toma por *marketing*. Mesmo as cidades de um passado de redes de frágeis conexões cultivaram as suas imagens, muitas das quais associadas à “cultura de província”. Não são monopólios da contemporaneidade, portanto, as competições entre os lugares. Entretanto elas adquirem, com o tempo, uma conotação bastante especial.

O *marketing* de cidades adquire, progressivamente, sob a referência do paradigma da competitividade, importância fundamental na construção da imagem dos lugares. As cidades são preparadas para a venda, na expectativa de um desenvolvimento proporcionado pelos negócios. Os governos locais, imbuídos desse propósito, empenham-se na promoção dos territórios sob sua gestão.

A promoção das cidades, pelos governos locais, encontra adeptos na literatura que aborda o problema. Em princípio, a iniciativa gerencial dos governos municipais parece ser legitimada pela solicitação das comunidades. Entretanto há controvérsias que estimulam discussões mais aprofundadas. Como admitir, sem ressalvas, o legítimo e crítico desejo dos indivíduos, se, eles mesmos, incorporam valores de um “mundo estrangeiro”, que, por definição, não lhe diz respeito? É exatamente essa uma das atribuições das imagens de *marketing*: fabricar desejos.

Uma importante adesão aos governos que se movimentam na direção do planejamento estratégico, objetivando fornecer uma maior competitividade aos municípios sob a sua gestão, é desenvolvida por Castells e Borja (1996). Os autores apresentam uma leitura das cidades que se organizam estrategicamente

para ampliar as suas possibilidades competitivas. Para além disso, contudo, Castells e Borja sistematizam procedimentos de gestão que se aproximam de receituários, a partir dos quais os administradores urbanos deveriam modelar as suas ações.

Para Castells e Borja (1996), as cidades modernas são vistas como atores políticos que, frente ao mercado internacional, se movimentam no sentido de tornarem-se cada vez mais atraentes e competitivas. Para tanto, conforme o paradigma da competição – uma referência da modernidade – as grandes cidades deveriam constituir um projeto para seu futuro: o plano estratégico. Através do planejamento estratégico, busca-se o desenvolvimento global da cidade, que, de acordo com os autores, devem responder aos seguintes objetivos:

[...] nova base econômica, infra-estrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade. Somente gerando uma capacidade de resposta a estes propósitos poderão, por um lado ser competitivas para o exterior e inserir-se nos espaços econômicos globais, por outro, dar garantias a sua população de um mínimo de bem estar para que a convivência possa se consolidar. (p. 155)

As vantagens do modelo de ação gerencial são enaltecidas pelos seus adeptos. As crises, inerentes ao mundo capitalista, nesse novo cenário urbano, poderiam ser adiadas, mediante a adequação das cidades às novas demandas mundiais: economia globalizada e competitividade internacional. Entretanto, como promover tantas mudanças? O que seria necessário para que o planejamento estratégico fosse efetivado? Segundo Castells e Borja (1996), a eficiência dos “projetos de futuro” depende de alguns fatores. Três deles podem ser enfatizados: o primeiro está associado à necessária mobilização dos atores urbanos – públicos e privados – de modo a constituir um patriotismo de cidade. O segundo chama a atenção para o fato de que a imagem que a cidade tem de si e que projeta para o exterior deve ser reconstruída, já que “[...] o Projeto-Cidade é um empreendimento de comunicação e de mobilização dos cidadãos e de promoção interna e externa da urbe” (p. 158). E, finalmente, o terceiro sublinha que, sem uma reforma política radical – consolidando eficiências do governo local –, dificilmente serão alcançados os objetivos.

Castells e Borja (1996) são categóricos ao afirmar que a autonomia local não é o bastante. O governo local tem de ser um governo promotor. Para que o governo promova a cidade, alguns passos devem ser seguidos, conforme os autores: “O governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infra-estrutura e de serviços [...]” (p. 160). Mas já não seriam essas as atribuições dos governos locais? A qualidade dessa oferta tende a atrair investimentos e multiplicar as possibilidades de lucro, mas Castells e Borja (1996) enfatizam a necessidade de divulgação da imagem associada às referidas vantagens. Além disso, os gover-

nos locais devem “[...] fornecer o acordo com outras administrações públicas e a cooperação público-privada [...]” (p. 160). Um dos mais controvertidos tópicos do modelo encaminhado pelos autores reside no esforço que caberia aos governos locais: o de dotar os habitantes da cidade de um “patriotismo cívico”, “[...] de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe [...]” (p. 160). O projeto pretende uma cidade voltada para o mundo, com “raízes globais”, mas, simultaneamente, produzida através de fortes relações cidadãs de pertencimento (e de proximidade) com os seus habitantes. Como estimular tais sentimentos? Finalmente, os autores recomendam que os governos locais estimulem o bem-estar coletivo: mas não seria essa também uma atribuição dos governos?

Diante de uma realidade complexa, as cidades devem se tornar atraentes ao capital e, conseqüentemente, à reprodução do capital. Não se deve medir esforços no sentido de planejar a cidade para um futuro melhor: planejar a cidade estrategicamente, objetivando o saneamento dos problemas enfrentados pelas comunidades e pelos indivíduos como o desemprego (especialmente evidenciado pela crise econômica), o saneamento, a educação, etc. Quanto a isso, afirma-se que, de fato, é preciso investir na qualidade da imagem de cidade que se deseja construir. Entretanto a imagem de uma cidade competitiva não poderia contradizer a natureza da vida na cidade. Castells e Borja (1996) são enfáticos em suas colocações acerca da “venda das cidades” para o capital internacional: “[...] o Projeto de Cidade (ou de região), baseado num Plano Estratégico de amplo consenso social, representa uma grande oportunidade democrática” (p. 166). Contudo não seria exequível o “projeto de cidade” apenas a partir do pleno exercício de conquista dos cidadãos? O investimento na “vida das cidades”, com o mesmo significado de investimento de conquista de todos os direitos – em síntese, o direito à cidade –, já não seria o bastante, por si só uma referência para a constituição de uma “cidade do mundo”?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas considerações ainda merecem o foco. As cidades desenvolvem imagens – que assumem o significado de múltiplas e integradas representações em vários níveis – a partir de diversos ângulos. As imagens das cidades, portanto, são originárias da sua paisagem mas também de outros processos fundamentais que constituem a dinâmica social urbana. Alguns setores contribuem, na contemporaneidade, para disseminar uma imagem-síntese: a segurança, as condições dos serviços de saúde e de educação, a qualidade dos serviços de transporte, a funcionalidade do sistema viário. A qualidade de vida das populações, de um modo geral, portanto, interfere no desenvolvimento da imagem

das cidades. No que se refere ao *marketing* de cidades, todos esses fatores são focalizados, mas é especialmente para as economias urbanas que parecem ser canalizados os resultados dos esforços da construção de uma imagem constituída de maior brilho. A cidade é promovida de modo a atrair investimentos.

O *marketing* de cidades não está circunscrito aos espaços urbanos cujas conexões com as redes globais já está relativamente mais consolidada. Cidades de menor porte, cidades médias, sobretudo aquelas inseridas nas denominadas “nações emergentes”, procuram formas de inserção no ambiente global a partir de estratégias de *marketing*. De alguma maneira, cidades de porte médio, pelas relativas vantagens que desenvolvem e acumulam, sobressaem-se nesse processo e exercem importantes vantagens. Com uma estrutura de serviços relativamente desenvolvida, algumas cidades médias ainda são evidenciadas, considerando os menores níveis de violência, a boa qualidade dos serviços e, em alguns casos, as excelentes condições de acessibilidade. Portanto, no processo de competição, em muitas circunstâncias, o tamanho das cidades e a diversidade econômica nem sempre seriam fatores condicionantes no direcionamento dos fluxos de investimento. As estratégias dos governos teriam, portanto, o claro objetivo de estreitar os elos que podem alçar cidades de porte relativamente inferior – se comparadas às de grande porte e de vida socioeconômica mais diversificada – à condição de proximidade do que se pode compreender como “cidade global”.

As cidades e os lugares urbanos estão relacionados com um sistema complexo que, em um ambiente de redes e de fluxos, define uma certa hierarquia de centros conforme a diversidade de funções exercidas e de serviços prestados. As cidades e os lugares tornam-se mais complexos não apenas pela progressiva complexidade que adquirem mas também pela sofisticação desse ambiente de redes e de fluxos, nos quais estão inseridos, menos ou mais intensamente. A intensidade e a densidade dessas inserções, marcadas pela magnitude e vigor das conexões com o ambiente de redes e de fluxos, determinam os níveis de globalidade das cidades e dos lugares. Isso significa que as cidades, pela qualidade dos serviços que oferece, pela qualidade e natureza dos bens que produz – que as conecta mais densamente aos ambientes de redes e de fluxos – projetam-se relativamente mais por tais condições do que propriamente pelas suas dimensões, pelo seu porte. Tais projeções adquirem uma conotação espacial, portanto: cidades e lugares urbanos com tais características ultrapassam os seus limites, a despeito da atuação circunscrita dos governos às demarcações administrativas. Isso faz com que processos fundamentais à qualidade da vida urbana estejam fora da cidade, ainda que a ela pertencentes.

Diante das observações e, especialmente, das contribuições de Castells e Borja, algumas reflexões ainda podem ser feitas. A primeira delas reside no próprio deslocamento de enfoques sobre a cidade: a competitividade entre as

idades assumiria a condição da competitividade entre produtos, marcas e empresas. A cidade, diante dessa perspectiva, passa a ser vista como uma mercadoria que pode e deve ser vendida e, para tanto, desenvolveria uma imagem de estímulo ao seu consumo. De acordo com Carlos Vainer (2000), os defensores do planejamento estratégico propõem uma transposição de técnicas de gestão empresarial para a gestão municipal, definindo-se as cidades mais competitivas como aquelas que se inserem no comando da produção internacionalizada. Entretanto, se as cidades estão à venda, continua Carlos Vainer, o que se busca realmente vender? Já se observa que a abertura dos mercados constitui uma nova realidade mundial que apresenta as cidades como espaços atrativos para o capital internacional. A atração se dá através da oferta de melhores condições para a instalação de empresas nas cidades. Tais condições, em muitos dos casos, se realizam através da redução ou mesmo da isenção de impostos viabilizando custos mais baixos quando da implantação das empresas. Porém, para o planejamento estratégico, isso não é tudo. Segundo Carlos Vainer (2000),

[...] a venda da cidade é, necessariamente, a venda daqueles atributos específicos que constituem, de uma maneira ou de outra, insumos valorizados pelo capital transnacional: espaço para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, segurança [...] (p. 79).

Frente a esses requisitos têm-se, então, a legitimação de processos de maquiagem das cidades, onde o compromisso com o melhoramento real da condição de vida das populações é relativamente negligenciado. Diante do que se apresenta para o debate, emerge uma questão de natureza ética. A imagem é inerente ao comércio. Entretanto, de modo a respeitar a universalidade inerente ao significado de ética – em todos os negócios da vida –, a imagem que se vende através das estratégias de *marketing* deverá refletir a natureza de que é feita (SINGER, 2002). A cidade é feita da vida dos homens: da sua qualidade, da sua condição, da sua prática.

As contribuições de Castells e Borja para o planejamento estratégico das cidades ressaltam que o papel promotor do governo local deve dotar os habitantes das cidades de “patriotismo cívico” para que o planejamento de futuro seja bem sucedido. Mas, diante da organização espontânea dos indivíduos nas cidades e do conseqüente caos que geralmente se instala nos ambientes urbanos, como dotar os habitantes de “patriotismo cívico”? O “governo promotor” das cidades, ao colocar em prática seus “planos estratégicos”, será capaz de convencer as populações locais a ponto de criar esse “patriotismo cívico”? Carlos Vainer (2000) vai além em sua reflexão:

[...] o planejamento estratégico urbano e seu “patriotismo de cidade” desemboca claramente num projeto de eliminação da política local, transformada em

um espaço do exercício de um projeto empresarial encarnado por uma liderança personalizada e carismática. Transfigurando-a em mercadoria, em empresa ou em pátria, definitivamente a estratégia conduz à destruição da cidade como espaço da política, como lugar de construção da cidadania. (p. 98)

Não caberia questionar, diante de tudo, o que pode significar “patriotismo cívico”? De onde tal sentimento se poderia originar? Além disso, como imaginar, nesse mundo em transformação, a emergência de um “patriotismo cidadão” – sem que haja mesmo um motivo muito forte para que ele possa surgir – conduzido por um conjunto de interesses alheios à própria cidadania? “Para o triunfo das novas virtudes pragmáticas, o ideal de democracia plena é substituído pela construção de uma democracia de mercado [...]” (SANTOS, 2001, p. 61). A “cidade dos homens”, feita da sua qualidade e da sua condição ética – fundada nos melhores valores – seria substituída, assim, pela “cidade internacionalizada”, onde “[...] a única regra é a conquista da melhor posição” (SANTOS, 2001, p. 57). Diante do quadro, o que, portanto, estariam promovendo os governos locais? O que estaria sendo vendido?

ABSTRACT

In the scope of economic competitiveness, the image of cities seems to be invested with a special meaning in the processes of urban management. Image and business: an inevitable relation in the economic world, which, in urban environments, seems to suggest new ways of urban management. Local governments, aiming at rendering their cities and towns more competitive, are still to play the role of fostering urban civic patriotism. If those are the new trends of urban modernity, in Brazil too the conception of “cities trade” is submitted to questionings of an ethical nature. After all, what’s for sale?

Key words: Urban management; Urban image; Marketing; Competitiveness of cities and towns; Ethics.

Referências

- AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papirus, 1993.
- CASTELLS, M.; BORJA, J. **As cidades como atores políticos**. *Novos Estudos*. n. 45. São Paulo: Cebrap, 1996. p. 152-166.
- DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial**. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: Ed. UnB, 2000a.
- DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000b.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2003.
- MARTIN, Hans-Peter, SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização**. São Paulo: Globo, 1997.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SINGER, Peter. **Ética prática**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O. *et al.* (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

Segundo o relatório da Comissão de Inquérito da Comissão Europeia, a situação da agricultura portuguesa é muito grave. A produção agrícola portuguesa é muito baixa, e a produtividade é muito baixa. A situação da agricultura portuguesa é muito grave. A produção agrícola portuguesa é muito baixa, e a produtividade é muito baixa. A situação da agricultura portuguesa é muito grave. A produção agrícola portuguesa é muito baixa, e a produtividade é muito baixa.

Investigação do Dr. J. J. Gonçalves
Investigação do Dr. J. J. Gonçalves

SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA UTILIZAÇÃO DA TERRA

*Antônio Francisco Sá e Melo Marques**
*Lúcio do Carmo Moura***

RESUMO

O presente trabalho aborda questões relativas à sustentabilidade da terra quando submetida a procedimentos de desenvolvimento da produção essencialmente agrícola, entendendo-se esta no seu sentido mais amplo. Além de debater os conceitos básicos que norteiam os princípios/definições daquele conceito, o trabalho aprofunda-se nas questões ligadas ao uso da terra em agricultura, focalizando os aspectos intrínsecos, relativos ao solo. São ainda tratados os aspectos ambientais, sociais e econômicos, todos eles numa perspectiva de alternativas de aplicações tecnológicas, com vista à melhor adequação dos agrossistemas ambientalmente recomendáveis. Assim sendo, é dado destaque à agroecologia como meio de consecução dos propósitos de sustentabilidade dos sistemas de exploração dos recursos da terra.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Solos; Desenvolvimento sustentável; Agrossistemas; Uso da terra.

CONCEITUAÇÕES

Segundo Ehlers (1995), citado por Santana e Bahia Filho (1998), a expressão “desenvolvimento sustentável” surgiu a partir da referência à agricultura sustentável, pois esta já era tradicional nos debates na área agrícola.

Existem várias definições, conceitos e descrições que, segundo o International Institute for Aerospace Survey and Earth Sciences – ITC, em manejo de recursos naturais explicitam 67 diferentes versões ou definições de “sustainable land management” – SLM. O desenvolvimento sustentável da terra é uma combinação de tecnologias, políticas e atividades ligadas à integração de prin-

* Pesquisador do Cetec.

** Pesquisador do Cetec e professor da PUC Minas.

cípios socioeconômicos com preocupações ambientais, de tal modo que simultaneamente (MUCHENA; DER BLIEK, 1997):

- a) mantém ou melhora a produção e/ou serviços;
- b) reduz o nível de risco da produção;
- c) protege o potencial de recursos naturais e previne (evita) a degradação da qualidade do solo e da água;
- d) é viável economicamente;
- e) é socialmente aceitável;
- f) pode nem sempre ser possível para manter ou elevar a produção; pode haver necessidade de escolher alternativas de mais baixa produtividade;
- e) deve prevenir a degradação dos recursos da vegetação e a biodiversidade da flora e fauna.

A degradação da terra é o desafio maior para o desenvolvimento sustentável, o qual satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras alcançarem as suas próprias necessidades. Esse é o conceito aceito globalmente como meta pelas “Nações Unidas” na “Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” – Unced, em 1991, tendo sido já explicitada em 1987, no “Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum” (HURNI, 1997; RESENDE, s/d; SANTANA; BAHIA FILHO, 1998; OLEMBO, 1994).

Desenvolvimento sustentável pode ser também um sistema de tecnologias e, ou, planejamento que procura integrar os princípios políticos e socioeconômicos com os ecológicos no manejo da terra para a agricultura e outros usos, conseguindo equidade generalizada. Desse modo, compreende três componentes: tecnologia, política e planejamento do uso da terra (HURNI, 1997).

A sustentabilidade pode ainda definir-se como o resultado possível da negociação social e política em um processo de formulação da política de desenvolvimento, em que a orientação técnica dada às comunidades enfatiza os cenários de impacto sobre o meio ambiente e sobre os setores marginalizados, indicando soluções alternativas menos impactantes (CARVALHO *et al.*, 1998). Esse conceito é apontado em razão do fortalecimento dos poderes locais (necessário na globalização da economia), para poderem, dessa forma, estabelecer limites socioambientais no mercado.

Contudo o termo “desenvolvimento sustentável” tem sido muito criticado, segundo o seu conceito inicial, principalmente pela sua ambigüidade, susceptível de muitas interpretações (OLEMBO, 1994). A maior razão consiste no fato de ter sido usado indistintamente como “crescimento sustentado” e “uso sustentado”. Enquanto o primeiro é fisicamente impossível, pois nada cresce indefinidamente, o segundo só é aplicável a recursos naturais renováveis até à sua taxa ou capacidade máxima de renovação. Assim “desenvolvimento sustentável” pode ser encarado como a melhoria da qualidade de vida dentro da capacidade de suporte dos ecossistemas. O conceito de sustentabilidade aplica-

se corretamente a “sistemas de uso da terra”, em escalas bem diferenciadas, que vão desde glebas ou fazendas até regiões ou países ou mesmo à terra como um todo. Para cada agroecossistema individual, qualquer que seja a sua escala, devem ser conhecidos os processos que agem interna, espacial e temporalmente, e aqueles que atuam de fora do sistema.

Ainda segundo Olembro (1994), sustentabilidade pode exprimir-se em termos de “capacidade de carga ou de suporte”. Esse conceito exprime o máximo de população que o ambiente pode suportar numa base de continuidade. A dificuldade reside em definir “capacidade de sustento” (*carrying capacity*), como o número de pessoas que um determinado espaço de terra poderia conter, sem, contudo, especificar o que é a qualidade de vida “sustentável”. Desenvolvimento sustentável é um termo que tenta conciliar as idéias normalmente conflitantes de crescimento econômico e a manutenção da qualidade ambiental e sua viabilidade. Desse modo devem coexistir componentes naturais do meio, tais como biodiversidade, água e solos de boa qualidade, etc, e simultaneamente a estrutura humana de habitação, alimentação, lazer, etc.

Dentro dessa linha, a Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO, no “Framework for Land Evaluation”, constata que o potencial de uma terra depende, ao mesmo tempo, das condições biofísicas e socioeconômicas, enfatizando, ultimamente, a integração dos aspectos biofísicos, socioeconômicos e institucionais do uso da terra, como também a participação ativa de todos os personagens envolvidos nas tomadas de decisão (KUTTER *et al.*, 1997).

Existem ainda outras definições, tais como “equilíbrio dinâmico” entre as entradas e saídas do sistema (especialmente aplicável na agricultura), ou as que preconizam mesmo a manutenção de todos os componentes da biosfera. Nessas últimas, incluem-se aqueles que aparentemente não representam nenhum benefício social imediato, ou seja, a preservação da natureza por si mesma.

A sustentabilidade também pode ser encarada, assim, face à entropia: um organismo vivo tem a capacidade de concentrar em si uma “fonte de ordem” biológica e, por isso, escapa da degradação para o caos atômico. Essa capacidade é resultante da auto-organização dos sistemas em função do trabalho contínuo realizado em função da transferência da energia solar (ADDISCOTT, 1995). Para sustentar a tese da sustentabilidade ligada à produção mínima de entropia, terá de se considerar como premissa que o sistema solo-planta é um sistema aberto. Através do trabalho termodinâmico contínuo, atingirá um estado de equilíbrio com o máximo de produção entrópica. Os processos ordenativos e dissipativos deverão, em termos ambientais, equilibrar-se ou neutralizar-se. Contudo, na agricultura, haverá sempre “perturbações/alterações”, face à introdução de novas práticas de manejo, motivadas pela busca de melhores produtividades. Em maior ou menor grau, essas irão modificar o estado-equilíbrio

ou o caminho para ele. A sustentabilidade terá então uma concepção um pouco mais ampla, englobando os “desvios de rota” provocados por essas alterações, incluindo até novos e diferentes estados de equilíbrio.

Voltando às conceituações emanadas da FAO, Driessen (1997) afirma que, na sua forma mais simples, um “land use system” (sistema de uso da terra) é composto de *um* “land utilisation type” (tipo de utilização da terra) praticado em uma unidade de terra (“land unit”). Um sistema de uso da terra é considerado biofisicamente sustentável se a suficiência de atributos relevantes da terra não se deteriorar sob a aplicação daquele uso num horizonte de tempo realista. Igual a muitos outros, o Autor afirma que a sustentabilidade é uma questão de equilíbrio, enquanto Bouma (1997) afirma que “Unidade de Terra” – LU, “Tipo de Utilização da Terra” – LUT e “Sistema de Uso da Terra” – LUS precisam ser definidos diferentemente em várias escalas, conforme se trata de uma fazenda, região, país ou continente.

Na mesma linha, pode definir-se sustentabilidade como um critério rigoroso baseado em indicadores científicos da capacidade de sustento ou exploração sustentável (ROLING, 1997) à semelhança do expresso por Olembro (1994). Apesar dos critérios rigorosos, esse tipo de conceito não é muito efetivo quanto à informação da própria ação humana. Apesar de tudo, essa noção de sustentável tornou-se uma importante medida do risco social nos dias presentes, em vista de degradação da terra, erosão, perda da capacidade de retenção de água, perda de biomassa e de biodiversidade, fertilidade e poluição do solo, entre outros problemas causados pelas atividades humanas. Aceita-se hoje que, em lugar do controle dos ecossistemas, se faça um manejo adaptado envolvendo a exploração contínua, o que, acompanhado de testes, monitoramento e adaptação das intervenções, é essencial para o manejo sustentável da terra (ROLING, 1997).

A SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA

As expressões sustentabilidade, ecologia e meio ambiente têm sido muito banalizadas, devido à vulgarização inconseqüente da questão ambiental, e normalmente ligadas a sistemas produtivos não convencionais. Estes se contrapõem ao designado sistema convencional de produção feito sob a ótica da “revolução verde”, que inclui basicamente o uso de sementes geneticamente manipuladas e uso intensivo de agroquímicos. Os procedimentos segundo a linha da FAO – “Relatório Brundtland. Nosso Futuro Comum”, é o de desenvolvimento apoiado nos três eixos – econômico, social e ambiental – inter-relacionados, e colocando a sobrevivência do homem e das outras espécies como objetivo maior (CARMO, 1998). As tendências atuais de produção agroalimentar revelam uma maior flexibilidade na produção, muito embora os caminhos da oferta

agrícola não estejam ainda bem claros. O aumento da oferta agrícola, via melhoria da produtividade com base em inovações tecnológicas, vem perdendo alcance em favor de “novas formas de produzir”. O modelo produtivista confronta-se com outros modelos técnicos, que também podem atingir altas produtividades. O potencial das forças produtivas leva a crer que o desafio da produção de alimentos neste milênio não passa pela questão tecnológica. O qualificativo sustentável na agricultura possui diversas conotações conforme os interesses da classe produtora. Agricultura sustentável no sentido físico é a manutenção da produtividade do solo. A vida do solo, a diversificação, o equilíbrio dos ecossistemas, o uso de matéria orgânica, etc. são pressupostos na nova agricultura. A sustentabilidade em sentido pleno, além do enfoque técnico-produtivo que envolve o econômico, não pode prescindir dos enfoques ambientais, ligados à exploração dos recursos naturais, e ao social, ligado à concentração dos meios de produção (CARMO, 1998). Uma síntese das diferenças principais entre os dois tipos de agricultura considerada pela Autora apresenta-se no Quadro 1.

Como exemplo possível de exploração agrícola sustentável, a Autora preconiza a exploração familiar, definida como “... uma unidade de exploração agrícola, em que propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. As principais funções inerentes a esse tipo de exploração-produção, consumo e acúmulo de patrimônio, conferem-lhe uma lógica de produção/reprodução, em que as sucessivas gerações procuram nível de vida estável e também dos meios de produção. Para relacionar as dinâmicas sociais com os sistemas técnicos e ambientais, determinados conceitos, tais como capital natural, contabilidade ambiental e qualidade biológica da vida, precisam desvincular-se do conceito de renda como satisfação máxima de riqueza e bem-estar social. A natureza tem limites à sua exploração e, antes de atingi-los, a humanidade precisa repensar o seu desenvolvimento (CARMO, 1998).

A agricultura sustentável, no seu contexto atual, é vista como um conjunto de técnicas que podem minimizar alguns impactos ambientais. No entanto ela só faz sentido num contexto bem diferente, onde a diversidade seja privilegiada nas relações físicas e sociais da produção, conferindo novo caráter às políticas públicas, enquanto estas se apresentem como um conjunto de instrumentos destinados a atingir determinadas metas de desenvolvimento.

Uma curiosidade a respeito de produções sustentáveis aplica-se ao desempenho (em cerrados) de solos arenosos quando comparados com os argilosos. A rentabilidade obtida nos primeiros tem sido melhor que nos argilosos devido a maior produtividade e menores custos. Em termos de sustentabilidade, são aparentemente mais próximos do desejável; talvez não seja o sustentável propriamente dito (manutenção de produtividades altas), mas pelo menos mais fáceis de conseguir através de sistemas de manejo produtivos (NOVAIS; SMYTH, 1998).

Quadro 1: Principais diferenças entre agricultura sustentável e convencional

Agricultura sustentável	Agricultura convencional
Aspectos tecnológicos	
1. Adapta-se á às diferentes condições regionais, aproveitando ao máximo os recursos locais. 2. Atua considerando o agrossistema como um todo, procurando antever as possíveis consequências da adoção das técnicas. O manejo do solo visa à movimentação mínima, conservando a fauna e a flora.	1. Desconsideram-se as condições locais, impondo pacotes tecnológicos. 2. Atua diferentemente sobre os indivíduos produtivos, visando somente ao aumento da produção e da produtividade. 3. O manejo do solo, com intensa movimentação, desconsidera sua atividade orgânica e biológica.
Aspectos ecológicos	
1. Grande diversificação. Policultura e, ou, culturas em rotação. 2. Integra, sustenta e intensifica as interações biológicas. 3. Associação da produção animal à vegetal 4. Agrossistemas formados por indivíduos de potencial produtivo alto ou médio e com relativa resistência às variações das condições ambientais.	1. Pouca diversificação. Predominância de monoculturas. 2. Reduz e simplifica as interações biológicas. 3. Sistemas pouco estáveis, com grandes possibilidades de desequilíbrios. 4. Formado por indivíduos com alto potencial produtivo, que necessitam de condições especiais para produzir e são altamente suscetíveis às variações ambientais.
Aspectos socioeconômicos	
1. Retorno econômico a médio e longo prazo, com elevado objetivo social. 2. Relação capital/homem baixa. 3. Alta eficiência energética. Grande parte da energia introduzida e produzida é reciclada. 4. Alimentos de alto valor biológico e sem resíduos químicos.	1. Rápido retorno econômico, com objetivo social de classe. 2. Maior relação capital/homem. 3. Baixa eficiência energética. A maior parte da energia gasta no processo produtivo é introduzida, e é, em grande parte, dissipada. 4. Alimentos de menor valor biológico e com resíduos químicos.

Fonte: CARMO, 1998.

É fácil entender o comportamento dos solos argilosos, no caso muito intemperizados, os quais, especialmente em relação ao fósforo, possuem grande fator capacidade – FCP, comportando-se como solos-dreno daquele fator e não como fontes ou fornecedores. A sustentabilidade da produção, segundo Lal (1994), citado em Novais e Smyth, 1998, consiste em: “Aumentar a produtividade e decrescer os riscos de degradação do solo e do ambiente”, ou seja, maximizar a produção por unidade dispendida (energia, perda de solo, consumo de água, etc.) ou por unidade de acréscimo na poluição. Essa concepção aplica-se a terras com bons fatores de produção, de um modo geral ligadas a solos jovens. É difícil aplicá-la a solos velhos e muito intemperizados, natural-

mente pobres e resistentes às mudanças que os tornariam produtivos dada à fraca “resilience” (capacidade de ajustamento a uma mudança prejudicial ou indesejável), também chamado de poder de recuperação – PDR (NOVAIS; SMYTH, 1998). Assim “... o desenvolvimento sustentável tem a qualidade de vida como objetivo central apoiado na utilização sustentável dos recursos naturais, a geração e utilização de tecnologias adequadas e a democratização do processo decisório” (SANTANA; BAHIA FILHO, 1998). Para avaliação dos agroecossistemas, existe uma falta acentuada, quer de modelos, quer dos indicadores da sustentabilidade. Nesse sentido, estes Autores, à semelhança de vários outros, recomendam um modelo de avaliação em que, além de considerar os recursos naturais, fossem considerados igualmente os aspectos de energia, estabilidade da produção e renda do agricultor.

Contudo, mesmo atraente, o desenvolvimento sustentável já perdeu grande parte do seu brilho, pois é difícil de ser alcançado, especialmente em função da globalização da economia. Atualmente, o crescimento econômico é altamente degradador do meio-ambiente e a preservação ambiental dependerá de investimentos em pesquisa e tecnologia, ampliando, assim, questões locais para níveis maiores. Ainda serão influenciados pelo crescimento da população mundial e a oferta de alimentos, reforçando raciocínios de natureza neomalthusiana (MARTINE, 1993).

SUSTENTABILIDADE E SOLOS/AGROSSISTEMAS

O solo é um recurso renovável; as taxas de erosão e de pedogênese variam ao longo do tempo e de forma interativa (RESENDE, s/d). Nos solos muito profundos, a taxa de pedogênese decresce muito substancialmente, e a de erosão, ainda que muito pequena, tende a superá-la; assim o solo vai-se tornando menos profundo e a taxa de pedogênese começa a acelerar. É um mecanismo em que a natureza evita os extremismos, impedindo a existência de solos muito profundos ou ausência de solo.

Para que haja sustentabilidade, é necessária a otimização dos recursos, o que requer sabedoria para tal (RESENDE, s/d). As informações pertinentes aos agroecossistemas pertencem a um sistema multivariável, com fortes influências locais ou externas. Assim sendo, o manejo dos solos na agricultura sustentada caracteriza-se por:

- a) envolver um sistema complexo de forças naturais e sociais;
- b) apresentar muitas informações não quantificáveis e propriedades emergentes (não previsíveis);
- c) tomadas de decisão que devem ter alto teor de informação.

Diante dessa complexidade, há de existir metodologia apropriada de aqui-

sição de conhecimentos visando ao melhor manejo dos agrossistemas. A necessidade de fazer previsões é muito grande, sendo fundamental a criação de modelos. Esses são os conjuntos de hipóteses sobre a estrutura e o comportamento do sistema, a partir das quais se podem fazer predições, relação entre as causas e os efeitos (TRZESNIAK, 1998). A formação dos modelos deve estar dentro dos princípios da lógica (trata-se de deduções), sendo a sua maior utilidade prática a formação de conhecimentos através das previsões e estas são a dedução das conseqüências ou efeitos. Sem deduções lógicas, os modelos serão subutilizados e não testados quanto ao seu aprimoramento e utilidade (RESENDE, s/d).

O ecossistema agrícola ou agroecossistema é um ecossistema em desequilíbrio e, por isso, de previsibilidade difícil, pois os solos cultivados apresentam um padrão de variação muito complexo em relação àqueles sob vegetação nativa. Um sistema em desequilíbrio tem mudanças rápidas, o que, aliado à heterogeneidade ambiental, vem a ter profundos reflexos nos componentes bióticos. Há, portanto, de ter em conta o histórico do uso da área, para exercitar modelos.

Os ambientes variam muito perceptivelmente e o nível da observação (ou da percepção) varia de escala conforme o nível. As variações vão desde os tipos diferenciados de paisagens, ao perfil do solo (nos barrancos), na profundidade, nos horizontes e nas cores, nos agregados e na composição física, química e mineralógica das partículas. Dessas variações, chega-se a algumas assertivas:

- a) nos ecossistemas terrestres as plantas dependem diretamente dos solos;
- b) uma estratificação ou discriminação dos solos é também um ordenamento para as plantas;
- c) existem diferentes níveis de abordagem da discriminação entre solos, desde aquelas muito genéricas, até as de natureza microscópica (RESENDE, 1992).

Na presença de um grande ambiente (paisagem), estabelece-se mentalmente uma caracterização de variáveis próprias (clima, solo, relevo, vegetação, aspectos antrópicos, etc.). Como regra, faz-se uma decomposição temática, atingindo o território em apreço, e depois se faz a superposição dos temas (geologia, geoformas, solos, uso atual, etc.). Embora não refutando a utilidade dos conhecimentos temáticos, Resende (1992) afirma, como sendo o mais importante, a seleção daqueles que interessam ao funcionamento dos ecossistemas, ou seja, nas variáveis diretas, com destaque para aquelas que interessam às plantas, o centro do ecossistema. Elas captam a energia solar (R), e necessitam de água (A) e de nutrientes para o seu crescimento, conforme a Figura 1.

Desse modo, segundo Resende, fica-se com um instrumento de análise capaz de permitir a qualificação de qualquer ecossistema. Esses fatores básicos, também denominados diretos, são, por sua vez, dependentes de uma multiplicidade de variáveis (latitude, nebulosidade, precipitação, condições topográficas).

cas e edáficas), que são os fatores indiretos ou coadjuvantes. O Quadro 2 apresenta uma listagem dos fatores (diretos e indiretos) que determinam a qualidade ecológica de um ecossistema agrícola.

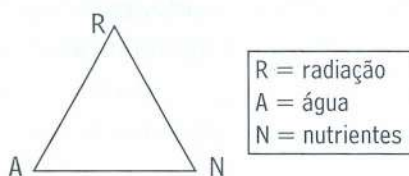


Figura 1: Trio ambiental básico.

Fonte: RESENDE, 1992.

Quadro 2: Qualidades ecológicas do agrossistema e seus fatores determinantes

Fatores diretos	Fatores indiretos
Abióticos	
R – Radiação solar	Latitude, altitude, exposição, cobertura vegetal, nebulosidade, umidade atmosférica, poluição atmosférica.
A – Água	Precipitação, evapotranspiração, solo, substrato geológico, planta.
T – Temperatura	Latitude, altitude, exposição e constituição do solo
O – Oxigênio	Drenagem e permeabilidade do solo
G – Gás carbônico	Organismos, latitude, altitude, relevo, atividade industrial
V – Vento	Exposição, latitude, altitude, relevo, continentalidade
N – Nutrientes	Solo, vegetação, clima
Agrícolas	
E – Susceptibilidade à erosão	Precipitação, solo (inclui relevo), cobertura.
M – Impedimento à mecanização	Relevo, textura, pedregosidade, drenagem, tipo de argila.
Bióticos	
P – Pragas	
D – Doenças	
H – Homem	

Fonte: RESENDE, 1992.

O solo funciona como o compartimento de suporte aos diversos organismos, cuja dinâmica é sustentada pela radiação solar, água e nutrientes.

Quando se propõe ou se tenta conseguir o desenvolvimento agrícola de uma região numa base sustentável, o primeiro passo a ser visualizado é a alteração do solo com o objetivo de melhorá-lo ou adaptá-lo a novas condições de equilíbrio com o novo meio.

A preocupação primária é com a lei da reposição; deve ser retornado ao solo pelo menos aquilo que lhe é retirado pelas culturas (BRAGA; TUCCI,

1997). Contudo o grande responsável pela degradação das terras agrícolas é o desequilíbrio entre o custo dos insumos pagos pelos agricultores e o preço conseguido para os seus produtos (RESENDE *et al.*, 1994). Este é muito diferente daquele pago pelo consumidor, o que leva os produtores a tirarem mais da terra do que seria naturalmente indicado, para repor perdas e conduzindo à degradação. Entre a sobrevivência e a manutenção dos recursos naturais, prevalece a primeira.

OS SISTEMAS AGRÍCOLAS E A SUSTENTABILIDADE

O aumento dos efeitos adversos da atividade humana sobre os recursos da terra (solo, água, atmosfera e biótica) requer uma nova atitude em face da necessidade do manejo sustentável.

A questão é mais premente nos trópicos úmidos, onde populações subsistem em nível abaixo da pobreza, contando apenas com recursos básicos para as suas necessidades. Nessas regiões, a análise mais importante refere-se às relações entre a conversão da floresta primitiva e a agricultura, e quanto à melhor maneira de conduzir a solução dos problemas, através da implementação do desenvolvimento com sistemas de uso da terra de maior sustentabilidade.

As melhorias para a utilização da terra implicam procedimentos que levam em conta as características culturais e diversidade biológica das terras, o aspecto ecológico e o envolvimento das comunidades locais. As questões científicas, sociais e econômicas são multivariadas e os progressos locais na resolução dos problemas que levam à sustentabilidade, necessitam da integração de várias disciplinas “National Research Council” (NRC, 1993). Na publicação referida, são apresentadas doze categorias de uso da terra, como sugestões que podem ser usadas na avaliação das decisões para qualquer área. Com manejo apropriado, essas opções de uso da terra têm potencial adequado para estabilizar áreas de florestas, recuperar terras desmatadas, abandonadas e degradadas, melhorar a produtividade de pequenas explorações, e finalmente favorecem o emprego rural.

As doze opções preconizadas pelo “National Research Council” (NRC, 1993) são:

- 1) sistemas de agricultura intensiva: terras com água suficiente, solos férteis, declividades fracas e outras características ambientais favoráveis;
- 2) sistemas de lavouras temporárias: inclui cultivos durante alguns anos seguidos de longos pousios;
- 3) sistemas agropastoris: são cultivos combinados com produção animal;
- 4) pecuária extensiva: apesar de ter sido considerada a maior responsável pela deflorestação e degradação, pode tornar-se sustentável, através

de recuperação de áreas, fertilização, controle de invasoras e forrageiras adequadas. Como alternativa, essas terras podem integrar-se em sistemas agrícolas ou agroflorestais;

- 5) sistemas agroflorestais: incluem uma grande diversidade de situações, com culturas anuais e perenes, lenhosas e herbáceas e também lavouras e pecuária;
- 6) sistemas arbóreos mistos;
- 7) plantação de culturas perenes;
- 8) reflorestamentos;
- 9) florestas nativas em regeneração;
- 10) florestas nativas (manejo apropriado);
- 11) florestas modificadas pelo extrativismo;
- 12) reservas florestais (áreas de proteção).

Na Figura 2, representam-se essas alternativas de uso agro-silvo-pastoril, recomendadas na generalidade, mas especialmente para as regiões de floresta úmida com vegetação nativa.

Num conceito mais amplo de agricultura sustentável, esta deve a longo prazo melhorar a qualidade ambiental e os recursos básicos dos quais a agricultura depende, respondendo às necessidades humanas de alimentos e fibras, sendo economicamente viável e melhorando a qualidade de vida dos agricultores como um todo. Weid (1996) propõe a seguinte abordagem, ligeiramente diferenciada da anterior:

A sustentabilidade agrícola é a habilidade de manter a produtividade de uma parcela, propriedade, região ou país, frente a uma situação de estresse ou choque. Será, portanto, não só função das características intrínsecas do sistema como também das ações antrópicas para neutralizar os choques. Deste ponto de vista sustentabilidade tem forte componente temporal, incorporando a noção de durabilidade. (p. 353)

O sistema agrícola, ou modelo agroquímico desenvolvido principalmente na Europa e EUA a partir da segunda guerra mundial, objetiva a máxima homogeneização (diminuição da biodiversidade), com manipulação genética das sementes e grande uso de fertilizantes minerais e defensivos químicos.

As produtividades alcançadas foram espetaculares nas últimas décadas, superando todos os outros sistemas, embora, como paradigma, a artificialização do meio ambiente pressupõe a mesma eficiência em todos os ecossistemas.

A agricultura tradicional, com artificialização mínima e quase sempre em policultura, constitui o sistema antagônico daquele, predominando as unidades de produção do tipo familiar. Embora possa conseguir produtividades razoáveis, até mesmo com excedentes, elas são quase sempre inferiores às dos sistemas agroquímicos.

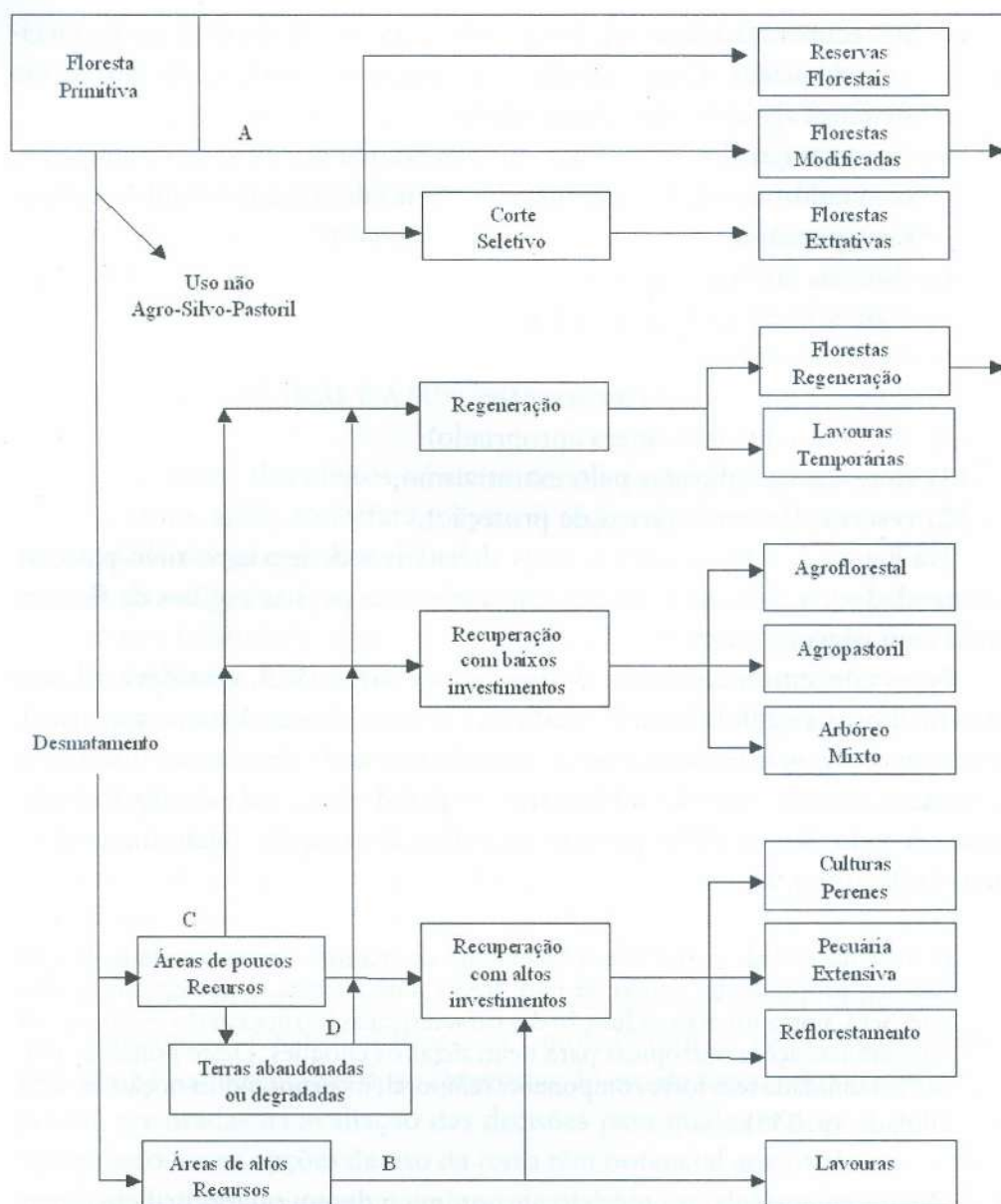


Figura 2 – Alternativas possíveis para agricultura sustentada e uso florestal:

A – Política de manutenção de florestas

B – Agricultura intensiva nas terras ricas.

C – Recuperação para uso sustentável de terras pobres, utilizando investimentos públicos e incentivos ou subsídios.

Fonte: NRC, 1993.

Esses modelos agroquímicos dominam no primeiro mundo e na agricultura empresarial do terceiro mundo (culturas de exportação), ainda que neste seja dominante o sistema tradicional. Atualmente a produção alimentar no mundo poderia ser suficiente, não fosse o enorme desequilíbrio na produção

per capita entre os mundos desenvolvido e subdesenvolvido. A questão da segurança alimentar está hoje mais vinculada aos problemas econômicos e sociais (políticos) a nível macro, do que aos sistemas propriamente ditos de exploração agrícola (WEID, 1996).

No sistema agroquímico dos recursos não renováveis, os quais são utilizados intensamente, em maior ou menor prazo eles tenderão para o esgotamento. Pensando também em termos de eficiência econômica, o uso intensivo de insumos pode comprometer a sustentabilidade, caso os custos cheguem à inviabilidade econômica. Outro aspecto negativo é devido aos impactos ambientais derivados principalmente do uso intensivo de fertilizantes e pesticidas, além de outros. Usualmente esses efeitos não são computados nos custos da produção agrícola e são transmitidos para a sociedade como um todo. Considerando esse adicional de custos, o modelo do sistema agroquímico poderia ter a sua sustentabilidade comprometida.

A agricultura tradicional, mesmo sem agroquímicos, tem impactos negativos no ambiente e é ameaçada pela superpopulação. Essa ameaça conduz a uma exagerada intensificação dos recursos naturais, levando o seu uso até o esgotamento ou mesmo a desertificação. A baixa produtividade não permite aumentos significativos da oferta, mesmo eliminando atravessadores no circuito comercial (WEID, 1996). No entanto a agricultura tradicional muitas vezes se aproxima da dinâmica do meio ambiente, quer pela diversificação, quer pela procura de reposição dos recursos naturais.

Weid (1996) acaba por propor a agroecologia como solução viável, expressa em várias correntes (biológica, orgânica, natural, regenerativa, etc.), que, de modo geral, busca a máxima harmonização possível com o meio ambiente. Leva-se em conta que a agricultura é sempre uma intervenção antrópica no funcionamento da natureza, e procura-se ajustá-la à dinâmica natural, em lugar de tentar dominá-la contrariando as suas leis (WEID, 1996); esse modelo ou sistema é também designado por agricultura alternativa.

Atualmente a agroecologia é objeto de pesquisa, procurando-se a base científica para que seja uma agricultura sustentável. Isso é feito principalmente em universidades norte-americanas e européias, através de agências internacionais de desenvolvimento.

Ainda considerando os modelos/sistemas assentes numa base de sustentabilidade, as técnicas de avaliação das terras pressupõem que o seu enquadramento seja feito nessa base.

Evocando princípios expressos pela FAO no "Framework for land Evaluation", Voortman (1985) afirma que a avaliação é sempre feita em termos do contexto físico e socioeconômico, ou seja, o ambiental combinado com o antrópico. Também a avaliação da aptidão agrícola deve sempre se referir ao uso numa base sustentável.

A capacidade de uso, sistema norte-americano de Klingebiel e Montgomery, (1961) de classificação de terras, indica que a terra pode ser usada seguramente para os fins avaliados sem que ocorram danos permanentes (BIE *et al.*, 1996), o que não deixa de ser um uso sustentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O paradigma da sustentabilidade vem provocando desafios para sua aplicabilidade como fator para um desenvolvimento eficaz que promova o bem-estar da humanidade e a manutenção da qualidade ambiental.

A integração dos aspectos ambientais e socioeconômicos, principalmente na utilização da terra, possibilita a interação entre todos os responsáveis na condução de políticas públicas, inferindo a necessidade do uso de modelos e sistemas de manejo, avaliação e controle ambiental, de forma a permitir a redução do risco de degradação da terra e produtividade do solo.

Assim, os investimentos do setor público em fiscalização, assistência técnica e assessoramento na agricultura tornam-se mola mestra para se alcançar o objetivo da sustentabilidade na agricultura, uma vez que é de responsabilidade governamental a ordenação territorial com vistas ao desenvolvimento de qualquer país.

ABSTRACT

The present work deals with subjects as land sustainability when submitted mainly to agricultural development in largest sense, by other words for rural purposes. Beyond debating the basic notions that orientate the definitions of that concept, the work is deeper in the linked subjects to the use of the land in agriculture, focalizing some soil characteristic aspects. Subjects as environmental, social and economical types, all of them in a perspective of technological alternatives of environmentalment advisable, viewing the best adaptation of the agrosystems. Prominence is given to the agroecology as means to raise the sustainability purposes of the exploration systems of the land resources.

Key words: Sustainability; Soils; Sustainable development; Agrosystems; Landuse.

Referências

- ADDISCOTT, T. M. Entropy and sustainability. *Europ. J. Soil Sci.*, v. 46, p. 161-168, 1995.
- BOUMA, J. The land use systems approach to planning sustainable land management. *ITC Journal*, v. 3/4, p. 237-242, 1997.
- BRAGA, J. M., TUCCI, C. A. F. Pesquisa visando a sustentabilidade do solo. In: *Amazônia: agricultura sustentável*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1997. p. 119-144.
- CARMO, M. S. A Produção familiar como "locus" ideal da agricultura sustentável. *Agricultura em São Paulo*, v. 45, n. 1, p. 1-15, 1998.
- CARVALHO, Y. M. C. *et al.* Unidades ambientais homogêneas para o Estado de São Paulo. *Agricultura em São Paulo*, v. 45, n. 1, p. 69-102, 1998.
- DRIESSEN, P.M. Biophysical sustainability of land use systems. *ITC Journal*, v. 3/4, p. 243-247, 1997.
- HURNI, H. Concepts of sustainable land management. *ITC Journal*, v. 3/4, p. 210-215, 1997.
- KLINGEBIEL, A. A.; MONTGOMERY, P. H. *Land capability classification*. Washington: USDA, 1961. 21p. (Agriculture Handbook, 210)
- KUTTER, A.; MACHTERGAELE, F. O.; VERHEYE, W. H. The new FAO approach to land use planning and management and its application in Sierra Leone. *ITC Journal*, v. 3/4, p. 278-283, 1997.
- MARTINE, G. *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas: Unicamp, 1993. 207p.
- MARQUES, A. Sá e Melo. *Ordenamento territorial e ruralismo: zoneamento agroecológico da bacia do rio Alcobaça através da estratificação de ambientes*. Viçosa, Universidade Federal de Viçosa, 1999. (Tese, Doutorado).
- MUCHENA, F. N.; BLIEK, J. van der. Planning sustainable land management: finding a balance between user needs and possibilities. *ITC Journal*, v. 3/4, p. 229-234, 1997.
- NATIONAL RESEARCH COUNCIL (US). COMMITTEE ON SUSTAINABLE AGRICULTURE AND THE ENVIRONMENT IN THE HUMID TROPICS. *Sustainable agriculture and the environment on the humid tropics*. Washington: National Academy Press, 1993. 702p.
- NOVAIS, R. F.; SMYTH, T. J. Como se adequam os conceitos de "resilience" e sustentabilidade a solos altamente intemperizados e naturalmente inférteis? *SBCS. Boletim Informativo*, v. 23, n. 2, p. 24-26, 1998.
- OLEMBO, R. J. Can land use planning contribute to sustainability? In: *The future of the land*. West Sussex: John Wiley & Sons, 1994. p. 369-384.
- RESENDE, M. *Conexão sobre solo/clima/sucessão vegetal*. Viçosa: UFV, 1992a. 140p.
- RESENDE, M. *et al.* Modelo tropical de ordenamento de território e uso da terra. In: *Conferência sobre agricultura e meio ambiente. Anais...* Viçosa, UFV/NEPEMA, 1994. p. 113-120.
- RESENDE, M. *O manejo do solo na agricultura sustentável*. s.l.: s.n. [19--]
- ROLING, N. The soft side of land: socio-economic sustainability of land use systems. *ITC Journal*, v. 3/4, p. 248-262, 1997.

SANTANA, D. P.; BAHIA FILHO, A. F. C. A ciência do solo e o desafio da sustentabilidade agrícola. *Boletim Informativo da SBCS*, v. 23, n. 2, p. 19-23, 1998.

TRZESNIAK, P. Indicadores quantitativos: reflexões que antecedem o seu estabelecimento. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 159-164, 1998.

WEID, J. M. von der. Conceito de sustentabilidade e sua aplicação nos modelos de desenvolvimento agrícola. In: *O solo nas grandes domínios morfoclimáticos do Brasil e o desenvolvimento sustentado*. Viçosa: SBCS/UFV, 1996. p. 353-366.

VOORTMAN, R. L. *Guidelines on land evaluation for rainfed agriculture in Moçambique*. Maputo. FAO/MOZ. INIA, 1985. 29p.

NOTAS SOBRE GEOGRAFIA E DESENVOLVIMENTO

Ailton Mota de Carvalho*

Maria Eugênia Ferreira Totti**

RESUMO

Este texto revê a antiga e angustiante dicotomia geográfica entre a escola possibilista e a escola determinista. Na atualidade a relação entre as variáveis geográficas e desenvolvimento econômico volta a ser objeto de interesse por parte de vários pesquisadores e organismos internacionais, o que estimulou esta revisão. Um número cada vez maior de economistas, geógrafos e historiadores está usando o instrumento teórico e metodológico de geografia para desvendar os mistérios sobre por que algumas nações conseguem grande êxito econômico e outras não conseguem. Sem radicalismo de qualquer natureza, essas explicações podem ser buscadas na interação entre fatores geográficos e fatores socioeconômicos.

Palavras-chave: Geografia; Desenvolvimento econômico.

Guardemonos de interpretar los fenómenos de la vida y de la actividad como dependiente en su totalidad de la acción de la naturaleza. Por otra parte, tampoco es posible negar la influencia del medio ambiente, pretendiendo que éste no ejerce acción alguna y que todo se debe a la voluntad del hombre. (Norbert KREBS, 1931)

Se o papel da Geografia é analisar todas as modalidades de relações entre os diversos fatores, as quais, em seu conjunto, constituem a realidade existente em qualquer área, a insistência em distinguir entre dois grupos particulares de fatores, os humanos e os não-humanos, introduz vários elementos desfavoráveis ao progresso das pesquisas. (Richard HARTSHORNE, 1966)

Até quando veremos a reumática dicotomia entre os “Geógrafos humanistas” e os “Geógrafos físicos” empanar nossos raciocínios e desintegrar a ciência geográfica?

Até quando veremos o raciocínio emocional e o político-ideológico se sobreporem ao pensamento lógico-formal e à construção de uma visão integrada dos fenômenos geográficos?

* Doutor em Políticas Públicas – Flacso/UnB – Professor Associado Universidade Estadual do Norte Fluminense – Uenf.

**Doutoranda da Uenf.

Quanta perda de tempo na construção e desconstrução de paradigmas e paradigmas, numa busca sem fim de um tal “objeto da Geografia”, o que impede que uma das mais antiga das ciências ainda não tenha encontrado o seu nicho, o seu rumo, o seu campo de estudo.

Por que tanto patrulhamento ideológico? Por que tanto receio em se falar de possíveis influências da natureza sobre a vida humana, como se fosse o maior dos pecados, ou politicamente incorreto admitir a interação entre natureza e sociedade?

Velhos dogmas, de vez em quando, são ressuscitados de suas tumbas, com uma roupagem nova, sempre acompanhados do prefixo “neo”, quando na realidade, na maioria das vezes, de novo não têm nada.

Este texto pretende rever algumas dessas questões sobre as influências das características geográficas, no desenvolvimento econômico e social de um determinado lugar. O determinismo de roupa nova, para usar outras palavras.

REVISÃO TEMÁTICA

Entre as tantas dicotomias que caracterizam a geografia, uma é seminal: a do determinismo *versus* possibilismo. Esse é um dos grandes debates internos da geografia, em seu incansável anseio de se consolidar em meio a tantas ciências. A palavra exata é na realidade a de um confronto, pois determinismo e possibilismo são considerados como pólos opostos da análise e da prática da geografia.

Historicamente o primeiro antecede ao segundo, que surgiu como uma idéia progressista, em detrimento do determinismo, que, a partir de então, passou a ser palavra quase que proibida para os geógrafos, uma vez sinônimo de reacionismo e de má intencionalidade.

Em determinadas ocasiões, essa cisão tem sido tão clara, que alguns departamentos de geografia dividem-se em dois programas curriculares, e até mesmo transferem parte da geografia física para a geologia, por exemplo.

Porém devemos ter a coragem de revisar e relativizar essa verdadeira fobia, sem ideologismos, sem dogmatismos, como convém a uma ciência que se deve pautar por um debate acadêmico aberto e construtivo. Felizmente não é uma idéia original, pois já existem correntes contrapostas a essa drástica separação, que se manifestam com força crescente na atualidade.

O POSITIVISMO

Aproveitando as primeiras contribuições de Humboldt (1769-1859) e

Ritter (1779-1859), cientistas alemães, a Geografia começou a se consolidar enquanto disciplina nos centros universitários da Europa, a partir do fim do século XIX.

No momento entre 1860 e 1890, o positivismo e o evolucionismo têm uma significativa influência sobre os geógrafos. De acordo com as idéias positivistas dominantes, era inevitável transferir os conceitos e as teorias das ciências naturais para as ciências sociais, ao mesmo tempo em que a natureza deixava de ser vista como algo estático.

Essa nova visão da geografia influencia, por exemplo, a obra de Friedrich Ratzel (1844-1904), geógrafo alemão diretamente impactado pelas idéias evolucionistas de Charles Darwin (1809-1883), que se uniram ao positivismo, buscando estabelecer rigorosamente o nexo causal dos fatos e o descobrimento das leis.

Foi nesse ambiente que surgiu e prevaleceu o chamado “determinismo geográfico”, que não só é um reconhecimento da influência do meio físico sobre as atividades do homem mas também o rigoroso relacionamento existente entre os fatores físicos e os fenômenos humanos.

Assim foi até o fim do século XIX, quando novas circunstâncias e atores vão possibilitar o surgimento de uma nova visão geográfica, chamada de “possibilismo”.

O POSSIBILISMO

Esta nova corrente de pensamento geográfico, liderada pelo geógrafo francês Paul Vidal de La Blache (1845-1918), tecia severas críticas às idéias ratzelianas e propunha uma contra-tese ao determinismo – o possibilismo – segundo a qual o meio físico não determina as atividades humanas e sim oferece possibilidades que o homem, com toda a sua capacidade e liberdade, utiliza como quiser.

Da academia humanista francesa, em oposição ao pragmatismo alemão, não poderia se esperar outra atitude.

Para La Blache, o objeto da Geografia é a relação do homem com a natureza, na perspectiva da paisagem, compreendida como uma criação humana, elaborada ao longo dos anos.

Surge daí uma cisão (outro dualismo geográfico) entre os estudiosos dos fenômenos físicos (positivistas) e os geógrafos humanos (possibilistas), parcialmente resolvida com o aparecimento dos estudos regionais, que tentavam sintetizar os “vários” estudos geográficos numa área específica.

Essa foi a grande dicotomia estabelecida ao se iniciar o século XX e que não determina o fim de uma discussão. Pelo contrário, o caráter dinâmico da

Ciência Geográfica vai fazer com que essa discussão se perpetue, renascendo de vez em quando com a cara renovada, como foi o caso, por exemplo, da revolução quantitativa e teórica, neopositivista, que caracterizou a geografia entre os anos 1950 e 1960.

RELATIVIZANDO A DISCUSSÃO

Essa antiga polêmica termina, geralmente, de duas maneiras: com um radicalismo extremado, o que leva a opção determinada por uma das duas vertentes – determinismo ou possibilismo – ou por uma posição mais relativista, que tenta estudar, de forma mais holística, as interações entre ambiente físico e sociedade.

Esta segunda postura exige uma certa dose de coragem, uma vez que corre o risco de ser rotulada de forma negativa, ao admitir que os fatores naturais exercem uma grande influência sobre a vida humana, em vários aspectos. Uma constatação, tão simplesmente evidente, foi ficando censurada através do tempo, transformando-se em tema proibido e quase que pecaminoso.

Na realidade esse preconceito não encontra sustentação científica em observações empíricas dos vários fenômenos naturais que incidem sobre o planeta e que afetam a vida humana, do que se deduz ser a sua origem, antes de tudo, ideológica.

O homem ocupa a superfície terrestre, numa “aparente” harmonia com a natureza, mas sujeito a riscos e a fenômenos naturais inevitáveis, que comprometem, com frequência, o equilíbrio entre o ambiente social e o ambiente natural.

É certo que muitos dos desastres naturais são causados pela ação antrópica, porém há que separá-los daqueles fenômenos inerentes à dinâmica terrestre e que independem da ação humana, como, por exemplo, os vulcanismos. É sobre os fenômenos naturais a que nos referimos especificamente, e a nossa curiosidade é a seguinte: por que não reconhecê-los? Por que não admitir o seu poder de interferência na vida humana?

A pergunta que tem que ser feita é a seguinte: será que todos os fenômenos naturais, com seus impactos sobre a vida humana, são uma contrapartida da natureza à insanidade dos homens? São sempre uma contra-ação a atitudes agressivas e irresponsáveis? Ou é uma dinâmica natural e endógena, que independe de qualquer interferência humana?

Que determinismo proibido é esse que já desde a pré-história modela o relevo terrestre, transforma o mar em sertão, faz surgir e desaparecer ilhas, provoca um dilúvio, soterra florestas gigantescas e cidades inteiras? Tudo isso muito antes do aparecimento do *Homo sapiens* depredador.

Por que ficamos constrangidos ao constatar que nós, pobres e mortais seres humanos, somos biologicamente muito frágeis, frente a alguns fenômenos naturais?

Onde ficou a velha e útil noção das áreas ecúmenas e anecúmenas, tão citadas nos antigos textos geográficos? O que de errado há em dizer que a vida nos desertos, no interior das florestas tropicais ou nas altas e elevadas montanhas é difícil, para não dizer impossível?

É claro que estamos falando de vida no sentido mais amplo possível, com saúde, bem-estar, conforto, sedentarismo, etc..., e não como uma maratona esportiva de sobrevivência.

Pior do que o falado determinismo é o reducionismo parcimonioso da realidade, no qual vale tudo para dizer que a influência dos fenômenos naturais sobre nossas vidas e sobre o nível de desenvolvimento socioeconômico de determinado lugar é desprezível em termos da diferenciação dos lugares. Nesse sentido tudo se reduz, simplesmente, a uma questão política e ideológica hermeticamente fechada.

A repulsa aberta, generalizada e radical à idéia da geografia como fator determinante das condições sociais e do desenvolvimento econômico é por demais reducionista e muito pouco convincente.

GEOGRAFIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Um exame rápido do mapa mundial por níveis de renda *per capita* revela um padrão muito claro e perturbador. Por um lado, a maior parte dos países desenvolvidos se localiza em regiões relativamente distantes da linha equatorial, e, por outro, praticamente a totalidade dos países mais pobres localizam-se nas zonas que circundam o equador (GALLUP & SACHS, 1999 *apud* ESQUIVEL, 2000).

Dos 24 países classificados atualmente como “industriais”, nenhum se encontra na zona tropical do planeta, entre os trópicos, ou seja, todos têm um clima temperado.

De acordo com Clarke (2002), essa mesma divisão funciona em nível regional e no interior de alguns países. Os quatro primeiros países da América Latina com renda *per capita* mais alta são Argentina, Chile, Uruguai e México, e a maior parte de todos está fora da zona tropical.

Recentemente esse tema volta ao cenário acadêmico, através das publicações de pesquisadores com perspectivas e enfoques muito diferentes, que estão incorporando aos seus estudos a hipótese de que a geografia é um fator importante no desenvolvimento e na evolução econômica das nações.

Nenhum desses estudos fala em determinismo geográfico, nem conclui

que existem regiões fatalmente predestinadas, nem que o nível de desenvolvimento econômico é imutável. Pelo contrário, se renegamos a relevância dos fatores geográficos no desenvolvimento econômico, muitas das políticas que hoje são praticadas para elevar o nível de desenvolvimento desses países, podem se inviabilizar.

“Por que o Brasil, maior em área contínua e com um século a mais de colonização, não atingiu o estágio de desenvolvimento dos Estados Unidos?”.

Na busca de respostas a essa inquietante pergunta, Viana Moog (1964) escreveu o conhecido ensaio **Bandeirantes e pioneiros**, trabalho pioneiro no sentido de analisar algumas hipóteses explicativas para o desnível de desenvolvimento social e econômico entre o Brasil e os Estados Unidos. Moog trabalha com vários aspectos, entre eles explicações de natureza geofísica, como o relevo, a posição geográfica e o clima para encontrar os argumentos que podem ajudar a entender as diferenças entre os dois países.

É uma obra reconhecida pelos melhores catálogos bibliográficos sobre a sociologia e a cultura brasileira, sobre cuja qualidade não existe dúvida. É quase um exemplo único e numa vertente de interpretação sociológica.

Faz relativamente pouco tempo que começaram a ser publicados estudos mais sistemáticos e empíricos, analisando os possíveis efeitos que podem ter as características geográficas sobre o desempenho da economia de um determinado lugar. E o interessante, para não dizer lamentável, é que os autores desses estudos são, geralmente, economistas que, mais uma vez, se antecipam na tarefa, em substituição aos geógrafos, às voltas com os rigores de uma postura que “proíbe” tal abordagem.

Recentemente (2000) o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento – BID, através de sua Rede de Centros de Pesquisa, lançou e patrocinou o Projeto “Geography and Economic Development”, que resultou em vários trabalhos empíricos realizados em vários países da América Latina, todos apontando para as evidentes relações entre as características geográficas e as desigualdades internas de desenvolvimento.

No Brasil, só para citar um exemplo desses resultados, foi produzido o estudo “Geography and income convergence among Brazilian states” (AZZONI *et al.*, maio de 2000). Como se deduz do título, o objetivo do estudo é identificar o papel das variáveis geográficas na explicação das diferenças de desenvolvimento entre os estados brasileiros.

Usando uma série de variáveis de capital humano, condições de vida e geográficas, os autores chegam à conclusão de que as variáveis geográficas são importantes para explicar as diferenças de qualidade de vida e de crescimento econômico entre os estados brasileiros. A latitude, por exemplo, dizem eles, determina faixas com características regionais específicas, que influem na produtividade (AZZONI, *op. cit.*, p. 19).

Em outro documento desta série, Esquivel (2000) realizou o documento de trabalho *Geografia y Desarrollo Económico del México*, no qual também conclui, entre outras coisas, que “existe evidência empírica em favor da hipótese de que a geografia natural influi no desenvolvimento econômico dos estados mexicanos, através de seus efeitos na formação e qualidade do capital humano” (p. 44).

Numa outra vertente de argumentação, poder-se-ia dizer que as desigualdades internas de desenvolvimento nos mais variados países do mundo nada mais são que resultado de um maligno processo mundial de reprodução interna de modelos centro-periferia ou de técnicas de colonialismo interno, e que nada têm a ver com as características naturais do lugar. Tudo se reduz, ou se resume, a uma questão meramente política.

Em outro recente artigo denominado “La geografia del desarrollo en las Américas: el factor olvidado”, Clarke (2002) nos oferece uma interessante análise crítica equilibrada, entre a “causalidade e a história”, para usar suas palavras, no qual aborda alguns aspectos geralmente usados para explicar o subdesenvolvimento latino-americano, desmistificando-os de uma certa forma.

Todavia, e com toda honestidade e sinceridade científica, Clarke reconhece a influência da geografia no desenvolvimento dos países. Desse interessante artigo retiramos a seguinte passagem textual, por representar, exatamente, o pensamento que estamos tentando registrar neste artigo. Diz ele:

La geografia há sido despreciada por razones puntuales y cobardes. Es cobarde intentar ignorar que la base de cualquier nación y sus instituciones es su territorio y este territorio siempre va a imponer ciertas condiciones a sus habitantes. Simplemente porque este hecho incomode mucha gente no niega su importancia para el buen desarrollo de un país. (p. 4)

É certo que uma boa parte dessa recente onda neodeterminista, para dar-lhe um nome, é de responsabilidade do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, como forma de explicar a pobreza e a desigualdade. Os mais recentes relatórios anuais e estudos técnicos desse banco defendem um determinismo geográfico do desenvolvimento: os países mais ricos em recursos naturais e mais próximos do equador estão condenados a ser mais atrasados e pobres. Os problemas atuais não se devem às reformas estruturais ou às ações dos governos e sim às condições ambientais.

Gudynas (2000) escreveu um artigo “El regreso del determinismo: la Latina fatalidad tropical del subdesarrollo en América Latina”, no qual nos oferece uma clara visão da postura técnica e ideológica do BID ao propor um determinismo geográfico e ecológico, no qual a iniquidade corresponderia à latitude e, sob uma maior riqueza ecológica, mais se deterioram as opções de desenvolvimento.

A difícil vida nos trópicos, segundo os estudos do BID, é causada pelas enfermidades, as pestes, os problemas climáticos e a qualidade da água. A tropicalidade é responsável por uma série de outros problemas, ligados ao sistema de cultivo, à distribuição da terra, à dependência de exportação de produtos economicamente voláteis, ao pouco emprego de mão de obra, ao desperdício de capital físico aplicado em atividades primárias em detrimento das atividades manufatureiras, ao estabelecimento de relações hierárquicas verticais em detrimento da cooperação e da construção do capital social.

Como é de praxe, são idéias polêmicas, contra as quais levantam-se protestos veementes e contra-provas, no sentido de mostrar que para toda regra existem várias exceções. Se não fosse assim, todas as regiões tropicais, de todos os continentes, teriam a mesma situação, e todos os países localizados em zonas temperadas seriam desenvolvidos e com níveis de desenvolvimento semelhantes.

O próprio BID reconhece em seus relatórios essas exceções, como, por exemplo, o Sudeste da Ásia. Porém trata esses casos realmente como fora dos padrões, o que não invalida as suas teses do determinismo tropical.

As implicações de toda essa celeuma são mais ou menos óbvias, pois vão condicionar e orientar as ações do BID na América Latina, no sentido de propor políticas de reformas econômicas e culturais, que levem em conta essas implicâncias da sacrificada vida nos trópicos.

Como diz Clarke (2002):

Se a comunidade internacional quer ajudar a América Latina, deve trabalhar tanto sua macro e microeconomia, como sobre a sua geografia: como está influenciando na vida do país, como tem condicionado as instituições do país, e que reformas podem ser feitas para mitigar os efeitos mais negativos da geografia, sabendo de que não podemos modificá-la radicalmente. (p. 4)

Em outro ambiente, a academia, Gallup e Sachs (1999), do Instituto de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Harvard, publicaram um trabalho referencial, de nome **Geografia e desenvolvimento econômico**, inaugurando a argumentação da importância da geografia sobre o desempenho da economia, com um estudo empírico realizado em vários países.

Em sua análise, esses economistas identificam vários aspectos geográficos influentes sobre o nível de desenvolvimento econômico de um país, entre os quais podemos citar:

- a) a localização tropical implica uma maior incidência de doenças e uma baixa produtividade agrícola. Nesse sentido vários estudos mostram claramente a relação entre características geográficas e incidência de doenças infecciosas, como a malária, por exemplo;
- b) a geografia pode também afetar o desenvolvimento econômico de uma

nação devido à incidência de desastres naturais, sejam inundações, terremotos, furacões, que provocam danos diretos e indiretos à economia;

- c) existe uma relação inversa entre dotação de recursos naturais e nível de renda, pois estudos empíricos realizados em vários países comprovam a hipótese de que maior disponibilidade de recursos naturais tendem a diminuir a taxa de crescimento da economia;
- d) a falta ou a distância de acesso ao litoral ou a cursos d'água navegáveis influi na possibilidade e intensidade do comércio e até mesmo sobre a política comercial.

Os dados mostram que o custo de transporte de países interiores é 50% mais elevado que nos países litorâneos.

Sachs não fecha questão sobre essas idéias, ou hipóteses, que tentam ligar forças ecológicas, com dinâmica social, demografia, economia e tecnologia. Pelo contrário, ele manifesta em seus artigos a necessidade e a esperança de que economistas possam trabalhar junto com os ecólogos, com os demógrafos e com os geógrafos no sentido de compreender melhor essas complicadas relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um número crescente de economistas e historiadores está usando o instrumental da ciência geográfica, para explicar a permanente inquietude de entender as razões pelas quais algumas nações conseguiram crescimento econômico e desenvolvimento social, e outras não, partindo do suposto de que as análises meramente econômicas ou históricas têm sido incapazes de responder a essa interrogante.

Ao buscarem essa relação, esses variados autores mexem em um vespeiro, pois tocam num tabu geográfico, qual seja o de encontrar explicações nas características naturais de um lugar para o seu nível de desenvolvimento econômico e social.

Mais uma vez a geografia se recusa a assumir o papel de desvendar os seus mistérios, de processar as suas contradições internas, dando passo a que outros o façam, de maneira menos apropriada certamente.

A velha rejeição a tudo que seja causa determinante tem dificultado essa visão mais holística dos fenômenos geográficos – a também velha relação de troca e de colaboração entre o homem e a natureza.

Felizmente, existem pelo menos duas correntes de pensamento que se colocam contra essa visão sectária da geografia. A primeira surge de uma consciência de que o mundo humano e o mundo natural estão intimamente interconectados, ou seja, seres humanos e mundo natural se revelam cada vez mais

inseparáveis e, portanto, devem ser estudados juntos. A segunda entende que alguns dos conceitos mais adequados para estudar os fenômenos humanos no espaço e no tempo são próprios do mundo físico, mais certamente da Física, como os modelos de interação espacial, baseados na lei da gravidade.

A bibliografia citada ao final deste texto mostra claramente a importância atual desse tema, tanto no meio acadêmico, como nas políticas dos órgãos internacionais de financiamento.

Talvez seja hora dos geógrafos baixarem as armas e, saindo do mero discurso didático, comecem a recuperar o tempo perdido, abraçando a Geografia como um todo indivisível, antes que outros aventureiros se coloquem, como é o caso, na dianteira da iniciativa.

Este texto tem apenas esta finalidade: notas para despertar discussões sobre uma idéia aparentemente tão óbvia e simples, qual seja a de que existem evidentes interações entre sociedade humana e características naturais, conformando espaços diferenciados.

ABSTRACT

This text sees again the old and distressing geographic dichotomy between possibilist school and determinist school. In present time the relation between geographic variables and economic development returns to be object of interest for part of several researchers and international organisms, what stimulated this revision. More and more number of economists, geographers and historians are using the theoretical and methodological instrument of geography to resolve the misteries about why some nations get great economic result and other ones don't get. Without radicalism of any nature, these explications can be searched in interaction between geographics factors and socio-economics factors.

Key words: Geography; Economic development.

Referências

- AZZONI, R. C. *et al.* Geography and income convergence among brazilian states. Research Network Working Paper. São Paulo: BID, maio de 2000.
- BLOOM, David; SACHS, J. D. Geography, demography, and economic growth in Africa. *Brooking Papers on Economic Activity*, n. 2, 1998.
- CLARKE, Noah. La geografía del desarrollo en las Américas: el factor olvidado. Acessível em: http://www.iigov.org/dhial/?p=36_05 acesso:10/03/2003
- ESQUIVEL, Gerardo. Geografía y desarrollo económico en México. Documento de trabajo de la Red de centros. México: BID, abril 2000.
- GALLUP, J. L. *Agricultural productivity and geography*. Cambridge, Estados Unidos: Harvard Institute for International Development, 1998. (Mimeografado).
- GALLUP, J. L. *Geography and socioeconomic development*. Center Development at Harvard University, Andean Competitiveness Project background I en: www.cid.harvard.edu/andes/Documents/Background%20papers/Geography%20Development.pdf (última revisión; 25 de noviembre de 2002)
- GALLUP, J. L.; SACHS, J. Y.; MELLINGER, A. Geography and economic development. *Annual World Bank Conference on Development Economics 1998*. Washington, D.C. Estados Unidos, Banco Mundial, 1999.
- GAVIN, M. Y.; HAUSMAN, R. Nature, development and distribution in Latin America: evidence on the role of geography, climate and natural resources. *Working paper n. 378*. Washington, DC, Estados Unidos, Banco Interamericano de Desarrollo, 1998.
- GUDYNAS, Eduardo. El regreso del determinismo: la fatalidad tropical del subdesarrollo en América Latina. Acessível em: <http://www.ambiental.net/claes> (acesso 23/8/2000)
- HAMILTON, Roger. Geografía e destino econômico: onde se mora faz diferença. Acessível em: <http://www.iabd.org/idbamerica/Archive/stories/1999/por/1-2h3.htm>. Acesso em: 25/4/2003.
- HAMOUDI, Amar; SACHS J. D. The changing geographical distribution of malaria: a review. Center for International Development, *Working paper n. 2*, 1999.
- HAUSMANN, Ricardo. Prisoners of geography: foreign policy. [Http://www.findarticles.com/cf_0/m1181/2001_jan/71562744/print.jhtml](http://www.findarticles.com/cf_0/m1181/2001_jan/71562744/print.jhtml) (última revisión: 25 de noviembre de 2002)
- JAFFEE, Adam B.; TRAJTENBERG Manuel; HENDERSON Rebecca. Geographic localization of knowledge spillovers as evidenced by patent citations. *Quarterly Journal of Economics*, v. CVIII, August, Issue, 1993.
- KAMARCK, Andrew. *The tropics and economics development: a provocative inquiry in the poverty of nations*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1976.
- KELLER, Wolfgang. Geographic localization of international technology diffusion. National Bureau of Economic research, *Working paper n. 7.509*, January, 2000.
- LEE, Douglas. *Climate and economic development in the tropics*. New York: Harper for the Council on Foreign Relations, 1957.
- MASTERS, William A.; MARGERET, S. McMILLAN. *Climate and scale in economic growth*. Center for International Development, Harvard University, July 2000.

MELLINGER, A.; JEFFEY D. SACHS; John L. GALLUP. **Climate, water navigability, and economic development**. Center for International Development, Harvard University, 2000.

MOOG, Vianna. **Bandeirantes e pioneiros**. 19. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2001, 355p

NORDHAUS, W. D. Climate and economic development: climates past and climate change future. In: BRUNO, M.; PLESKOVIC, B. (Ed.). **Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics**, 1993. Washington, DC, Estados Unidos: Banco Mundial, 1994.

OCAMPO, J. A. **La economía latinoamericana en 1998**. Naciones Unidas: Cepal, n. 2, enero 1999.

RAM, R. Tropics and economic development: an empirical investigation. **World Development**, v. 25, n. 9, p. 1.443-1452, 1997.

ROBERTS, Neil. **La transformación humana de la superficie terrestre**. Acessível em: <http://www.unesco.org/issj/rics150/roberts150.htm>. Acesso em: 15/01/1999.

SACHS, J. D.; WARNER, A. Natural resource abundance and economic growth. **Working paper n. 5.398**. Cambridge, Estados Unidos, National Bureau of Economic Research, 1996.

TIESSEN, H.; CUEVAS, E.; SACEDO, I. H. Organic matter stability and nutrient availability under temperate and tropical conditions. **Advances in GeoEcology**, n. 31, p. 415-422, 1998.

WEISCHET, Wolfgang; CAVIEDES, Cesar N. **The persisting ecological constraints of tropical agriculture**. Harlow, Essex: Longman Scientific and Technical, 1998.

WESTLEY, Glenn. Volatilidad económica imputable a la dotación de recursos naturales. **Boletín de investigación sobre Políticas de Desarrollo del Banco Interamericano de desarrollo**, septiembre de 1995. p. 7-8.

YÁÑEZ, César. **Los estados latinomamericanos y la pertinaz desigualdad: una interpretación de los obstáculos al desarrollo humano**. Instituto Internacional de Gobernabilidad e Desarrollo, disponible en <http://www.iigov.org/documentos/?p=tema3/docu0020> (última revisión noviembre de 2002).

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

METODOLOGIA DE CARACTERIZAÇÃO DE ECOSSISTEMAS: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-TÉCNICA

Maurício Roberto Fernandes*
Ivana de Marco Fonseca Horta**

RESUMO

O texto apresenta duas versões de uma metodologia para a caracterização de ecossistemas, que têm em vista uma análise sistêmica orientada para o planejamento de atividades adequadas à geração de renda, com o aproveitamento das potencialidades oferecidas e respeitados os limites necessários para o desenvolvimento sustentável com preservação ambiental. Exemplos de aplicação da metodologia, tanto na primeira versão, quanto na versão aperfeiçoada, são apresentados, o que permite melhor compreensão e avaliação das possibilidades por ela oferecida.

Palavras-chave: Metodologia; Unidade de paisagem; Caracterização de ecossistema; Desenvolvimento sustentável.

A avaliação de terras com a finalidade de estabelecer suas potencialidades e limitações, culminando com as respectivas aptidões para atividades agropecuárias, vem sendo aperfeiçoada com o intuito de se inserir em um contexto ambiental mais amplo. Essa avaliação busca atender a diversas atividades de interesse econômico e a compatibilizar este interesse com as necessidades ambientais, embasando-se na trilogia: renda, preservação e recuperação.

Os principais modelos metodológicos utilizados são a “classificação da capacidade de uso dos solos” e o “sistema de aptidão agrícola”, ambos concentrando-se nas características dos solos e nas atividades agropecuárias.

Na classificação da capacidade de uso dos solos, através de parâmetros pré-fixados, enquadraram-se as glebas em oito classes e estabelecem-se rígidas recomendações para as atividades agropecuárias nas respectivas classes. Essa

* Eng. Agrônomo, Coordenador Técnico da Emater-MG, Msc Solos e Nutrição de Plantas.

** Graduada em Geografia pela PUC Minas. Agradecemos aos professores Alecir Maciel e Jony Roldarte, da PUC Minas, pela leitura, críticas e sugestões.

metodologia tem origem no Soil Conservation Service – USDA e ainda vem sendo utilizada em programas e projetos agropecuários.

Já o Sistema de Aptidão Agrícola, desenvolvido pela Embrapa (1983), considera três sistemas de manejo agropecuário do solo (A, B e C), obtidos com base na análise de limitações dos solos para a agropecuária.

Essas metodologias, apesar de aplicáveis em estudos para planejamento agrícola, deixam a desejar em estudos ambientais, nos quais a integração e a interação entre os recursos naturais são fundamentais, sobretudo, por possibilitarem a inclusão de outras alternativas para usos não agrícolas do espaço rural. Por outro lado, leigos em assuntos pertinentes à pedologia passam por naturais dificuldades no entendimento e na aplicação dessas classificações, incluindo-se, nessa categoria, produtores rurais que possuem conhecimentos práticos sobre as áreas em que trabalham.

A metodologia adotada para a identificação das unidades de paisagem foi desenvolvida por Fernandes (2000) e consiste na integração e no estabelecimento das correlações entre as variáveis ambientais, geologia, relevo e solo. O resultado é representado pela definição das unidades da paisagem, que, por sua vez, permitem definir ou indicar o potencial e a aptidão dos respectivos usos e ocupações sustentáveis.

Considera-se a paisagem, em cada especificidade local, como uma síntese dos componentes do meio físico (geologia, relevo e solos), meio biótico (vegetação nativa) e meio socioeconômico (atividades antrópicas).

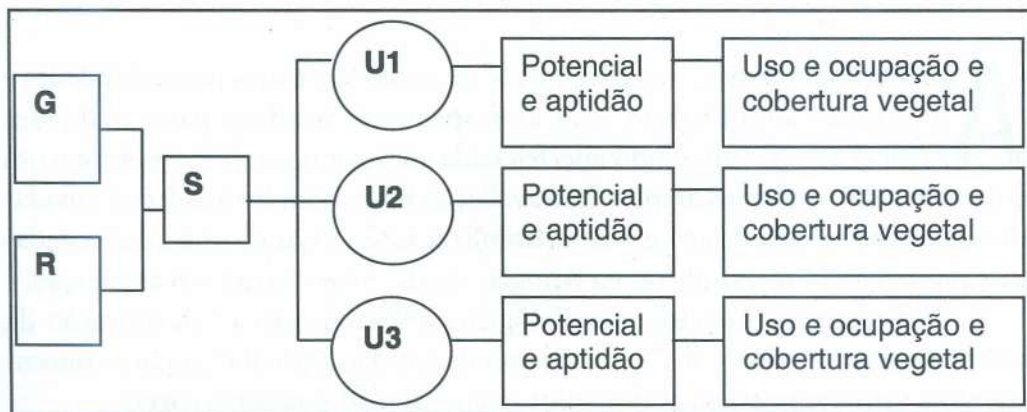


Figura 1: Metodologia – esquema síntese da primeira versão – unidades de paisagem.
Nota: G – Geologia; R – Relevo; S – Solo; U – Unidade de paisagem.

O estabelecimento dessa integração permite a identificação das unidades de paisagem nas áreas remanescentes dos empreendimentos hidrelétricos, nos municípios como base para o Plano Diretor Ambiental, nas áreas de delimita-

ção de Áreas de Proteção Ambiental – APA's, nas Áreas de Proteção Permanente – APP's e em outras.

Após a Emater/MG ter desenvolvido trabalhos embasados nessa metodologia nos municípios mineiros de Diamantina e Catas Altas e na APA do Pico da Ibituruna em Governador Valadares – MG, surgiu a oportunidade de desenvolvê-la nos municípios de Caxambu e Poços de Caldas. Nestes, após diversas discussões para melhorar a abrangência dos estudos, e, com base referencial na Teoria do Sistema Aberto,¹ realizaram-se mudanças de caráter metodológico.

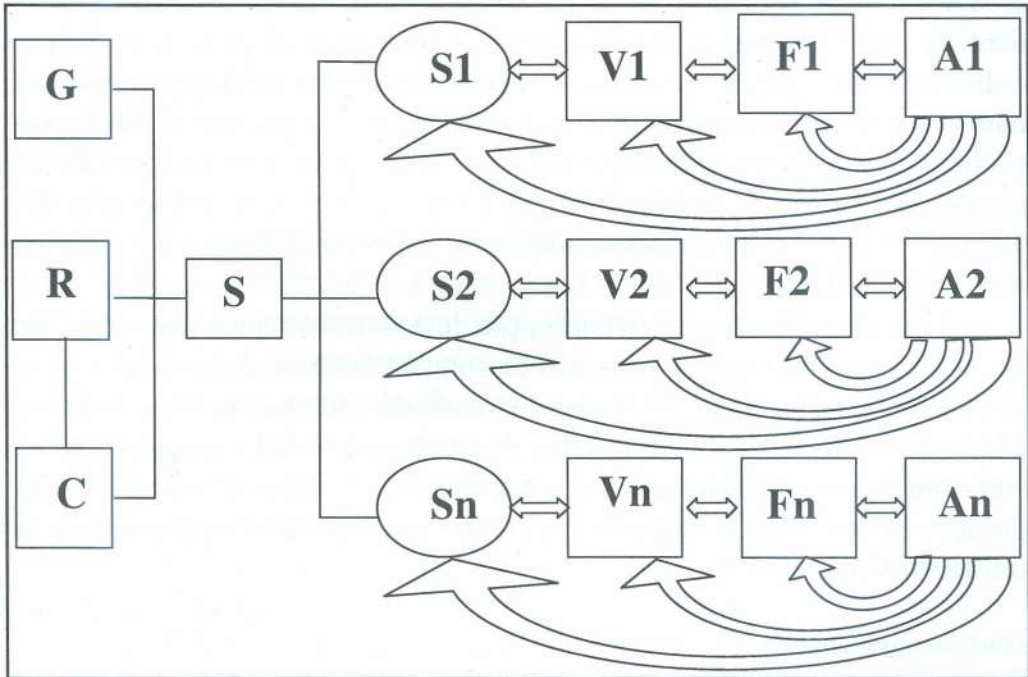


Figura 2: Metodologia – esquema síntese da segunda versão – caracterização de ecossistemas
Nota: G – geologia; R – relevo; C – clima; S – solo; V – vegetação; F – fauna; A – atividade antrópica.

As mudanças visaram obter uma maior abrangência dos seguintes aspectos:

- do meio físico (geofísico), através da inserção do clima como fator de elevada relevância, devido ao seu poder de atuação nos processos de intemperismo físico-químico, fortemente atuantes na geomorfologia;
- do meio biótico, devido à especificidade da flora, levando-se em conta as formações florestais (primárias e/ou secundárias) já existentes e as possibilidades de culturas agrônômicas propiciadas pelos fatores geofísicos;

¹ Teoria proposta por David Drew, professor de Geografia da Universidade de Dublin, 1986

- c) da fauna que interage com o meio, sobrevivendo e mantendo sua existência;
- d) das atividades antrópicas que agem sobre cada um dos fatores, promovendo sustentabilidade ou desequilíbrio ecológico.

É imprescindível apontar a interdependência/inter-relação entre as partes que originam o sistema e especificar que, enquanto sistema, ele é movido pela entrada e saída de energia e matéria. Cada fator inter-relaciona-se e depende do outro para sua existência/manutenção.

Através da correlação entre os componentes dos ecossistemas, ou seja, com a interligação dos meios geofísico, biótico e humano (socioeconômico), torna-se possível obter as potencialidades e limitações de cada unidade. Para tanto, toma-se como base o clima, o material de origem (geologia) e a característica do relevo (geomorfologia), que, em conjunto, irão originar um tipo específico de solo, que possibilitará um tipo de vegetação e, conseqüentemente, um tipo de fauna e de atividades antrópicas possíveis de serem realizadas, respeitando as devidas limitações e usufruindo as potencialidades oferecidas por cada ecossistema.

Essa metodologia utiliza a concepção de desenvolvimento sustentável com vistas ao equilíbrio sistêmico do meio e a concomitante produção para a sobrevivência humana, a qual é definida pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento como “aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras”. Tal conceito visa à incorporação da conservação ambiental ao crescimento econômico e à equidade social (ESPINOSA, 1993).

EXEMPLOS DE APLICAÇÃO DA METODOLOGIA PROPOSTA

Para uma melhor compreensão da metodologia apresentada e das alterações nela realizadas, serão descritos, a título de exemplificação, modelos de paisagem comumente encontrados no Estado de Minas Gerais.

Exemplo 1 – Unidades de paisagem: aplicação da metodologia em sua primeira versão – Em uma área comum ao Vale do Jequitinhonha, com geologia embasada em sedimentos terciários com cobertura detrito laterítica e relevo em superfície tabular, o solo característico é o latossolo vermelho-amarelo, as potencialidades são o relevo plano, a permeabilidade e a profundidade, e a aptidão é a utilização da agropecuária tecnificada. No caso do semi-árido, a cobertura vegetal será o cerrado *stricto-sensu*, e o uso e a ocupação comuns são: a silvicultura, a cafeicultura e as plantações de cana-de-açúcar.

No Vale do Rio Doce, em uma paisagem formada por sedimentos aluviais, no caso, a planície fluvial, é comum a ocorrência de solos aluviais com in-

trusões de solos hidromórficos. A potencialidade dessa unidade é a fertilidade e o relevo plano, com aptidão para as culturas de entressafra. A cobertura vegetal é do tipo Mata Ciliar.

A crítica feita a essa metodologia justificou-se pelo fato de, apesar de abranger determinados fatores até então não trabalhados, ser ainda muito sucinta em vista dos sistemas avaliados através dela, não os abrangendo completamente e tornando as análises passíveis de erros, devido à não avaliação de fatores como o clima, que promove identificáveis alterações no relevo, através de processos de intemperismo físicos e químicos. Essa é a razão de terem sido acrescentados os fatores que faltavam na segunda versão da proposta metodológica.

Exemplo 2 – Caracterização de ecossistemas: aplicação da metodologia em sua segunda versão – Modelos de paisagem do Município de Caxambu – MG, obtidos através de aplicação da metodologia já reformulada, isso em sua segunda versão, pela equipe da Emater/MG – 2003, tornam claro o nível de detalhamento propiciado pela metodologia após as mudanças realizadas.

Foram identificados sete Ecossistemas e três sub-ecossistemas, considerando-se que fora enfatizado o Ecossistema 1 e, posteriormente, o sub-ecossistema 3, devido à importância econômica de ambos para o Município.

O clima local, fator relevante, como já foi explicitado, para a caracterização de ecossistemas, apresenta duas estações bem definidas pelos índices de pluviosidade, altos na primavera/verão e baixos no outono/inverno. A Massa Equatorial Atlântica (mEa) com tendências úmidas e quentes, que influencia o clima de Caxambu e é amenizada pelo relevo local, determina uma elevação nos índices de temperatura e pluviométricos nos meses de verão. As precipitações médias anuais estão situadas em torno de 1428 mm.

Devido ao Município estar situado no Planalto do Sudeste a uma altitude máxima de 1.189m, o clima será mais ameno, ou seja, tenderá ao Tropical de Altitude; esse fator morfológico influenciará também no elevado índice de radiação solar, que incidirá sobre as maiores altitudes do município, assim como amenizará esse índice nos ecossistemas de planícies e terraços fluviais bem como nas rampas de colúvio.

É claro que o estabelecimento das potencialidades e das limitações com a finalidade de definir aptidões, tanto para cada um dos ecossistemas, quanto para o município como um todo, necessita estar em harmonia com essas especificidades do clima, de forma a possibilitar um planejamento de atividades que sejam compatíveis com as condições climáticas da região.

A – Ecossistema 1 – O Morro Caxambu – O Morro de Caxambu é formado por rochas gnáissicas associadas a diques de brechas alcalinas e a diques máficos, onde são perceptíveis fraturas que originam o Ribeirão Bengo, responsável pelo afloramento das 12 fontes hidrominerais de Caxambu, que são os principais atrativos turísticos do Município. Atualmente, os principais usos

desse Ecossistema são o turismo e a ocupação urbana nas vertentes do Morro, que vêm ocorrendo indiscriminadamente: Os principais problemas ambientais são: a impermeabilização no topo do Morro, que impede a recarga do aquífero freático, que alimenta as nascentes das fontes hidrominerais do Parque Caxambu, além de elevar o escoamento pluvial superficial; a ocupação indiscriminada nas vertentes do Morro; e os desmatamentos e as queimadas ilegais, que potencializam a ocorrência de processos erosivos. A aptidão é, principalmente, para reserva em prol da preservação dos aquíferos de águas minerais.

B – Ecossistema 2 – Cristas de quartzito – Apresentam declives superiores a 40% com a ocorrência de cristas e vertentes escarpadas, onde ocorrem afloramentos de rocha associados a Litossolos (Neossolos Litólicos) e a vegetação predominante é o Campo de Altitude. São consideradas unidades inaptas para a agropecuária, devido ao relevo fortemente acidentado e aos solos rasos. Os cursos d'água desse ecossistema apresentam visível característica cristalina, em decorrência da interação com rochas quartzíticas, apresentando hipoeutrofização. Esse ecossistema é apto para Reserva.

C – Ecossistema 3 – Afloramentos e matações de granito – Os afloramentos graníticos constituem um marco paisagístico, além de apresentar potencial para ecoturismo e para a educação ambiental, tendo em vista a beleza cênica e a estrutura geomorfológica em acolinado com afloramentos de granito. Para atendimento a essas atividades, torna-se fundamental a preservação desse ecossistema, com permanente sistema de vigilância e monitoramento. As áreas do Município onde são observados afloramentos e matações de granito, apresentam o solo classificado como Neossolo Litólico de média fertilidade, sendo este raso e rico em nutrientes; fato associado a composição, textura e granulometria da rocha matriz. Adaptado a esse solo, tem-se a vegetação campo rupestre. Devido ao solo raso e aos afloramentos, esse ecossistema é apto, principalmente, para reserva e pastagem natural. A descaracterização paisagística, devido à retirada de granito para construção civil, é o principal problema ambiental encontrado na área.

D – Ecossistema 4 – Colinas de topo aplainado – Apresentam declives inferiores a 10%. Os topos são constituídos por Latossolos distróficos quando são alongados e aplainados, apresentando inclusões de Cambissolo (Cambissolo Háplico) quando são estreitos e agudos. Os topos de morro constituem importantes áreas de recarga de aquíferos freáticos. Pela legislação, são considerados como área de preservação permanente – APP, e as formações florestais neles existentes devem ser preservadas. Os topos alongados e aplainados, entretanto, apresentam potencial e aptidão para culturas permanentes como a fruticultura, a silvicultura, a cafeicultura orgânica e as pastagens. A principal limitação diz respeito à baixa fertilidade e à elevada acidez dos solos locais. O problema ambiental mais comum nesse ecossistema é a compactação do solo devido ao pisoteio dos animais.

D.1 – *Sub-Ecossistema 1* – Colinas de topo aplainado com vertentes convexas – Possuem declives entre 20 a 40 % e superiores a 40 %, são constituídas por solos mais desenvolvidos e distrófico (Latossolos). Devido às suas potencialidades, viabilizam o uso do solo para culturas permanentes (fruticultura e silvicultura) e pastagem plantada, em áreas com declives superiores a 40%, culturas bianuais (mandioca e cana-de-açúcar), capineira e pastagem plantada, em área com declives inferiores a 40%. Nesse ecossistema, o cultivo do café em níveis é expressivo, o que minimiza o processo erosivo e auxilia na infiltração d'água. O problema ambiental encontrado é a erosão laminar.

D.2 – *Sub-Ecossistema 2* – Colinas de topo aplainado com Vertentes Côncavas – Os declives variam entre 20 e 40%. Essas unidades são constituídas por solos classificados como Podzólico Vermelho Amarelo (Argissolo Vermelho-Amarelo) e Cambissolo (Cambissolo Háplico). As vertentes côncavas apresentam o potencial de concentrar águas pluviais e nutrientes, com ocorrência de nascentes perenes, temporárias ou efêmeras, o que leva à aptidão principal dessa unidade, a proteção dessas nascentes. O problema ambiental encontrado pontualmente é a erosão em sulco e o ravinamento acelerado com elevada produção de sedimentos devido ao desmatamento e à remoção do solo. O uso atual se dá com pastagens, vegetação nativa e silvicultura.

E – *Ecossistema 5* – Vertentes ravinadas – Nessa unidade, é comum a ocorrência de cambissolos, que limitam a mecanização agrícola. Muitas ravinas possuem o leito rochoso e são áreas de surgimento do aquífero freático. As vertentes que possuem cascatas contribuem para a oxigenação das águas superficiais. Atualmente, são utilizadas com vegetação nativa e pastagens, que apresentam relevo muito acidentado com solos instáveis. São sistemas aptos para reserva e possuem, enquanto problema ambiental, a remoção do solo e a conseqüente erosão em sulco.

F – *Ecossistema 6* – Rampas de colúvio – São os ecossistemas que predominam no Município de Caxambu. Apresentam declives inferiores a 20%, são constituídas por material coluvionar, formado a partir dos topos e vertentes, correspondendo ao Cambissolo desenvolvido de tonalidade variada e ao Latossolo Vermelho-Amarelo distrófico. São solos altamente permeáveis, favorecendo a infiltração de águas pluviais e o abastecimento do aquífero freático. Devido às suas potencialidades, viabilizam o uso do solo para culturas anuais (arroz, feijão e milho), bianuais (mandioca e cana-de-açúcar) e permanentes (fruticultura e silvicultura), capineiras e pastagens. O problema ambiental mais comum é a erosão laminar e a compactação dos solos pelo pisoteio de animais. O uso atual se dá com pastagens, cultivos perenes e temporários.

G – *Ecossistema 7* – Planície fluvial – Também denominadas de leito maior dos cursos d'água, as planícies apresentam declives inferiores a 3% e são constituídas por solo Aluvial (Neossolo Flúvico). As principais limitações dessa

unidade são os riscos de inundações e encharcamento dos solos, o que torna especialmente viáveis as culturas de entressafrá. É comum a presença de remanescentes de vegetação ciliar nas planícies, e esta é essencial à manutenção da vazão dos cursos, além de funcionar como medida preventiva aos assoreamentos; quando natural, comumente fornecem alimentos à biodiversidade (limnológica) do curso d'água. Os principais problemas ambientais encontrados foram a extração de areia, o lançamento de resíduos nos cursos d'água e a ausência de vegetação ciliar em algumas áreas, propiciando a erosão fluvial e a consequente sedimentação dos cursos d'água.

G.1 – *Sub-Ecosistema 3* – Terraço e planície fluvial do Ribeirão Bengo – O ribeirão Bengo é o curso d'água que drena o Parque das Águas de Caxambu. Em sua planície e terraço são comuns os Neossolos Flúvicos (solos aluviais), com pontos de remanescente vegetação ciliar e inclusões de solos hidromórficos (Gleissolos). As culturas anuais (limitadas devido ao risco de inundação), a pastagem e a extração de areia são os usos atuais dessa unidade. O relevo plano e as condições de umidades do solo favorecem as culturas de entressafrá, que podem ser limitadas pelo encharcamento do solo. O principal problema ambiental encontrado nesse subecossistema é a ausência de vegetação ciliar que potencializa a erosão fluvial e o assoreamento do curso d'água.

A diversidade de ecossistemas identificados no Município de Caxambu leva a possibilidades e alternativas econômicas variadas e possibilidades múltiplas para uso e ocupação.

A caracterização dos ecossistemas e os respectivos modelos de paisagem podem ser adequados a municípios vizinhos a Caxambu, com simples ajustes e estudos de campo, devido às particularidades comuns ao relevo. Esse trabalho pode ser aproveitado por planejadores municipais, extensionistas e ambientalistas em suas ações para o desenvolvimento sustentável desses municípios, tendo em vista que é inconcebível a elaboração de um Plano Diretor Municipal sem o conhecimento das características, potencialidades e limitações dos principais ecossistemas inseridos em cada município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, pode-se afirmar que essa metodologia se mostra aplicável em situações diversificadas como:

- a) planejamento do uso e ocupação sustentado dos territórios municipais e regionais;
- b) bases para estudos de expansão urbana;
- c) seleção de mananciais para abastecimento público;
- d) identificação de áreas para reservas de preservação ambiental;

- e) estudos ambientais e de viabilidade para a implantação de empreendimentos hidrelétricos, agrícolas e atividades de mineração;
- f) bases para planos diretores de bacias hidrográficas;
- e) critérios para seleção de terras para assentamentos e colonizações agropecuárias.

Por essa razão, pode-se afirmar que sua aplicação se apresenta cada vez mais imprescindível, uma vez que visa a formas sustentáveis de desenvolvimento econômico em prol da própria sobrevivência humana, com possibilidades de utilização em diversas situações.

Esse instrumento de análise sistêmica evidencia prognósticos de oportunidades de geração de renda, culminando com o desenvolvimento econômico, social e ambiental, em uma perspectiva ecológica de sustentabilidade.

ABSTRACT

The text presents two versions of a methodology to characterize ecosystems, which aim a systematic analysis oriented to the planning of activities adequate to income generation, taking advantage of the existent potential to sustainable development and respecting the necessary limits to environment preservation. Some examples of methodology application, both in the first and in the improved versions will be presented, which offers a better understanding and a better evaluation of its possibilities.

Key words: Methodology; Landscape unit; Ecosystem characterization; Sustainable development.

Referências

- DREW, David. *Processos interativos: homem – meio ambiente*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1986. 206p.
- EMBRAPA. *Sistemas de avaliação da aptidão agrícola das terras*. 2. ed. Rio de Janeiro. Suplan – MA/Embrapa, 1983.
- ESPINOSA, H. R. M. Desenvolvimento e meio ambiente sob nova ótica. *Ambiente*, v. 7, n. 1, p. 40-44, 1993.
- FERNANDES, M. R. *Caracterização dos ecossistemas do município de Caxambu – MG*. Belo Horizonte: Emater-MG/Prorenda/GTZ, 2003.
- FERNANDES, M. R.; SILVA, J. C. *Programa estadual de caracterização e manejo de sub-bacias hidrográficas: fundamentos e estratégias*. Belo Horizonte: Emater, 2000.
- GUERRA, A. T. *Dicionário geológico-geomorfológico*. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.
- USDA – Land Capability Classification. *Agriculture hand book*. Whashington DC, 1961.

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

O Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, ao publicar os **Cadernos de Geografia**, tem por objetivos:

- estimular a produção de textos acadêmicos, artigos e trabalhos científicos;
- divulgar eventos, projetos e pesquisas de interesse geográfico;
- promover uma ação integrada de trabalhos científicos, didático-pedagógicos e tecnológicos, entre alunos, professores e estudiosos da ciência geográfica ou de áreas afins;
- incentivar a realização de atividades de pesquisa e extensão em Geografia ou áreas afins;
- fortalecer a formação científica do corpo docente e discente, criando espaço para a divulgação das atividades desenvolvidas e o aprofundamento dos estudos da Geografia;
- manter a comunidade acadêmica e científica informada das atividades e produções desenvolvidas;
- estimular o intercâmbio de artigos entre professores e pesquisadores das diversas instituições brasileiras e internacionais de Geografia, visando a agilizar o conhecimento de estudos em desenvolvimento;
- produzir uma publicação de abrangência ampla, diversidade de linhas de pesquisa e qualidade editorial.

Os **Cadernos de Geografia** destinam-se a publicar artigos originais resultantes de pesquisas de relevância científica, incluindo resumos de teses e congressos e resenhas bibliográficas, artigos de interesse didático-pedagógico e projetos de iniciação científica, palestras, entrevistas, pesquisas, resumos de monografias e outros trabalhos. De periodicidade semestral, podem ter edições especiais, com tiragem de mil exemplares.

A publicação circula na Universidade e em instituições de ensino e pesquisa em Geografia brasileiras e estrangeiras. Sua distribuição às instituições de ensino e pesquisa é feita pela Biblioteca da PUC Minas, através de permuta, sem ônus financeiro.

Para responsabilizar-se pela qualidade científica e acadêmica das publicações, o Departamento de Geografia mantém um conselho editorial composto de consultores externos e da PUC Minas, convidados entre professores e pesquisadores de Geografia e áreas afins vinculados a instituições brasileiras e internacionais. O conselho editorial tem a competência de apreciar e emitir parecer técnico sobre os artigos e resenhas bibliográficas a serem publicados nos **Cadernos de Geografia**.

Um editor-coordenador responsabiliza-se pela intermediação entre a Universidade e as diversas fontes de informação e produção científica. Realiza um exame preliminar dos trabalhos e os distribui ao conselho editorial, a fim de viabilizar as publicações.

Os professores de graduação e de pós-graduação em Geografia da PUC Minas constituem o conselho consultor dos **Cadernos de Geografia**. Prestam permanente assessoria em suas áreas de especialização e orientam alunos na preparação de artigos e na revisão dos trabalhos a serem publicados.

Aos alunos de graduação e de pós-graduação é facultado apresentar artigos de iniciação científica, desde que em co-autoria ou sob a supervisão de um professor orientador.

As publicações têm a participação de colaboradores voluntários constituídos de membros do corpo docente e discente do Curso de Geografia da PUC Minas e profissionais de instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais.

Os colaboradores devem encaminhar os originais de seus artigos e trabalhos à Coordenação Editorial dos *Cadernos de Geografia, campus* Coração Eucarístico da PUC Minas, Av. Dom José Gaspar, 500 – CEP: 30535-610 – Belo Horizonte – MG.

Normas gerais para apresentação dos trabalhos

1. Todos os textos serão submetidos à comissão editorial, que poderá sugerir, na hipótese de aceitá-los, modificações de estrutura ou conteúdo.
2. Os artigos terão o mínimo de dez páginas e as resenhas o mínimo de duas páginas.
3. Os originais deverão ser entregues em duas vias impressas e uma via em disquete (Word 6 ou Word 7), com a seguinte formatação:
 - Título – centralizado, em maiúsculas;
 - Na segunda linha depois do título – nome completo do(s) autor(es), centralizado e seguido do nome completo da instituição de filiação, entre parênteses.
 - Subtítulos de seções: sem adentramento, numerados em arábico e apenas com a primeira letra em maiúscula.
 - Espaço interlinear 1,5 e espaço duplo entre as seções do texto, e entre o texto e os exemplos, as citações, as ilustrações etc.
 - Margens de 3 cm, com recuo de 1 cm no início do parágrafo e recuo de 2 cm nas citações.
 - Uso de itálico para termos estrangeiros.
 - Uso de negrito para os títulos de livros e periódicos.
4. Citações bibliográficas – serão indicadas no corpo do texto, entre parênteses, com as seguintes informações: sobrenome do autor (em cx. alta; vírgula; data da publicação; abreviatura de página (p.) e o número desta. Ex.: (SOUZA, 1997, p. 5). Para as citações formais com mais de três linhas, fonte Times New Roman, corpo 10, espaço simples, parágrafo próprio com avanço separado por espaço duplo. Nessa hipótese, dispensam-se as aspas. As citações formais de até três linhas devem integrar o corpo do texto e serão marcadas por aspas.
5. Notas explicativas – deverão ser colocadas no rodapé, com corpo 8 e numeradas. Caso ocorra indicação bibliográfica na nota explicativa, será feita como a indicada acima, entre parênteses, ao lado do nome do autor citado, no final da citação ou no final da explicação.
6. Os artigos deverão ser precedidos por um resumo bilíngüe, em português e em outra língua, em corpo 10, seguido de palavras-chaves do texto.
7. Referências bibliográficas – deverão ser colocadas no fim do texto e conterão todas as obras aí citadas, em ordem alfabética, sem numeração, segundo as normas da ABNT.
 - Para livros:
SOBRENOME DO AUTOR, Nome. **Título do livro**. Edição. Local da publicação: Nome da editora, Data da publicação. Número de páginas.
Exemplo:
ILARI, Rodolfo. **Linguística românica**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1997. 285p.
 - Para artigos de periódicos:
SOBRENOME DO AUTOR, Nome do autor. **Título do artigo**. Nome do periódico. Local, volume, número, página inicial e final, mês e ano.
Exemplo:
GOULART, A. Taranto. Electra: o mito e a fábula trágica. **Cadernos de Letras**. Belo Horizonte, v.1, p. 7-30, set. 1994.
 - Para outras publicações, como artigos de jornal, teses, trabalhos de congresso, seguir as normas da ABNT NB-66 de 1991.

Outros periódicos da Editora PUC Minas

- ARQUITETURA – CADERNOS DE ARQUITETURA E URBANISMO
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
- BIOS
Departamento de Ciências Biológicas
- CADERNO DE ESTUDOS JURÍDICOS
Faculdade Mineira de Direito
- CADERNOS CESPUC DE PESQUISA
Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas
- ECONOMIA & GESTÃO
Revista do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
- FRONTEIRA
Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais
- HORIZONTE
Revista do Núcleo de Estudos em Teologia da PUC Minas
- PSICOLOGIA EM REVISTA
Caderno do Instituto de Psicologia
- REVISTA DA FACULDADE MINEIRA DE DIREITO
Faculdade Mineira de Direito
- SCRIPTA
Caderno do Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas e do Cespuc

Projeto gráfico, editoração eletrônica e fotolito:

Eduardo Magalhães Salles

Telefax: (31) 3468.4079 • e-mail: emsalles@uai.com.br

Impressão:

Gráfica e Editora "O Lutador"

Pça. Padre Júlio Maria, 1 • Planalto

31740-240 • Belo Horizonte • Minas Gerais

Telefax: (31) 3441.3622 • www.olutador.org.br



PUC Minas

Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Av. Dom José Gaspar, 500 • Coração Eucarístico
30535-610 • Belo Horizonte • Minas Gerais



EDITORA
PUCMINAS